





AdTMAD - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.
Relatório e Contas 2013



Em 2013, o grupo Águas de Portugal comemorou 20 anos.

Ao longo das últimas duas décadas, a capacidade de planeamento e de execução, a experiência na gestão operacional e financeira e o forte empenho e a dedicação dos colaboradores das empresas do grupo Águas de Portugal, de norte a sul do País, transformaram-nos no maior grupo empresarial do setor do ambiente em Portugal com impactos muito positivos e concretos na melhoria da qualidade de vida do nosso país.



A - Relatório de
Governo Societário



B - Atividade da Empresa



C - Contas do Exercício de 2013

Índice

Mensagem do Presidente	6
A Empresa	9
Principais Acontecimentos	13

1. Missão, Objetivos e Políticas	19
2. Regulamentos Internos e Externos	20
3. Informação Sobre Transações Relevantes	22
4. Modelo de Governo	23
4.1 Órgãos Sociais	23
4.2 Estrutura Organizacional	26
5. Remunerações e Outros Encargos	27
6. Análise de Sustentabilidade	29
7. Gestão do Capital Humano	30
8. I&D e Inovação	35
9. Ética e Prevenção da Corrupção	36
10. Controlo do Risco	36
11. Prevenção de Conflitos de Interesses	38
12. Divulgação de Informação	38
13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional	39
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa	40
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	43
16. Relatório do Administrador não Executivo	48

1. Introdução	53
2. Enquadramento Macroeconómico	53
3. Enquadramento do Setor	54
4. Regulação	55
5. Análise Económica e Financeira	58
6. Atividade Operacional	63
7. Objetivos de Gestão	78
8. Perspetivas para o Futuro	78
9. Factos Relevantes após o Termo do Exercício	78
10. Sucursais da Sociedade	79
11. Considerações Finais	79
12. Proposta de Aplicação de Resultados	79
13. Anexo ao Relatório – Estrutura Acionista	79

Introdução	85
Demonstração da posição financeira	86
Demonstração do rendimento integral	87
Demonstração da variação do capital próprio	87
Demonstração dos fluxos de caixa	88
Decomposição de caixa e seus equivalentes	88
Notas às demonstrações financeiras	89
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	133
Certificação Legal de Contas	135

Mensagem do Presidente

20 anos

Os próximos anos continuarão a ser de um enorme desafio para a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente pelo envolvimento ativo na agregação de empresas do grupo AdP, e pelo progresso de todo o processo de verticalização, em cujos trabalhos a AdTMAD tem empenhadamente desenvolvido, respondendo ao interesse manifestado por vários municípios da região.



Eng.º Artur Pato Mendes de Magalhães
Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2013 manteve-se marcado pelas restrições financeiras e orçamentais a que Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi sujeita, decorrentes da situação geral do país.

No entanto, apesar desta conjuntura desfavorável, e estando já em pleno na atividade, quer no fornecimento de água quer na recolha e tratamento de efluentes, o exercício de 2013 é marcado pelo bom desempenho económico, tendo a empresa conseguido obter resultados líquidos positivos da ordem dos 5 milhões de euros. Merece sobretudo realce a significativa contenção verificada ao nível dos custos operacionais, nomeadamente dos custos com o Pessoal e dos relativos a Fornecimentos e Serviços Externos.

Estes resultados não podem contudo ser confundidos com o termo da problemática situação financeira da empresa, que persiste, e que porventura só poderá ser ultrapassada pela concretização das reformas em curso no grupo AdP e no Setor em geral.

Por outro lado, mantiveram-se as dificuldades sentidas pela empresa na cobrança da faturação relativa aos serviços prestados, sendo contudo de realçar o facto de o recebimento global das dívidas de clientes ter sido superior em 9% ao previsto em orçamento. A este propósito, não pode deixar de ser sublinhado o facto de ter sido possível celebrar, com a maioria dos clientes, acordos de regularização de dívida num total de cerca de vinte e sete milhões de euros, proporcionando-se desse modo uma maior estabilização das relações comerciais com os nossos clientes e consequentemente uma melhoria nos níveis de cobrança conseguidos.

É de salientar a assinatura do contrato de adjudicação da Reserva de Água de Montesinho, imprescindível para garantir o abastecimento a Bragança e aglomerados servidos pelo Subsistema do Alto Sabor, pelo que finalmente se viram ultrapassados os obstáculos que se colocaram a este projeto de reconhecido interesse público e qualidade ambiental.

Iniciou-se o fornecimento de água em novos locais, sendo que no final de 2013 o volume de atividade atingido, de 20,1 milhões de m³, traduziu-se num aumento de 6% relativamente ao ano anterior, no total dos 21 sistemas em exploração.

Iniciou-se a exploração de dois novos sistemas de SAR, Loivos e Mafómedes-Veiga, perfazendo assim um total de 103 Sistemas em pleno funcionamento, e num volume de atividade de 21,2 milhões de m³, tendo-se registado um aumento de cerca de 33% relativamente ao ano anterior.

De realçar ainda, no decorrer do ano de 2013, a realização de 202188 determinações de parâmetros para o conjunto dos SAA em exploração, no âmbito do controlo operacional da AdTMAD, analisando água bruta, água de processo, água tratada, reservatórios de transição e pontos de entrega.

Foram ainda desenvolvidas, com sucesso, medidas no sentido de garantir a manutenção e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado (SGI) implementado e certificado, e de dar

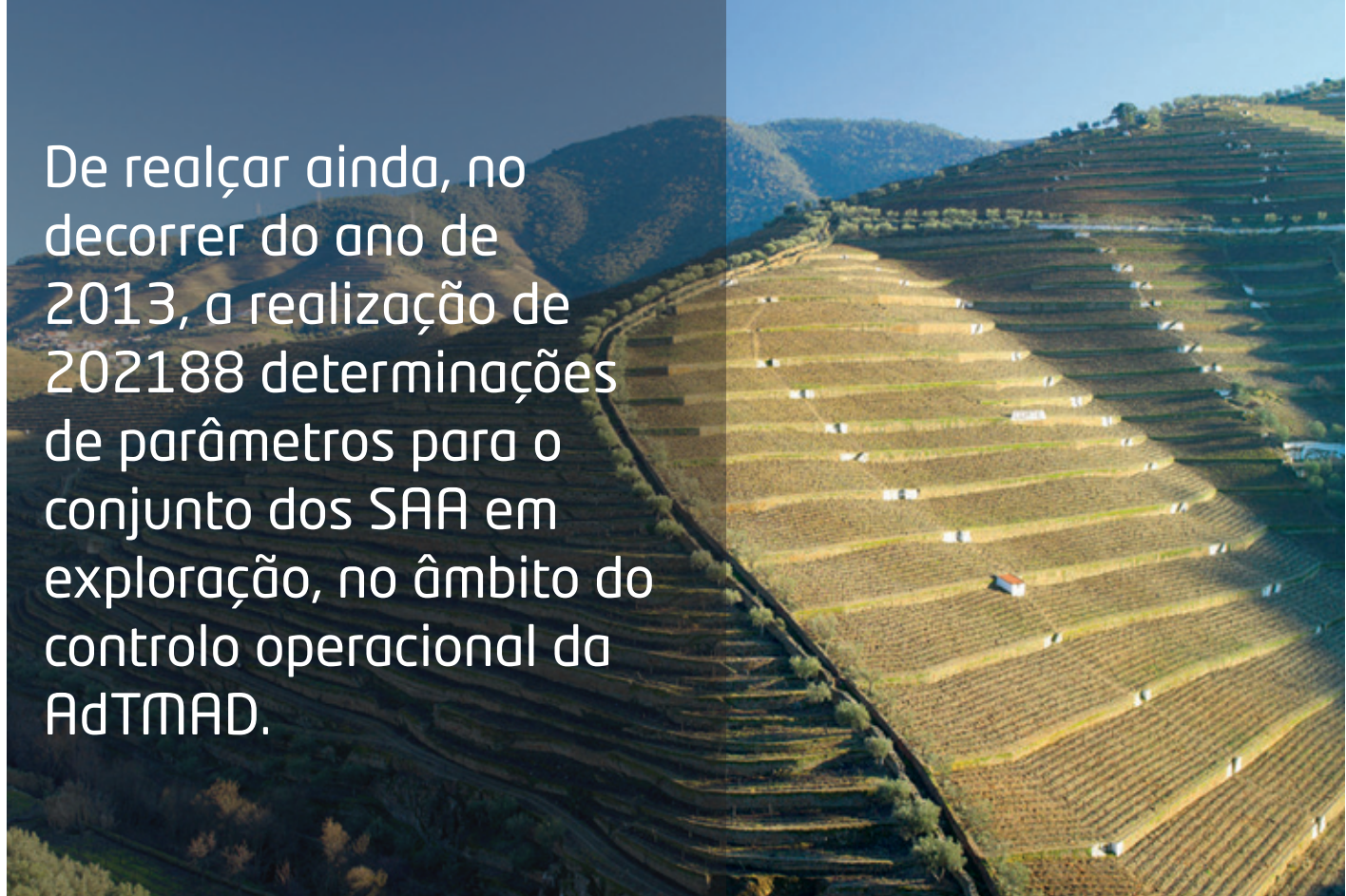
cumprimento aos principais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades aprovado para 2013.

Na vertente da promoção ambiental a empresa manteve uma postura dinâmica, procurando sempre corresponder às solicitações externas e investindo numa maior sensibilização das populações para as temáticas ambientais.

Os próximos anos continuarão a ser de um enorme desafio para a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente pelo envolvimento ativo na agregação de empresas do grupo AdP, e pelo progresso de todo o processo de verticalização, em cujos trabalhos a AdTMAD tem empenhadamente desenvolvido, respondendo ao interesse manifestado por vários municípios da região.

Nesse sentido, encaramos com renovada responsabilidade e confiança a possibilidade de ver por essa via ultrapassados os problemas estruturais que condicionam a sustentabilidade da concessão, e mantida e ampliada a qualidade do serviço público que nos está concessionado

Renovo, finalmente, o reconhecimento da qualidade do desempenho dos colegas da Administração nesta conjuntura difícil, a atitude de cooperação institucional por parte da AdP, SGPS e dos demais acionistas, e, com sincero apreço, o esforço e dedicação de todos os colaboradores da AdTMAD.



De realçar ainda, no decorrer do ano de 2013, a realização de 202188 determinações de parâmetros para o conjunto dos SAA em exploração, no âmbito do controlo operacional da AdTMAD.



A Empresa

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., criada pelo Decreto-Lei nº 270-A/2001, de 6 de outubro, é responsável pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

São acionistas e clientes da Empresa os municípios de Alijó, Alfandega da Fé, Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Flor, Vila Real, Vinhais e a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. abrange uma área de 11.748 km².

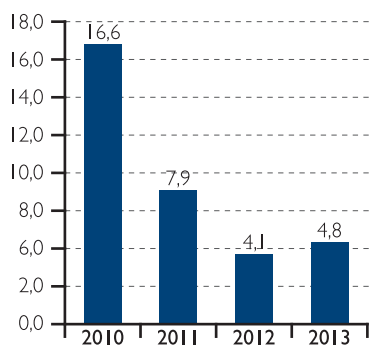
Indicadores financeiros e de atividade:

Indicadores Relatório de Gestão			
	2011 (b)	2012	2013
Dimensão			
Capital Próprio (unidade euros)	1.711.754,20	4.083.357,01	10.087.398,00
Passivo não Corrente (unidade euros)	391.405.974,97	428.665.965,54	432.197.672,00
Ativo Líquido (unidade euros)	526.201.300,60	532.211.802,12	524.325.456,00
Passivo Remunerado (unidade euros)	192.894.720,42	200.774.660,17	190.529.695,00
Passivo Corrente (unidade euros)	133.083.571,51	99.462.479,57	82.040.386,00
Capital Social (unidade euros)	26.966.249,89	26.966.249,89	27.812.177,00
Volume de Negócios (unidade euros)	28.801.357	29.303.044	34.570.182
Investimento em Balanço (unidade euros)(Valor Bruto)	4.529.336,00	4.117.842,40	4.799.886,85
Número de Colaboradores	220	222	216
Extensão da Rede de Abastecimento em funcionamento (km)	1230	1258	1261
Extensão da Rede de Saneamento em funcionamento (km)	416	474	479
Número de ETA	23	23	23
Número de ETAR	89	101	103
Número de Estações Elevatórias	211	216	223
Número de Reservatórios	88	98	98
Nº de Captações de Água em funcionamento	24	24	24
Vendas (m ³)	35.038.992	34.452.499	41.331.195
Volume de Água Produzida (m ³)	17.134.781	17.549.685	18.702.982
Volume de Água Fomecida (m ³)	18.483.490	18.874.207	20.093.513
Volume de Efluente Tratado (m ³)	19.128.852	16.206.918	21.492.153
Volume de Efluente Faturado (m ³)	16.555.502	15.578.292	21.237.682
Qualidade do Serviço			
Qualidade da Água Fomecida nos Pontos de Entrega (%)	99,95	100	99,95
Cumprimento dos Parâmetros de Descarga (%)	97,81	99,78	99,76
Rendibilidade			
Valor da Tarifa			
Abastecimento de Água (unidade euros)	0,6577	0,6722	0,6924
Tratamento de Águas Residuais (unidade euros)	0,7219	0,7378	0,7599
Resultados Operacionais (unidade euros)	10.253.429,00	10.290.251,00	13.334.594,58
Resultados Financeiros (unidade euros)	-10.318.675,90	-10.228.250,45	-7.856.430,80
Resultado Líquido (unidade euros)	-351.102,00	2.371.603,00	5.158.113,79
EBITDA (unidade euros)	14.690.408,58	14.948.746,90	18.894.310,78
Estrutura Financeira (%)	112,7%	49,2%	18,9%
Autonomia Financeira (%)	0,7%	1,6%	3,9%
Solvabilidade (%)	75,0%	81,9%	86,0%

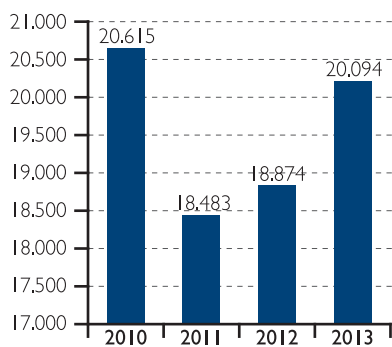
a) Normas Internacionais de Relato Financeiro

b) As demonstrações financeiras do ano de 2011 foram reexpressas, porque no primeiro trimestre de 2012 a empresa concluiu pela necessidade de ajustar o reconhecimento dos valores mínimos referentes ao ano de 2011, no montante de 1.051.634,30 euros, por forma a adequá-los ao estipulado no Contrato de Concessão.

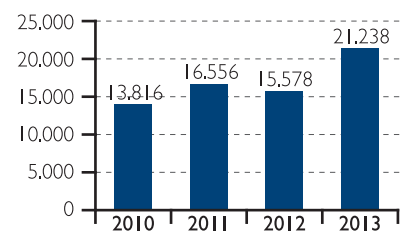
Investimento
(milhões €)



Volume de Água Fornecida
(mil m³)



Volume de Efluente Faturado
(mil m³)

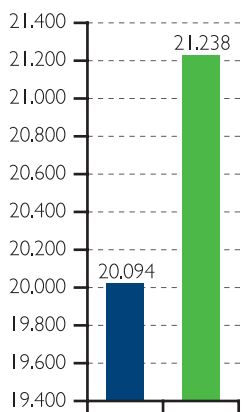


Distribuição de Atividade 2013
(% Caudais)



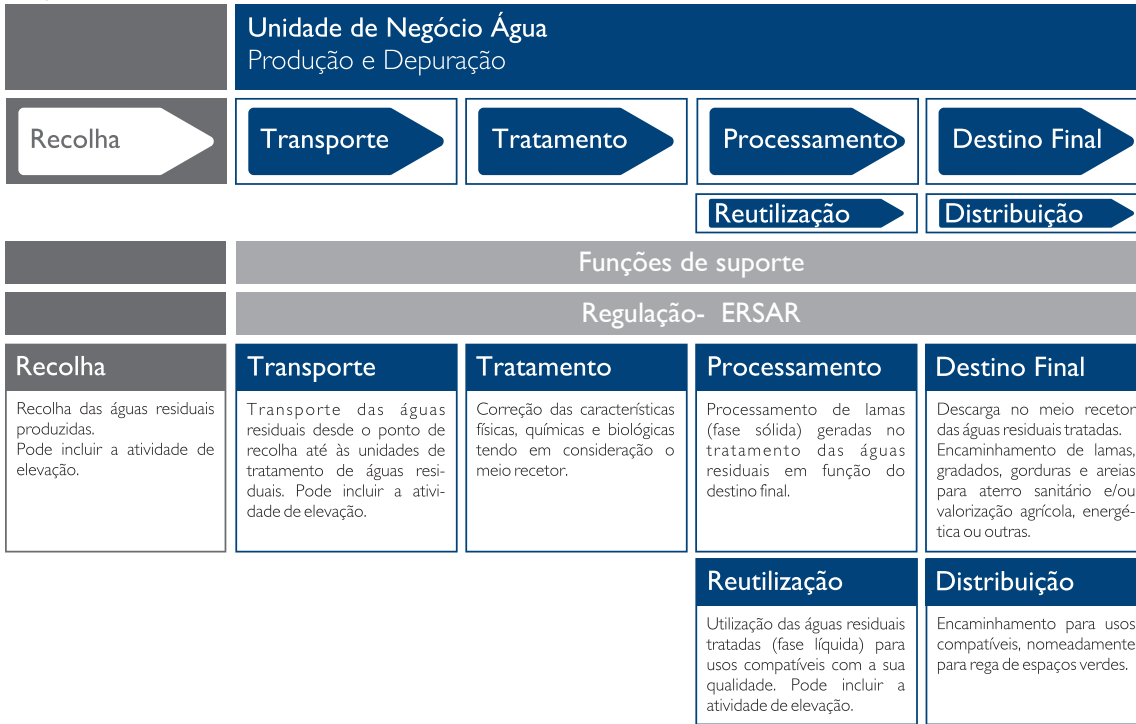
■ Abastecimento de Água **49%**
■ Saneamento de Águas Residuais **51%**

Caudais 2013
(mil m³)

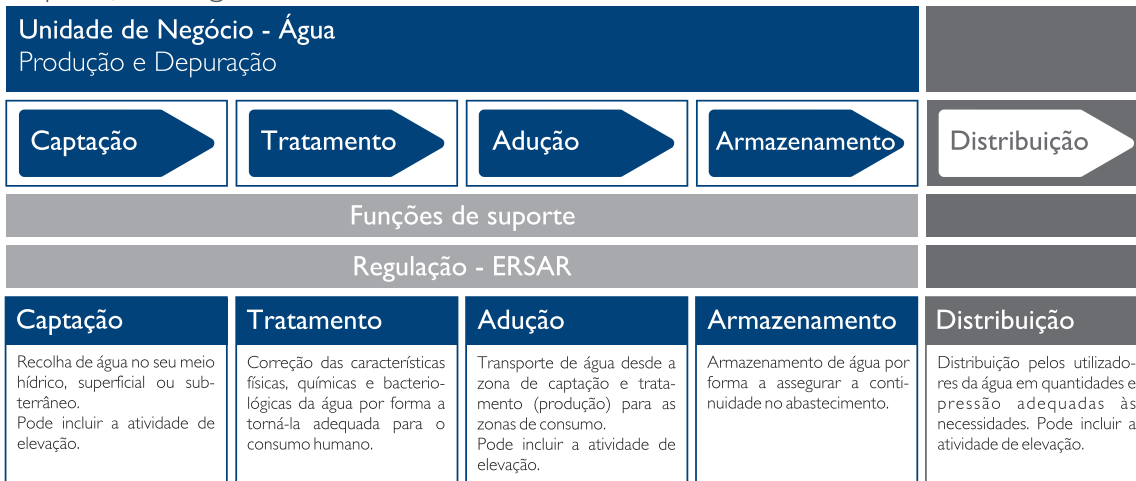


■ Abastecimento de Água
■ Saneamento de Águas Residuais

Operação - Saneamento



Operação - Água





Principais Acontecimentos

Com o intuito de salientar os aspetos mais relevantes que nortearam a atuação da Empresa durante o ano de 2013, foi decidido agrupá-los em quatro grandes áreas.

Assim, a primeira área de trabalho e com grande exigência da Administração centrou-se na definição da estratégia do futuro da Empresa, com natural destaque para o processo de Agregação com outras empresas do Grupo, bem como o processo de Verticalização do setor.

A segunda área respeita à atividade e à gestão operacional, sendo que em 2013 a empresa manteve o seu foco no *core business*, que é o abastecimento de água e o tratamento de afluentes. Esta reorganização empresarial refletiu-se na estrutura dos custos de suporte e administração da Empresa, nomeadamente nos custos com pessoal. No decorrer do ano de 2013 as atividades de Operação prosseguiram a sua atividade segundo o modelo implementado.

Nos SAA iniciou-se o fornecimento em quatro pontos de entrega que não se encontravam em exploração, sendo que o volume de atividade atingido, de 20,1 milhões de m³, registou um aumento de 6% relativamente ao ano anterior; no total dos 21 sistemas em exploração.

Iniciou-se a exploração de dois novos sistemas de SAR (Loivos e Mafómedes-Veiga), perfazendo assim um total de 103 Sistemas em pleno funcionamento, o que se traduziu num volume de atividade de 21,2 milhões de m³, tendo-se registado um aumento de cerca de 33% relativamente ao ano anterior.

De realçar ainda, no decorrer do ano de 2013, a realização de 202188 determinações de parâmetros para o conjunto dos SAA em exploração, no âmbito do controlo operacional da AdTMAD, analisando água bruta, água de processo, água tratada, reservatórios de transição e pontos de entrega.

A terceira área está associada à execução do plano de investimentos, ao longo de 2013 a Direção de Infraestruturas, com os serviços e meios que lhe estão afetos, tentou cumprir todos os objetivos definidos no plano de atividades da Empresa e executar as ações de que foi incumbida de modo a cumprir o Contrato de Concessão e levar a cabo a missão da Empresa de conceber, construir, bem como proceder à exploração, reparação, renovação e manutenção das infraestruturas que constituem o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo em vista a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios aderentes, garantindo um produto de qualidade através de processos de produção e de tratamento eficientes e respeitadores dos valores sociais e ambientais mais elevados e que atinja as expectativas dos clientes.

Tendo em vista o cumprimento do Contrato de Concessão, a necessidade de garantir o tratamento ou racionalizar a exploração das instalações, ao longo do ano foram adjudicadas quatro novas empreitadas correspondentes à Empreitada de Execução da Reserva de Água de Montinho e Ligação ao Sistema Existente, a Empreitada de Beneficiação da ETA de França do Subsistema do Alto Sabor, a Execução do Edifício de Exploração na Área de Gestão de Vila Nova de Foz Côa e a Empreitada de Restabelecimento do troço final da descarga da ETAR de Cambres.

Após a execução destas empreitadas falta apenas concluir:

O Subsistema do Cabouço, onde apesar de todo o apoio e pressão da AdTMAD e município de Vila Pouca, a DRAP-N não conseguiu ainda executar a barragem que constitui a origem do Sistema, e que agora interfere com o escalão de Gouvães do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidrolétrico concessionado pelo Estado Português. Tendo em vista garantir uma alternativa, a Empresa mandou elaborar o estudo de viabilidade técnico-económica ao abastecimento de todo o concelho de Vila Pouca de Aguiar e parte do concelho de Ribeira de Pena a partir da Barragem do Pinhão, propriedade da AdTMAD e cujo fim exclusivo é o abastecimento de água.

O Subsistema de Bastelos, onde as divergências tidas com o município de Mogadouro levam a que, à falta de decisão do Concedente, e fazendo este sistema parte do Contrato de Concessão continue nos planos da Empresa.

Finalmente, a quarta área chave, está associada ao suporte geral da Empresa, nomeadamente aos processos de gestão administrativa e financeira e de planeamento e controlo de gestão. Ao nível destas áreas, deu-se continuidade e aprofundou-se todo um conjunto de procedimentos tendentes a otimizar os processos relativos ao controlo de gestão e à faturação e respetiva cobrança.

Esta última área foi fortemente condicionada durante o ano de 2013, pelas dificuldades sentidas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A., na cobrança dos seus fornecimentos e serviços prestados, que tiveram como consequência um incremento muito significativo dos créditos pendentes de cobrança.

Neste contexto, foi no entanto possível celebrar acordos de regularização de dívida com a maioria dos clientes, que atingiram em dezembro de 2013, cerca de trinta e um milhões de euros.

Durante o ano 2013, foram ainda desenvolvidos esforços no sentido de garantir a manutenção e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado (SGI) implementado e certificado, e de dar cumprimento aos principais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades aprovado para 2013.



A - Relatório de Governo Societário





A - Relatório de Governo Societário

1. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

A exploração e gestão do abastecimento de água e de saneamento em “alta”, as quais abrangem a conceção, construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção das infraestruturas que irão constituir o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios aderentes.

Garantindo um produto de qualidade através de processos de produção e de tratamento eficientes e respeitadores dos valores sociais e ambientais mais elevados e que atinja as expectativas dos clientes.

Promoção e divulgação do conceito de qualidade da água.

Melhorar significativamente o nível de atendimento na drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de modo a atingir níveis de qualidade das descargas exigidos pela legislação nacional e comunitária em vigor; contribuir para a requalificação ambiental das bacias hidrográficas e garantir a qualidade da água dos meios hídricos adequada aos vários usos previstos no Plano de Bacia do Douro são os principais objetivos deste sistema, no domínio do saneamento de águas residuais.

A Visão

Dotar, ao nível de saneamento básico, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro com níveis de atendimento em linha com o resto do país e em coesão com a União Europeia.

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro era abastecida por uma multiplicidade de origens de água e o tratamento de água residual era deficiente. Impunha-se criar um sistema de abastecimento de água de origem fiável, tratamento adequado e que garantisse o abastecimento em quantidade e qualidade permanente.

Tornava-se imperativo proceder ao tratamento das águas residuais domésticas e industriais com eficiência na região, como meio de prevenção ambiental.

É com esta visão que surge a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Valores

A Empresa orienta a sua atuação no respeito pelo meio ambiente, na relação colaborante com as instituições implicadas no negócio e com transparência de métodos e procedimentos no quotidiano do desenvolvimento da sua atividade.

Os valores da AdTMAD traduzem-se em:

- Garantir a melhoria da qualidade de vida das populações – Melhor água melhor vida!
- Melhorar as condições de saúde pública das populações – A água fonte de saúde!
- Preservar o património natural e ambiental, em harmonia com a qualificação dos nossos recursos hídricos.

Objetivos e Políticas

Orientações Estratégicas Gerais

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. é uma empresa regulada, sendo sujeita a uma série de orientações estratégicas emanadas superiormente, quer pelo próprio Concedente (o Estado), através de regulamentação legal diversa ou pelo próprio Contrato de Concessão, quer por diretrizes da própria *holding*. As principais orientações estratégicas surgem da seguinte forma:

- em Assembleia-Geral de 25 de março de 2011, foram aprovadas as “Orientações estratégicas para o presente mandato”;

- a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, define o enquadramento geral da atuação do setor empresarial do Estado;
- a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, aprova os Princípios de Bom Governo das empresas do setor empresarial do Estado, determinando sobre a contratualização da prestação de serviço público, a qualidade de serviço, a política de recursos humanos e a promoção da igualdade, os encargos com pensões, a política de inovação e sustentabilidade, os sistemas de informação e o controlo de riscos e estabelecendo uma política de compras ecológicas;
- o Despacho Conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro de 2006, aprova a recomendação ao conselho de administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., “sobre a missão da Empresa no mandato em curso”, que constitui um anexo do presente despacho conjunto e que dele faz parte integrante. Este despacho vincula também todas as participadas da Águas de Portugal, onde se inclui a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. Deste documento resulta uma série de obrigações e compromissos que, entre muitas outras, estão associadas ao cumprimento das metas, obrigações e as responsabilidades estabelecidas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento de água, ou associadas à qualidade da prestação do serviço, sustentabilidade económica, financeira e social, ou mesmo a garantia do cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas no âmbito do contrato de gestão para a Empresa;
- PEAASAR II (2007/2013) – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

Orientações Estratégicas Específicas

Com base no Despacho conjunto n.º 6008/2009, 23 de fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece e aprova a recomendação ao conselho de administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., no quadro da missão definida deverá prosseguir; para cada uma das linhas de orientação estratégica, os seguintes objetivos específicos:

- prosseguir com a execução das políticas públicas e contribuir para alcançar os objetivos nacionais para o setor; através da implementação das medidas definidas e previstas nos PEAASAR e ENEAPAI, de modo a atingir os resultados aí estabelecidos;
- zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da empresa;
- concluir o processo de certificação da empresa, nos referenciais de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, bem como assegurar a continuidade da empresa como entidade certificada;
- promover, sempre que economicamente sustentada, outras atividades complementares prestadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais, desde que previamente autorizadas pelo Concedente;
- adotar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala;
- promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento;
- à promoção sistemática da melhoria da eficiência energética nas suas operações, e à procura ativa de novas oportunidades que permitam extrair potencialidades ao nível do trinómio Resíduos – Ambiente – Energia.

Para o cumprimento da sua visão e missão, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. considera como pilares essenciais da sua política:

- a valorização e satisfação integral dos seus colaboradores, acionistas, fornecedores e comunidade, procurando ir de encontro aos seus requisitos, de forma sistemática e objetiva;
- apostar em satisfazer e antecipar as necessidades e expectativas dos nossos clientes, as Autarquias Locais, entendidos como parceiros, assim como estabelecer relações baseadas num espírito de colaboração;
- efetuar uma gestão ecoeficiente e desenvolver trabalho de inovação e aperfeiçoamento de tecnologias, no sentido de minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas atividades e racionalizar a utilização de recursos naturais;
- assegurar um ambiente de trabalho seguro e salutar para os seus colaboradores e prestadores de serviços, diminuindo o risco de acidente e doença profissional;
- adotar boas práticas ambientais e de segurança e estabelecer estratégias de prevenção, quer nas fases de conceção e construção das suas infraestruturas, quer na sua exploração;
- promover incessantemente a satisfação dos seus clientes e melhorar continuamente a qualidade dos seus processos, produtos e serviços, procurando reduzir os riscos, prevenir a poluição e aumentar a eficácia do SGI, garantindo e promovendo o envolvimento de todos os colaboradores.

2. Regulamentos Internos e Externos

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. tem efetuado um elevado esforço no sentido de se dotar de ferramentas (tecnologia) que permitam monitorizar o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados. Saliente-se que a atividade desenvolvida pela Empresa está regulada por um conjunto de leis e regulamentos de elevada exigência, e que as políticas passam por assegurar que estas sejam escrupulosamente cumpridas. O conjunto de manuais e regulamentos da AdTMAD

definem, de uma forma clara e rigorosa, o modo de atuação da empresa de forma a garantir o enfoque dos esforços na prestação de serviços, garantindo a transparência e o rigor informativo das suas atividades.

Após a definição das políticas, e excluindo os Manuais do próprio Sistema, a estrutura documental abrange ainda:

- manuais e especificações, como o de Governo da Sociedade, que compila as normas constantes dos Estatutos da Sociedade e as deliberações e regulamentos internos aprovados em Conselho de Administração, referentes ao funcionamento do Conselho de Administração e da estrutura organizativa;
- procedimentos e fichas de intervenção, tais como o de fardamento ou utilizações de viaturas;
- instruções de trabalho a observar no cumprimento dos objetivos.

Salienta-se o:

Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais – Este regulamento tem por objetivo assegurar o funcionamento global do sistema, com o objetivo de otimizar e garantir de forma qualitativa e quantitativamente, os pressupostos básicos das exigências de proteção ambiental, segurança, saúde pública, conforto e de um aproveitamento sustentado.

Os manuais e os regulamentos definidos e implementados internamente são documentos orientadores de atividades:

Manual de Governo da Sociedade destina-se a compilar as normas constantes dos Estatutos da Sociedade e as deliberações e regulamentos internos aprovados em Conselho de Administração, referentes às seguintes áreas:

- funcionamento do Conselho de Administração;
- estrutura organizativa.

Manual de SHST, com a finalidade de divulgar e fazer respeitar regras genéricas de segurança, desde a fase de projeto e obra, com vista à prevenção de incidentes e doenças profissionais, quer de colaboradores internos quer de subcontratados.

Manual de Organização de Horários de Trabalho - O presente manual assume-se como o documento orientador de suporte à organização e controlo dos horários de trabalho. Pretende-se com a sua elaboração a fixação de regras relativas ao período de funcionamento e horário de trabalho e a sua divulgação junto dos trabalhadores da Empresa. Adotou-se um sistema biométrico de controlo de assiduidade para uma melhor e eficiente gestão dos recursos humanos. Procedeu-se ainda à introdução da modalidade de horários flexíveis.

Procedimento de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e Drogas, considerado um instrumento prioritário de prevenção do consumo de drogas, lícitas e ilícitas, com vista à defesa da imagem, saúde e bem-estar do trabalhador, respeitando a integridade e dignidade de todos quantos prestam serviço à AdTMAD.

Manual de Fardamento e Equipamentos de Proteção Individual que tem como objetivo a atribuição de fardamento, fatos de trabalho e EPI a todos os trabalhadores, e cuja necessidade é determinada pelo exercício efetivo da função a que respeita, visando:

- proteger o vestuário próprio do trabalhador;
- proteger o trabalhador dos principais fatores de risco associados às diversas atividades;
- garantir boas condições de segurança e higiene no desempenho das suas funções;
- permitir a identificação dos trabalhadores da Empresa junto do público;
- contribuir para a dignificação da imagem da Empresa no exterior.

Metodologia de Sinalização, que inclusivamente define os parâmetros de sinalização para intervenções de carácter temporário.

Manual de Primeiros Socorros, com o objetivo de prevenir lesões e estabilizar uma vítima de acidente até à chegada dos meios de socorros externos.

Regulamento Interno de Utilização de Viaturas de Serviço - Definição dos procedimentos de utilização e gestão das viaturas ao serviço da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (AdTMAD), independentemente do regime de aquisição ou aluguer.

Regulamento Interno de Valorização Pessoal - Incentivar a participação dos seus colaboradores em programas de Pós-graduação em Universidades ou Escolas Superiores, em ações de formação internas e externas no País ou no Estrangeiro, em domínios diretamente relacionados com a sua atividade, e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual, bem como a sua participação em Associações Profissionais ou de Classe, que contribuam para a sua valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa.

Regulamento de Prevenção Domiciliária - O objetivo deste procedimento é regulamentar a prestação de trabalho em regime de prevenção domiciliária.

Manual de Rede da Informática - Sem pretender ser exaustivo, este manual deve ser encarado por si como um “guia” do funcionamento da rede informática da AdTMAD, pondo ao seu dispor uma grande quantidade de informação que ajudará os colaboradores no seu dia-a-dia.

Manual Básico de Normas Gráficas - Um guia pelo qual a AdTMAD se rege para a aplicação do seu Logótipo, aplicação das cores institucionais nas instalações, nas viaturas, etc.

Manual de Identidade Corporativa - Manual comum a todas empresas do grupo AdP, que impõe um conjunto de regras a observar para manter a homogeneidade de imagem no Grupo.

Regulamento de Estágio que tem como objetivo definir todo o método de pedido e aprovação de estágios na AdTMAD.

Manual de Avaliação de Desempenho que define o processo, assim como todas as etapas necessárias ao processo de avaliação de desempenho.

Procedimento de Planeamento e Revisão do SGI, que descreve as atividades de planeamento e gestão de objetivos e programas de gestão de SGI da AdTMAD.

O **Código de Conduta e Ética da AdTMAD** visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por parte de todos os seus colaboradores, em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar. Este documento vem expressar o compromisso da AdTMAD em reforçar os padrões éticos aplicáveis e a criação de um ambiente de trabalho que promova o respeito, a integridade e a equidade entre os seus colaboradores.

3. Informação Sobre Transações Relevantes

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Empresa, durante o ano de 2013, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria.

Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

Lista de Fornecedores que representem mais de 2,0% dos fornecimentos e serviços externos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de 190 mil de euros (sem IVA) durante o ano de 2013, ou mais de 2,0% do universo dos FSE's da Empresa.

Nome	€	Vendas	% Relativa aos FSE's
EDP Comercial - Com. de Energia	Eur	3.342.387,08	38,16%
EDP - Serviço Universal, S.A.	Eur	716.463,19	8,18%
AGS - Adm. Gestão Sistema Salubridade, S.A.	Eur	564.380,09	6,44%
CME - Const. Manut Electromecânica, S.A.	Eur	419.138,73	4,79%
Leaseplan Portugal Comércio Alug. Automóveis	Eur	343.579,74	3,92%
Petrogal S.A. - Petróleos Portugsl	Eur	285.822,12	3,66%
Endesa Energia	Eur	233.186,18	2,66%
PT Prime S.A	Eur	195.462,53	2,23%

No quadro seguinte lista-se os fornecedores de imobilizado que, no ano em análise, representaram mais de 49 mil euros (sem IVA), bem como a respetiva percentagem comparativamente ao volume total de investimento da Empresa no ano de 2013.

Nome	€	Vendas	% Relativa aos FSE's
Amândio Carvalho	Eur	1.791.5957,95	43,52%
Factor Ambiente, Lda	Eur	707.382,87	17,43%
Município de Armamar	Eur	321.103,00	7,80%
Agroproambiente	Eur	105.598,40	2,56%
Prospectiva - Proj, Serv., Estudos	Eur	78.893,08	1,925%
Habimarente	Eur	61.471,31	1,48%
Media Primer, Lda.	Eur	49.111,00	1,59%

O relacionamento das empresas participadas com a unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, S.A., funciona com base numa relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.

4. Modelo de Governo

O modelo de governo da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. tem como enquadramento os Estatutos da Sociedade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 6 de outubro, o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e os Princípios de Bom Governo (PBG) das empresas do Estado, estabelecidos pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de março, com os quais se pretende assegurar a melhoria e transparência do governo societário, bem como o Código das Sociedades Comerciais.

A AdTMAD rege-se por práticas corretas e transparentes tendo para isso instituído mecanismos de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização, que levam à utilização eficiente dos recursos disponíveis. Procura também difundir boas práticas, adotar estratégias de sustentabilidade nos domínios económico-social e ambiental.

4.1 Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

A Assembleia-Geral é o órgão que representa a universalidade dos acionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da Empresa, bem como eleger os membros dos órgãos sociais.

Conselho de Administração

Ao Conselho de Administração compete gerir as atividades da Empresa, devendo subordinar-se às deliberações dos acionistas ou às intervenções do Conselho Fiscal apenas nos casos em que a lei ou o contrato de sociedade o determinarem. O Conselho de Administração tem exclusivos e plenos poderes de representação da sociedade. Ainda por deliberação do Conselho de Administração foi aprovado um Manual de Governo da Sociedade que compila o conjunto de disposições legais e internas relativas ao seu funcionamento.

Comissão de Vencimentos

À Comissão de Vencimentos compete, nos termos de deliberação da Assembleia-Geral, fixar a remuneração dos órgãos sociais.

Composição:

Os órgãos sociais da Sociedade, com mandato para o triénio 2011-2013, conforme deliberação em Assembleia-Geral de 25 de março de 2011, apresentam a seguinte composição:

Mesa da Assembleia-Geral:

Dr. José Lopes Silvano – Presidente

Dr. Américo Jaime Afonso Pereira – Vice-Presidente

Dr. Paulo Fernandes – Secretário

Conselho de Administração

Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães – Presidente

Eng. José António Boal Paixão – Vogal Executivo

Dr. António Manuel de Jesus Vieira – Vogal Executivo

Administradores Executivos

Eng. José António Boal Paixão – Vogal Executivo

Dr. António Manuel de Jesus Vieira – Vogal Executivo

Conselho Fiscal:

Dra. Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas – Presidente

Dra. Ana Maria Alves Bandeira – Vogal

Comissão de Vencimentos:

Eng. Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria – Presidente

Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva – Vogal

Eng. Gustavo Sousa Duarte – Vogal

A Assembleia-Geral elegeu, sob proposta do Conselho Fiscal, os Revisores Oficiais de Contas da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por: Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (efetivo), tendo como ROC suplente o Dr. Rui Abel Serra Martins.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções do Conselho de Administração, foi especialmente cometida, a cada um dos seus vogais executivos, a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas áreas, conforme seguidamente indicado:

Eng. José António Boal Paixão - Vogal Executivo

Projetos de Investimentos, da Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento; Sistemas de Informação de Processo (SIG e Manutenção da Qualidade); Aspectos Jurídicos e Legais associados às áreas funcionais de responsabilidade; Relação com o Regulador nas matérias associadas às áreas funcionais de responsabilidade. Responsável pelas relações com o Fundo de Coesão.

Dr. António Manuel de Jesus Vieira - Vogal Executivo

Área administrativa e financeira; Relação com auditores externos; Aspectos jurídicos e legais associados às áreas funcionais de responsabilidade; Relações com o Regulador em matérias associadas às áreas funcionais de responsabilidade; Gestão e administração de Recursos Humanos, Comunicação e Promoção Ambiental, Sistemas de Informação, Responsabilidade Social e Controlo de Gestão.

Curriculum Vitae dos Administradores



Eng.º Artur Pato Mendes de Magalhães

Presidente do Conselho de Administração não Executivo

Formação Académica: Licenciatura em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico (Ramo de “Urbanização e Vias de Comunicação”), no ano de 1973/74.

Atividade Profissional Atual: Presidente não Executivo do Conselho de Administração das empresas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A.; Águas do Norte Alentejano, S.A., e Águas do Centro Alentejo, S.A.; Gestor da UNA-PD (Unidade de Negócios de Água - Produção e Depuração) da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Experiência Profissional: 1971 - Estágio na I.C.I. (Imperial Chemical Industries) em Inglaterra sobre “Materiais plásticos e sua aplicação na construção civil”; 1971/72 - Como tarefeiro da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do M.H.O.P. colaborou na fiscalização de várias obras no Instituto Português de Oncologia (Lar para enfermeiras, Biotério, Pavilhão de Medicina); 1973 - Contratado além do quadro do Fundo de Fomento da Habitação (F.F.H.) e integrado na equipa de fiscalização das obras do Plano de Urbanização de Chelas; 1974/75 - Coordenador da equipa de fiscalização do Plano de Chelas (F.F.H.); 1974/75 - Integrou diversas comissões de concursos públicos e respetiva apreciação de propostas, relativas a empreitadas do F.F.H.; 1975 - Representante do M.H.O.P. na Comissão de Apreciação da Prática Urbanística da Câmara Municipal de Setúbal; 1976 - Coordenador do Setor encarregado do lançamento e execução do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados. (P.R.I.D.) no F.F.H.; 1979/80 - Coordenador do Setor encarregado da execução do Ex-programa C.A.R. (Comissão para Alojamento de Retornados), após a sua transferência para o F.F.H.; 1980 - Secretário da Comissão Cultural de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros; 1980 - Integrado no Grupo de Trabalho do Sismo dos Açores (G.T.S.A.) no F.F.H. Posteriormente, nesse mesmo ano, esteve destacado no Gabinete de Apoio à Reconstrução (G.A.R.) na Ilha Terceira, Açores. Neste período efetuou também, em exercício de profissão liberal, avaliações de imóveis e estimativas de custo de reconstrução para a Caixa Geral de Depósitos (crédito de emergência); 1981 - Fiscalização de obras no Plano Integrado de Almada; 1981/82 - No exercício de profissão liberal colaborou em vários projetos de estruturas de betão armado nos “ateliers” ANTA - Construções e Projetos, Lda. e CONEC - Consultores de Engenharia Civil; 1981/82 - Destacado para o Gabinete do Secretário de Estado da Habitação; 1982/84 - Integrado no Núcleo de Apoio à Presidência do Fundo de Fomento de Habitação; 1984/86 - Em regime de profissão liberal,

responsável pelo concursamento e fiscalização da empreitada de construção de 24 fogos no Restelo para a Cooperativa de Habitação COOCICLO; 1986/87 - Responsável pela fiscalização da empreitada de construção do Aparthotel da Gandarinha, em Cascais, para a Sociedade Construtora de Obras Gerais; 1984/87 - Chefe do Departamento de Produção Direta e Conservação da Direção de Habitação de Lisboa do ex-F.F.H.; 1987/88 - Coordenador do Gabinete PIDAAC do Instituto Português do Património Cultural. Nestas funções foi encarregado da criação e organização do Departamento de Projetos e Obras do Instituto; 1989/90 - Diretor do Gabinete de Estudos e Projetos do I.P.P.C.; 1991/93 - Diretor Técnico da Sociedade Construtora de Obras Gerais Lda. (S.C.O.G.); 1992/94 - Coordenação do Projeto do Empreendimento Residencial e Turístico da Aroeira (Grupo SIL); 1995/97 - Nomeado por Resolução do Conselho de Ministros "Encarregado de Missão" junto da Ministra do Ambiente para a Coordenação das Ações de Requalificação da Bacia Hidrográfica do Rio Trancão; 1997/98 - Diretor Regional de Lisboa do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico); 1998/99 - Vogal do Conselho de Administração da JAE - Construção, S.A., com o pelouro dos projetos e obras; 1999/01 - Vogal do Conselho de Administração do ICOR – Instituto para a Construção Rodoviária, com o pelouro dos projetos e obras; 2001/02 - Administrador-Delegado do ICOR e Vogal do Conselho de administração do IEP – Instituto de Estradas de Portugal; 2003/04 - Assessor do Presidente do IPPAR; 2004/05 - Diretor-Coordenador de Engenharia e Ambiente da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva); 2005/07 - Assessor do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Prof. Francisco Nunes Correia); 2006 - Coordenador do Conselho Consultivo para a elaboração do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II); 2006/07 - Vogal do Conselho de Administração da Parques de Sintra–Monte da Lua, S.A.; 2007/12 - Gestor da UNA-PD (Unidade de Negócios de Água – Produção e Depuração) da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.; 2007/12 - Presidente do Conselho de Administração das empresas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Águas do Norte Alentejano, S.A. e Águas do Centro Alentejo, S.A.



Eng.º José António Boal Paixão

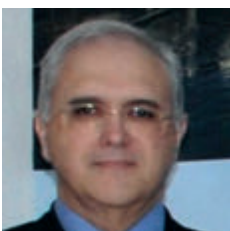
Administrador Executivo

Formação Académica: Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1978) e Pós-graduação em Planeamento Municipal pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2001).

Atividade Profissional Atual: Vogal do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A.

Experiência Profissional: 1979 a setembro de 1981 - Técnico Superior no Gabinete de Apoio Técnico ao Agrupamento de Concelhos do Vale do Douro Superior; 1981/93 - Atividade no setor privado; 1993/2001 - Funções de Diretor Gabinete de Apoio Técnico ao Agrupamento de Concelhos do Vale do Douro Superior; 1994/01 - Funções de Administrador Delegado da Associação de Municípios do Douro Superior; 1994/01 - Funções de Administrador Delegado da Associação de Desenvolvimento do Douro Superior. Desenvolveu atividade na área de projeto de Redes de Distribuição de Água, Sistemas Adutores, Reservatórios de Água, Tratamento de Água, Redes de Coletores de Águas Residuais, Redes de Coletores de Águas Pluviais, Emissários, Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas, Estradas, Edifícios, Urbanizações, Estruturas e Complexos Desportivos. Responsável pela construção e fiscalização de obras de Saneamento Básico, Edifícios, Estradas, Pontes, Complexos Desportivos e Barragens. Responsável pela implementação e aplicação dos Fundos Estruturais, pelo seu acompanhamento e responsável pela implementação do Programa Leader II e o Leader+; desde 2001 - Vogal do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Cargos ocupados noutras Instituições: Membro da Ordem dos Engenheiros, Presidente da Assembleia-Geral de Foz Côa Invest S.A., Presidente do Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa.



Dr. António Manuel de Jesus Vieira

Administrador Executivo

Formação Académica: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, e participação na Pós-graduação das Organizações e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Católica do Porto.

Atividade Profissional Atual: Vogal do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

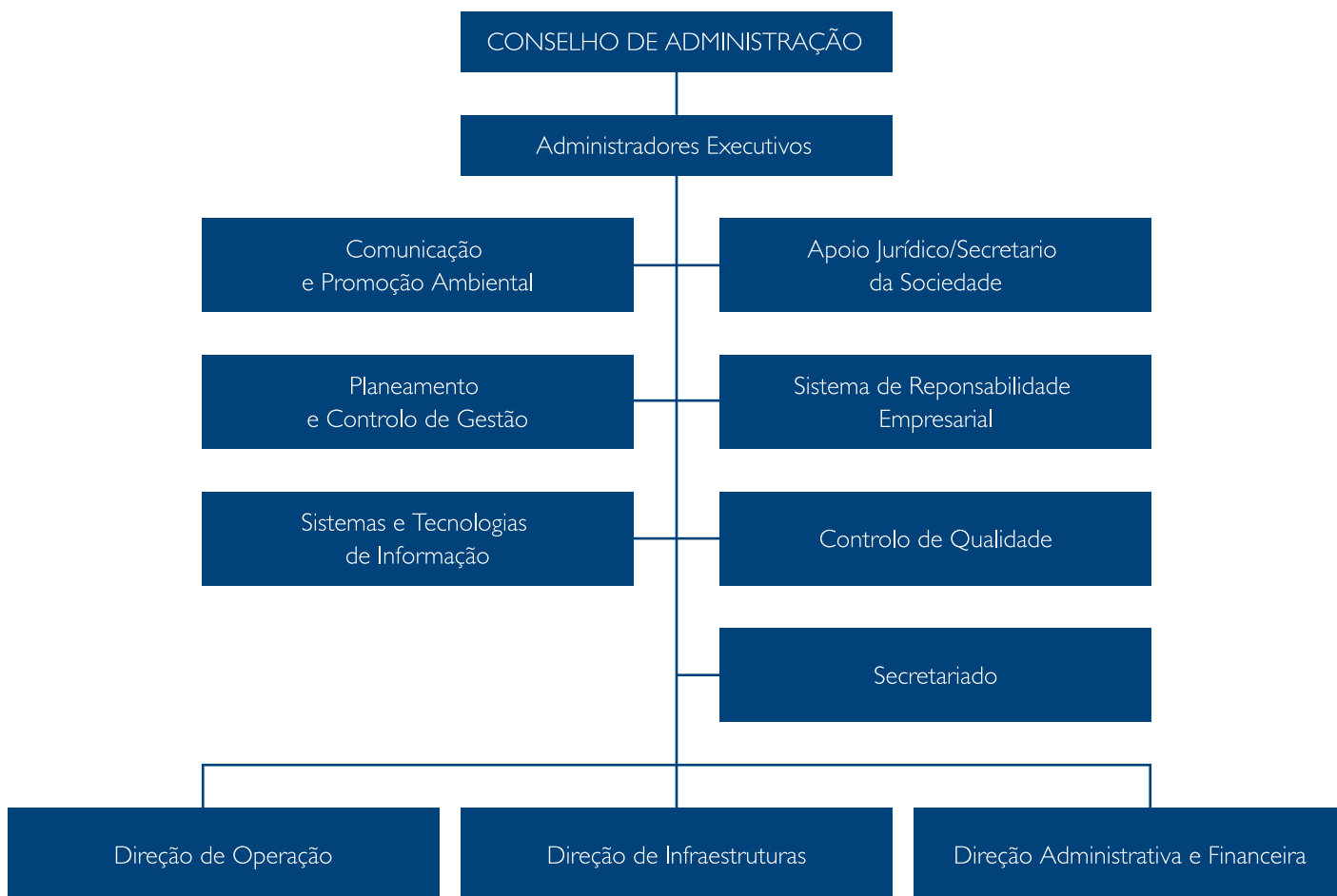
Experiência Profissional: 1977 - Iniciou a sua atividade profissional como assessor técnico em empresas do setor têxtil, e de construção civil; 1979/83 - Exerceu o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro na Renorte Lda. - Hertz - Rent-a-Car; 1983/94 - Responsável do Departamento de Gestão Orçamental do Porto na TLP-Telefones de Lisboa e Porto; 1994 - Diretor do Departamento e Controlo de Gestão da ONI na Portugal Telecom; 1995/07 - Exerceu funções como Diretor Administrativo e Financeiro na Águas do Douro e Paiva S.A.; desde 2007 - julho - Vogal do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Cargos ocupados noutras instituições: Membro da Ordem dos Economistas.

4.2 Estrutura Organizacional

Para assegurar o melhor funcionamento corrente, a AdTMAD encontra-se estruturada por órgãos funcionais, conforme descrito no ponto anterior:

O funcionamento da AdTMAD encontra-se sistematizado num Manual de Governo que compila as principais disposições relativas ao funcionamento do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da estrutura organizativa.



Do ponto de vista dos níveis organizacionais e de decisão, ao momento encontram-se implementados quatro níveis:

- 1.º Administradores, existindo competências diferenciadas em sede de Conselho de Administração, Comissão Executiva, pelouros e a nível individual;
- 2.º Diretores por Direções de Operação, Infraestruturas e Administrativa e Financeira, nomeados em comissão de serviço e com competências delegadas;
- 3.º Coordenadores de áreas funcionais e/ou territoriais, nomeados em comissão de serviço e com competências delegadas;
- 4.º Responsáveis de subáreas funcionais e/ou territoriais, nomeados em comissão de serviço e com competências delegadas.

Sobre esta macroestrutura, a Empresa aplica a sua matriz territorial, por via da delegação e de representações em cada uma das sedes das associações de municípios, em níveis de coordenação e operacionais das funções de exploração e de engenharia.



Relações com Stakeholders

A AdTMAD cumpre com todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assim como assegura os deveres associados a um adequado relacionamento com o seu universo de Partes Interessadas – *stakeholders* – tais como Acionistas, Tutela, Entidades Reguladoras, Parceiros, Utilizadores e Instituições Financeiras.

5. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Mesa da Assembleia-Geral

“Mesa da Assembleia-Geral Mandato I”	2013		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	553 €	0 €	1.106 €
Redução remuneratória*	0 €	0 €	0 €
Remuneração anual efetiva	553 €	0 €	1.106 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Conselho Fiscal + ROC

Conselho Fiscal	2012			2013		
	P	V	V	P	V	V
Remuneração anual fixa	6.888 €	5.166 €	5.166 €	6.888 €	3.402 €	3.402 €
Redução remuneratória*	2.739 €	0 €	0 €	2.739 €	0 €	0 €
Remuneração anual efetiva	4.149 €	0 €	0 €	4.149 €	0 €	0 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

ROC	2012	2013
Remuneração anual auferida	12.490 €	12.490 €
Redução remuneratória*	1.890 €	1.890 €
Remuneração anual efetiva	10.600 €	10.600 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
	I / II	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)		sim	sim	sim
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	0,00 €	12.477 €	65.586 €	65.529 €
OPRLO	Sim/Não			
Entidade de origem (identificar)				
Entidade pagadora (origem/Destino)				
1.1. Remuneração anual	0,00 €	14.679 €	54.481 €	54.481 €
1.2. Despesas de representação (Anual)	0,00 €		18.679 €	18.679 €
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €			
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	0,00 €	734 €	3.814 €	3.814 €
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	0,00 €	1.468 €	7.316 €	7.316 €
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00 €	0 €	0 €	0 €
1.7. Reduções de anos anteriores	0,00 €			
"1. Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)"	0,00 €	12.477 €	62.030 €	62.030 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0 €	3.555 €	3.499 €
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0 €	0 €	0 €
4. Outras (identificar)	0,00 €	0 €	0 €	0 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0 €	0 €	0 €
Subsídio de refeição	0,00 €	0 €	1.333 €	1.513 €
Encargos com benefícios sociais				
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	0,00 €	0 €	15.721 €	15.700 €
Seguros de saúde	0,00 €	0 €	1.247 €	352 €
Seguros de vida	0,00 €	0 €	1.144 €	1.144 €
Seguro de acidentes pessoais	0,00 €	0 €	0 €	0 €
Outros (indicar)	0,00 €	n.a.	n.a.	n.a.
Acumulação de funções de gestão (S/N)		sim	não	não
Entidade (identificar)		Águas do Centro Alentejo, S.A.		
Remuneração anual	0,00 €	a)	0 €	0 €

Parque Automóvel	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I / II	I	I	I
Modalidade de utilização			Aluguer Operacional	Aluguer Operacional
Valor de referência da viatura nova			39.505 €	38.872 €
Ano início			2.011	2.007
Ano termo			2.014	2.014
N.º prestações (se aplicável)			96	84
Valor residual			6.791 €	10.959 €
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço			12.826 €	6.560 €
Combustível gasto com a viatura			5704,71 (**)	1.891 €
Plafond anual combustível atribuído			4.226 €	4.226 €
Outros (portagens / reparações / seguro)				
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)			Sim	Sim

a) A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa

Outras regalias e compensações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I / II	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis			80 €	80 €
Gastos anuais com comunicações móveis			1.302 €	192 €
Outras (indicar)			0 €	0 €
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)			Sim	Sim

Gastos c/ deslocações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I / II	I	I	I
Custo total anual c/ viagens			889 €	33 €
Custos anuais com alojamento			1.305 €	123 €
Ajudas de custo			0 €	0 €
Outras (indicar)			0 €	0 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

** O valor do *plafond* foi ultrapassado por despesas profissionais

6. Análise de Sustentabilidade

A AdTMAD consciente das suas responsabilidades enquanto gestora de um sistema de abastecimento e saneamento, procura, desde sempre, efetuar a gestão eficiente dos seus recursos visando a eficiência económica e financeira, sem descurar as mais elevadas normas de qualidade e respeitando os mais altos valores sociais e ambientais, na senda de um desenvolvimento sustentável.

São diversos os desafios de sustentabilidade que se colocam atualmente ao setor da água, relacionados com a utilização racional de recursos, com o fornecimento aos seus clientes de água em quantidade e qualidade adequadas, com a contribuição e sensibilização para o uso racional da água, com a recolha e tratamento de águas residuais, com a reutilização de águas residuais, entre outros.

A sustentabilidade está patente na política empresarial da AdTMAD, que aposta numa gestão cada vez mais em:

- efetuar uma gestão ecoeficiente, no sentido de minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas atividades e racionalizar a utilização de recursos naturais;
- adotar boas práticas ambientais e de segurança e estabelecer estratégias de prevenção, quer nas fases de conceção e construção das suas infraestruturas, quer na sua exploração;
- promover incessantemente a qualidade dos seus processos, produtos e serviços, procurando reduzir os riscos, prevenir a poluição e aumentar:

Fruto desta preocupação com a sustentabilidade, a AdTMAD publica desde 2007, um Relatório de Sustentabilidade. Sugere-se a consulta do Relatório de Sustentabilidade 2013, para desenvolvimento deste tema.

Indicadores Sociais

A AdTMAD assegura o exercício da sua atividade num quadro de equilíbrio de desenvolvimento sustentável e coloca nos vários níveis da sua organização todo o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os seus clientes, accionistas, trabalhadores, fornecedores e comunidade.

Indicadores Ambientais

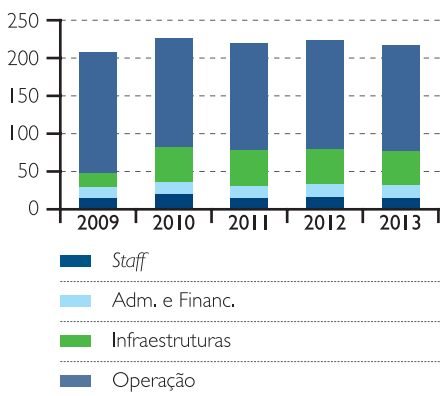
A AdTMAD rege a sua atividade por uma conceção e operação responsável das instalações e processos procurando o uso eficiente e sustentável dos recursos, assim como, a prevenção da poluição e dos riscos ambientais. Para tal, considera o respeito integral da legislação aplicável e dos requisitos da norma de Gestão Ambiental ISO 14001 e, regularmente, efetua uma identificação dos aspetos e riscos ambientais da sua atividade, que relaciona com os respetivos impactes.

7. Gestão do Capital Humano

Na área de recursos humanos, o ano de 2013 traduziu-se numa redução do número de colaboradores, em consequência das limitações impostas por força do previsto na Lei do Orçamento de Estado, não ocorrendo desta forma nenhuma admissão; e seis saídas, distribuídas da seguinte forma: Direção de Infraestruturas – saída do Diretor; Direção de Operação – um Responsável de Operação e quatro Técnicos Operativos ETA/ETAR.

Há ainda destacar a transferência de uma colaboradora que no ano de 2012, desempenhou funções na Área de Responsabilidade Empresarial, e no ano de 2013, retornou para a Direção de Operação.

O que resultou que a Empresa, registasse no final de 2013, um total de 216 colaboradores, os quais se encontram distribuídos pelas diversas áreas, conforme quadros que se seguem:

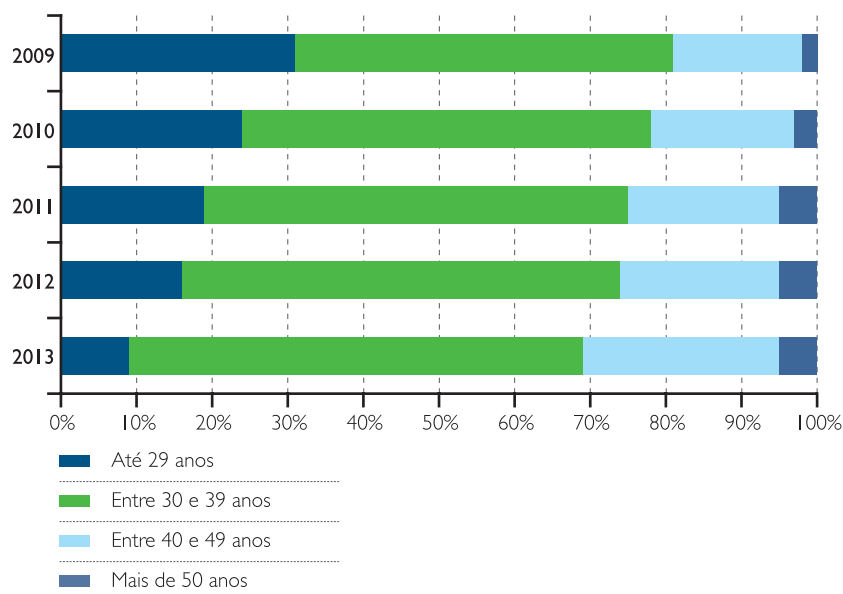


Áreas Funcionais		2009	2010	2011	2012	2013	
Staff	Sistemas de Informação	3	4	4	4	4	
	Comunicação e Imagem	1	1	1	1	1	
	Responsabilidade Empresarial	3	3	3	4	3	
	Controlo de Qualidade	1	1	0	0	0	
	Jurídico	1	2	2	2	2	
	Planeamento/ Controlo de Gestão	0	3	3	3	3	
	Administrativos/ Apoio Geral	5	5	5	5	5	
	Subtotal	14	19	18	19	18	
Engenharia	Coordenação, Planeamento, SIG e Expropriações	0	0	0	0	0	
	Obra Representações	Alto Tâmega	0	0	0	0	0
		Douro Norte	0	0	0	0	0
		Douro Sul	0	0	0	0	0
		Douro Superior/ Terra Quente	0	0	0	0	0
		Terra Fria/ Terra Quente	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0		
Infraestruturas	Coordenação, Planeamento, SIG e Expropriações	17	17	16	16	16	
	Manutenção	28	30	31	30	29	
	Subtotal	45	47	47	46	45	
Exploração	Coordenação, Planeamento, e Controlo	13	14	13	13	13	
	Manutenção	0	0	0	0	0	
	Obra Representações	Alto Tâmega	22	23	23	25	24
		Douro Norte	30	34	34	34	33
		Douro Sul	26	31	30	30	30
		Douro Superior / Terra Quente	24	26	25	26	24
Terra Fria / Terra Quente	15	15	15	16	16		
Subtotal	130	143	140	144	140		
Admin. e Financ.	Coordenação	1	0	0			
	Contabilidade, Recursos Humanos, Compras e Património	8	11	10	8	8	
	Análítica e Controlo de Gestão	1	0	0			
	Financeira e Incentivos Financeiros	5	5	5	5	5	
	Subtotal	15	16	15	13	140	
Total	204	225	220	222	216		

Embora no ano de 2013 não tenha ocorrido nenhuma admissão, no entanto e no seguimento da política de pessoal orientada nos últimos anos que privilegiou a admissão de colaboradores jovens, a Empresa tem procurado fazer a seleção de candidatos recorrendo a jovens desempregados que se encontram inscritos e à procura de emprego nos Centros de Empregos e Formação Profissional, tendo-se beneficiado o recrutamento de pessoal nos centros de emprego das localidades onde a Empresa necessita de reforçar o seu quadro de pessoal, mas também se teve em conta os currículos existentes na base de dados.

Como resultado desta política, o quadro de pessoal da Empresa reflete uma classe de colaboradores com 69% que se situa na faixa etária até aos 39 anos, dos quais sensivelmente 9%, com idade inferior aos 30 anos. Salienta-se contudo o amadurecimento da Empresa, onde na faixa entre os 40 aos 60 anos já representa no seu conjunto 31%, dos quais, 5% são relativos a colaboradores com 50 ou mais anos.

Estrutura Etária



Considerando que a política de recrutamento da Empresa está interligada com a fase de construção das infraestruturas e exploração do sistema multimunicipal, à medida que as infraestruturas foram sendo concluídas, a Empresa foi procedendo ao recrutamento e seleção estabelecendo com os colaboradores um vínculo de celebração de contrato de trabalho a termo certo, de acordo com os procedimentos em vigor no Grupo. Posteriormente, e à medida que estes contratos vão atingindo o limite máximo de renovações, e já de acordo com a aplicação da recente legislação publicada sobre a extensão das renovações dos contratos de trabalho a termo, e se verifica ainda assim a necessidade em manterem ao serviço os colaboradores em causa, a Empresa celebra contratos sem termo, tendo sempre presente no ato das renovações o seu bom desempenho, trabalho em equipa, afincamento e brio profissional dos colaboradores, antes da sua passagem para o quadro de efetivos da Empresa. Contudo, com a aprovação da Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro veio permitir uma renovação extraordinária máxima de 12 meses para os contratos que atinjam os limites máximos de duração estabelecidos no n.º do art.º 148.º do Código do Trabalho ou na Lei n.º 3/2012, de 10 de janeiro cujo limite de vigência é até 31 de dezembro de 2016.

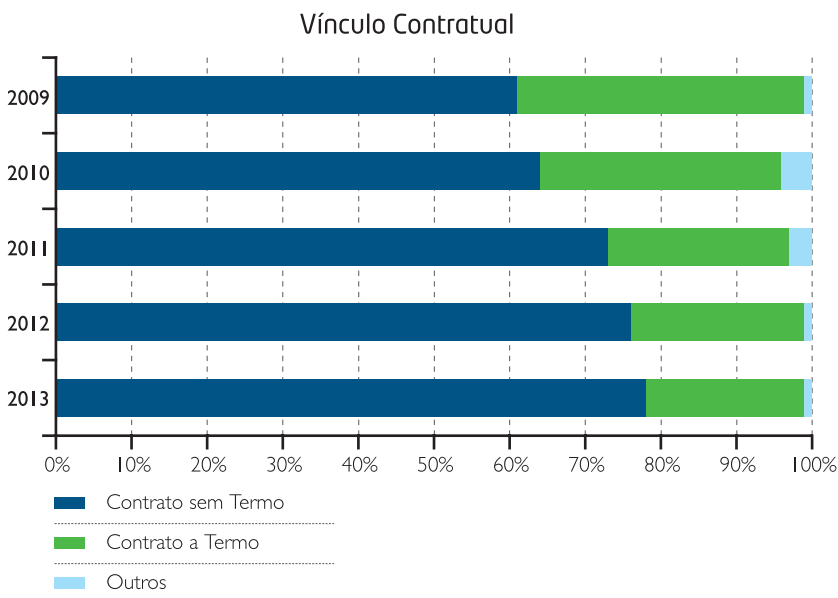
A Empresa tem mantido ao longo dos últimos anos uma estabilidade ao nível do género dos seus colaboradores, situando-se numa relação de um colaborador do sexo feminino para quatro colaboradores do sexo masculino. Não sendo alheio a este fato, de que, cerca de 50% dos colaboradores da AdTMAD se encontram enquadrados nas categorias de Técnicos Operativos, sendo as principais tarefas destas categorias a operação e manutenção das infraestruturas da empresa, onde a força física é um fator importante, e se solicita como formação base o 9º ano de escolaridade. Já nas categorias onde a especialização e a formação académica assumem uma especial relevância (Técnico Superior), verifica-se um maior equilíbrio ao nível do género dos colaboradores da AdTMAD, atingindo mesmo uma relação de 4 colaboradores do sexo feminino para cinco colaboradores do sexo masculino, conforme se evidencia no quadro em anexo.

Categoria	Género	2013	2012	2011	2010	2009
T. Operativo A	M	94	98	91	94	84
	F	1	1	1	1	1
T. Operativo B	M	10	10	11	11	13
	F	0	0	0	0	0
Técnico A	M	4	4	5	5	2
	F	4	4	4	4	3
Técnico B	M	22	22	21	21	20
	F	7	7	7	6	6
Técnico C	M	1	1	1	1	1
	F	0	0	0	0	0
T. Superior A	M	1	1	1	1	1
	F	2	2	2	2	1
T. Superior B	M	32	32	32	31	32
	F	30	31	31	33	32
T. Superior C	M	8	9	9	9	9
	F	0	0	0	0	0
Total	M	172	177	171	173	162
	F	44	45	45	46	43

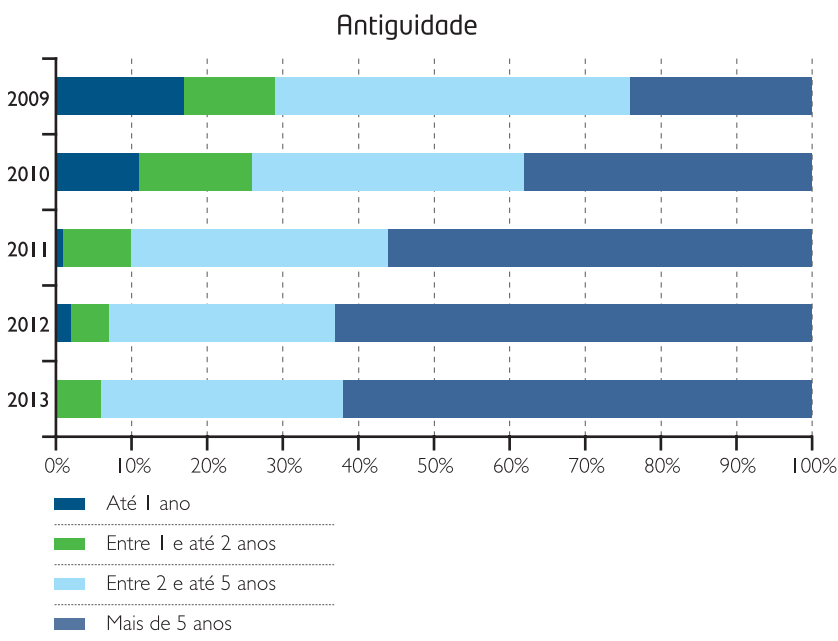
Ao nível do vínculo laboral de colaboradores com contratos de trabalho sem termo é de 78% do total, 21% de colaboradores com contratos de trabalho a termo certo e 0,46% com outro tipo de contrato de trabalho de requisições ao INAG.

Durante o ano de 2013, foi convertido um contrato de trabalho a termo incerto em contrato de trabalho sem termo, fruto da saída de um colaborador da Área de Gestão de Vila Pouca de Aguiar que se encontrava de baixa médica de longa duração, desde maio de 2006, e que aderiu ao plano de rescisões amigáveis implementado pelo grupo AdP.

O gráfico seguinte evidencia a evolução do vínculo contratual.



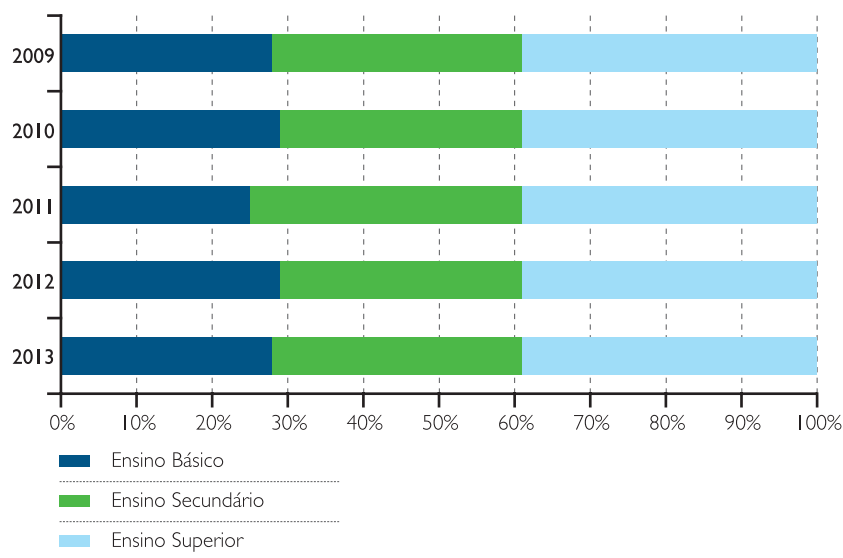
A antiguidade dos colaboradores está naturalmente associada à evolução do número de colaboradores, assim como à política de gestão de recursos humanos, a qual visa atrair, desenvolver e manter os melhores profissionais ao serviço da empresa.



Relativamente ao conhecimento e desenvolvimento pessoal, a Empresa facilita o acesso dos colaboradores com menos qualificações ao ensino secundário, através da atribuição do estatuto de trabalhador-estudante e diversas facilidades para prestação de provas e exames em horário laboral.

O gráfico seguinte espelha a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, havendo a referir que continua a existir uma parte significativa de colaboradores, cerca de 28% com o ensino básico, que vai continuar a necessitar de apoio da Empresa para concluir o ensino secundário.

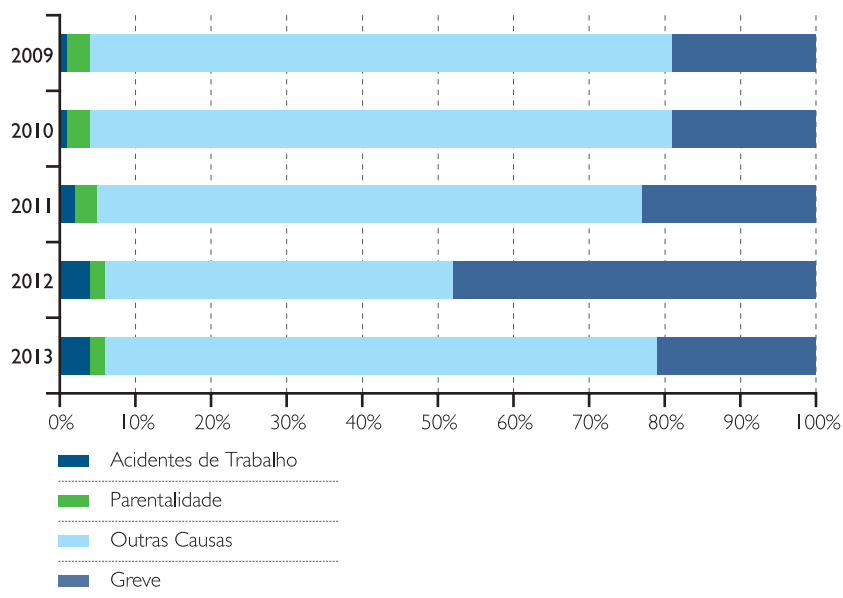
Habilitações



O nível de assiduidade em 2013 foi de 93,85% havendo um ligeiro agravamento face aos 94,82% registados em 2012. O absentismo existente em 2013 na sua maioria, diz respeito a situações de baixa por doença, acidentes de trabalho, licença de parentalidade e outras.

	2009	2010	2011	2012	2013
N.º Potencial de Horas	392.928	405.089	401.526	464.456	442.570
Horas de Ausência	48.284	25.126	20.787	18.978	27.219
Taxa de Absentismo	12,29%	6,20%	5,18%	4,09%	6,15%
Taxa de Assiduidade	87,71%	93,80%	94,82%	95,91%	93,85%

Ausências / Ocorrências



Formação Profissional

A gestão de recursos humanos considera a formação profissional como um elo fundamental das atividades da Empresa e está presente nas preocupações e prioridades da sua gestão, procurando melhorar e valorizar os colaboradores, facultando-lhes o acesso a formação adequadas aos seus perfis funcionais, enaltecendo a criação e a inovação contínua e adicionando mais-valia através do desenvolvimento e aprendizagem de novas competências técnico-profissionais, necessárias e adequadas às funções que desempenham na estrutura orgânica da Empresa.

Em 2013 foram ministradas 51 ações de formação profissional, num total de 1.719 horas, abrangendo 119 colaboradores.

	2009	2010	2011	2012	2013
N.º de Ações	68	81	46	64	51
N.º de Horas de Ações	2.293	11.476	2.549	5.798	1.719
N.º de Colaboradores Envolvidos	139	215	97	171	119
N.º de Horas Médias por Colaborador	16,50	53,38	26,28	33,91	14,44

Decorrente das ações de formação realizadas em 2013, a Empresa prevê continuar durante o ano de 2014, o esforço de desenvolvimento das competências dos seus colaboradores, através da realização de mais ações de formação, com vista a responder a essas necessidades. Tendo para o efeito efetuado o levantamento das necessidades de formação dos colaboradores, incorporando-as no plano de formação trianual.

A estratégia do plano de formação assentou em três linhas orientadoras:

- alinhamento com o desenvolvimento de competências e requisitos das funções;
- orientação à melhoria da eficiência e eficácia;
- associação ao desenvolvimento de projetos internos.

8. I&D e Inovação

“Compensação de fator de potência”

Durante o ano de 2013 foram aplicados 17 novos equipamentos de compensação de fator de potência (Baterias de Condensadores), em 17 instalações distintas. O objetivo na aplicação destes equipamentos foi o de reduzir os custos com o consumo de energia reativa.

Verifica-se uma redução considerável no custo da energia reativa afeto às instalações alvo de instalação.

Através da aplicação destes equipamentos, obteve-se para estas 17 instalações, uma redução média no custo com o consumo de energia reativa de cerca de 96%, correspondendo a uma poupança anual média de cerca de 13.000€.

Para as instalações que já possuem Baterias de Condensadores, implementou-se um processo mensal, de monitorização dos custos no consumo de energia reativa, com o objetivo de verificar anomalias nos equipamentos, ou eventualmente redimensionamento dos mesmos.

Esse processo levou à intervenção em diversos equipamentos, quer para verificação do estado de condensadores, controladores, fusíveis ou outros, como para reparação de componentes. A estimativa de redução de custos, origem na implementação de medidas corretivas, foi de cerca de 16.000€.

Existem ainda instalações nas quais foram detetadas anomalias no funcionamento das baterias de condensadores, sendo que estando ainda as mesmas em período de garantia de obra, se aguarda intervenção por parte do empreiteiro a fim de resolver esses problemas.

Considerando a resolução destas anomalias por parte do empreiteiro e os resultados já obtidos, estimou-se uma redução no custo com energia reativa para estas instalações, da ordem dos 64%, ou seja cerca de 8.900€.

Face aos valores estimados apresentados, em termos de redução de custos com energia reativa, o valor global estimado para essa redução será de 24.900€. Considerando o custo total com aquisição de energia elétrica para o ano de 2013, obtém-se uma potencial redução de custo na ordem dos 0,8%.

“Análise de distorção harmónica”

Durante o ano de 2013, deu-se continuidade à realização de análise à qualidade das redes elétricas em algumas das instalações consideradas como críticas. Essas análises foram feitas recorrendo a analisadores de rede, com o objetivo de avaliar a taxa de distorção harmónica nas correntes (%THDI), procurando dessa forma encontrar, quer as origens como possíveis soluções de eliminação de elevadas taxas de distorção harmónica nas correntes. Uma causa detetada para a elevada taxa de distorção harmónica, é a inexistência de filtros passivos nas cargas não lineares de potência considerável, nomeadamente Variadores Eletrónicos de Velocidade. Estão em curso estudos para a aplicação de filtros passivos associados às cargas críticas, cuja implementação será realizada pelos respetivos responsáveis da empreitada, uma vez que essas instalações ainda se encontram dentro de garantia de obra.

As consequências tidas como gravosas originadas pela existência de elevados valores de Taxa de Distorção Harmónica, são o disparo intempestivo de proteções nomeadamente corrente elevado no neutro, redução da capacidade na secção dos condutores, aumento de ruídos, deficiente funcionamento dos equipamentos de compensação de fator de potência. Relativamente aos equipamentos de fator de potência, existe ainda a questão do funcionamento do mesmo face à existência de harmónicos, uma vez que a entrada em funcionamento dos escalões de condensadores poderá amplificar esses harmónicos, aumentando a influência negativa dos mesmos sobre a instalação elétrica e seus equipamentos.

“Implementação do Plano de Racionalização Energética na ETAR de Vila Real”

No ano de 2013 deu-se início à implementação do Plano de Racionalização Energético na ETAR de Vila Real, plano esse que resultou da realização de uma auditoria energética ao abrigo da classificação da instalação como Consumidora Intensiva de Energia. As medidas implementadas consistiram na sensibilização operacional no sentido de ajustar o processo de forma a minimizar ou otimizar consumos de energia, assim como na implementação de um sistema descentralizado de monitorização de variáveis elétricas, utilizando para o efeito analisadores de rede associados a quadros ou cargas parciais. A implementação do sistema descentralizado de monitorização de variáveis elétricas, permite obter um perfil setorial dos consumos na instalação, assim como verificar discrepâncias face ao normal.

“Plano Integrado de Eficiência Energética”

A AdP Energias, em linha com o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e com as metas nacionais, apresentou à UNA-PD uma proposta de atuação para a Gestão da Energia no grupo Águas de Portugal na qual se inclui a AdTMAD.

Neste contexto, fixaram-se as seguintes orientações e regras, a observar, em sede de relação *in house*, na parceria entre a AdP Energias e a AdTMAD, com o objetivo da concretização de Projetos de Gestão de Energia, nos termos constantes nos pontos seguintes:

- realização de auditorias e diagnósticos energéticos em instalações de relevância, no sentido de obter medidas para tornar as instalações mais eficientes em termos energéticos;
- implementação de centrais de mini produção fotovoltaica.

Este plano visa essencialmente tornar as instalações mais eficientes energeticamente, quer ao nível de consumo como de produção de energia elétrica aproveitando todo o seu potencial para o efeito.

9. Ética e Prevenção da Corrupção

A AdTMAD aprovou em Reunião dos Administradores Executivos o Código de Conduta e Ética, este código, à semelhança do adotado pela Águas de Portugal (AdP) e extensível a todas as empresas do grupo AdP, tem por objetivo ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento quer entre colaboradores, quer com os públicos externos.

O Código de Conduta e Ética da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (AdTMAD), visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por parte de todos os seus colaboradores, em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do grupo AdP e dos seus colaboradores.

Este documento vem expressar o compromisso da AdTMAD em reforçar os padrões éticos aplicáveis e a criação de um ambiente de trabalho que promova o respeito, a integridade e a equidade entre os seus colaboradores.

Este encontra-se disponível no site no seguinte endereço:

http://gota/acPT/Lists/Sector_Aguas/DispForm.aspx?ID=8&Source=http%3A%2F%2Fgota%2FacPT%2Fdefault%2Easpx

10. Controlo do Risco

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2013 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- financeira;
- reputação;
- legal ou regulamentar; e
- nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- existência e eficácia de controlos;
- ocorrência anterior do risco;
- complexidade do risco; e
- capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a Empresa se encontra exposta são os seguintes:

- cambial, taxa de juro e commodities, incluído no relatório de avaliação de risco de 2013;
- envolvente política, económica e financeira, incluído no relatório de avaliação de risco de 2013;
- capacidade técnica e humana, incluído no relatório de avaliação de risco de 2013;
- catástrofe, incluído no relatório de avaliação de risco de 2013.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

11. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94, de 26 de agosto, e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. Divulgação de Informação

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Site	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Organigrama	X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identifica dos órgãos sociais	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X		
Identificação de comissões existentes na Sociedade	X		
Identificar sistemas de controlo de riscos	X		
Remuneração dos órgãos sociais	X		
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transacções fora das condições de mercado			X
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X		
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X		
Código de Ética	X		
Relatório e Contas	X		
Provedor do cliente			X

13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho – que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público –, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

De acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, integram o conceito de publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer outras formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. durante o ano de 2013 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

Nota: A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro não realizou nenhuma iniciativa de publicidade institucional

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
ROCE	X			208%	
EBITA/ Receitas	X			114%	
Custos com Pessoal	X			147%	
Cash-Cost Abastecimento	X			102%	
Cash-Cost Saneamento	X			128%	
Investimento	X			120%	
Prazo Médio de Recebimentos		X		25%	
Prazo Médio de Pagamentos	X			167%	
Volume de Atividade	X			114%	
Taxa de Cobertura de AA Potencial		X		83%	
Taxa de Cobertura de AR Potencial		X		57%	
Qualidade da Água Fornecida	X			100%	
Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	X			100%	
Reforço da Eficiência Contratual		X		86%	
Cumprimento de Prazos de Reporte				200%	
Cumprimento de Orientações Corporativas	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro	X				A empresa apresentou aos acionistas, os planos de investimento e endividamento para os anos de 2011, 2012 e 2013
Limites de Crescimento do Endividamento			X	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e o seu grau de cumprimento está espelhado no Relatório e Contas da AdP SGPS.
Evolução do PMP a fornecedores		X		menos 21 dias	Anexo preenchido pág. 39 do Relatório e Contas
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)		X		650.258,84	Anexo preenchido pág. 40 do Relatório e Contas
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	A avaliação do cumprimento dos deveres especiais de informação relativa ao despacho n.º 14277/2008 é efetuada em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no Relatório e Contas da AdP SGPS.
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X		X		
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			17.755	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X			8.361	
Órgãos Sociais - suspensão sub. férias e Natal, nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011	X			0	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26.º da Lei 64-B/2011			X	Não aplicável	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			130.817	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. férias e Natal, nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011	X			0	
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			X	Não aplicável	
Reembolso de despesas de representação pessoal			X	Não aplicável	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública pelas participadas	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	Não aplicável	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			Não aplicável	Página 40 do Relatório e Contas
Parque automóvel	X			Não aplicável	Página 40 do Relatório e Contas
Princípio da Igualdade do Género	X			Não aplicável	Página 28 do Relatório e Contas
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal			X	Não aplicável	A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuada em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no Relatório e Contas da AdP SGPS.
Fornecimentos e Serviços Externos			X	Não aplicável	
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
N.º de efetivos			X	Não aplicável	Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG). A avaliação relativa ao plano de redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuado em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do grupo.
N.º de cargos dirigentes			X	Não aplicável	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			Não aplicável	Página 41 do Relatório e Contas

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro por intermédio da AdP,SGPS, aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de abril; DL 133/2013)

Objetivos de Gestão de 2013 - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.			
Indicadores		Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido
1. ROCE	%	100% ⁽²⁾	208%
2. EBITDA/ Receitas	%	100% ⁽²⁾	114%
3. Custos com Pessoal/ EBITDA	%	100% ⁽²⁾	147%
4.1. Cash Costs Abastecimento	(€/ m ³)	100% ⁽²⁾	102%
4.2. Cash Costs Saneamento	(€/ m ³)	100% ⁽²⁾	128%
5. Investimento	(10 ³ €)	100% ⁽²⁾	120% ⁽³⁾
6. Prazo Médio de Recebimentos	dias	60	243
7. Prazo Médio de Pagamentos	dias	45	27 ⁽⁴⁾
8. Volume de Atividade	(10 ³ m ³)	100%	114%
9.1. Taxa de Cobertura de AA Potencial	%	97%	83%
9.2. Taxa de Cobertura de AR Potencial	%	59%	57%
10.1. AA Qualidade da Água Fornecida	%	100%	100%
10.2. Qualidade dos Efluentes Tratados	%	100%	100%
11. Reforço da Eficiência Contratual	%	95%	86%
12. Cumprimento de Orientações Corporativas	%	100%	100%
13. Cumprimento dos prazos de Reporte	dias	1	-1

⁽¹⁾ VALOR FIXADO na Assembleia-Geral de 25 de março de 2011.

⁽²⁾ Indicadores calculados com base no OPT aprovado pelo Concedente em 11 de fevereiro de 2013.

⁽³⁾ Meta em 2013 ascendeu a 0, com um investimento real de 2.573 m€, o que perfaz um grau de desempenho 3, que se traduz num item quantitativo com resultado >= 120% do objetivo.

⁽⁴⁾ Cálculo não inclui montantes das rendas a pagar em 2013 relativas a infraestruturas integradas em anos anteriores e juros de suprimentos devidos ao acionista maioritário.

Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de Abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

Evolução do prazo médio de pagamento RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009								
PMP	1.ºT 2012	2.ºT 2012	3.ºT 2012	4.ºT 2012	1.ºT 2013	2.ºT 2013	3.ºT 2013	4.ºT 2013
PMP a Fornecedores (dias)	236,83	237,75	214,18	199,61	169,19	183,53	181,89	178,45

O prazo médio de pagamentos no final de 2013 atinge os 178 dias. Este indicador é influenciado pelo facto de se considerar na dívida aos fornecedores o montante de juros devidos à AdP SGPS, relativo ao apoio acionista e as rendas de curto prazo resultantes da integração de património municipal, mas ainda não reconhecidas pela maioria dos respetivos municípios. Se não se incluir no referido cálculo os dois fatores considerados anteriormente, o valor deste indicador passará a ser de, aproximadamente, 27 dias.

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Conservação e Reparação					
Empreitadas			22,96		600.031,52
Energia					
Higiene e Limpeza			160,24		
Outros Bens e Serviços		2.623,78	15.044,31	6.593,05	25.782,98
Outros Trabalhos Especializados					
Papel Economato					

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Determinações sobre remunerações

Ver ponto 5 Remunerações e Outros Encargos, da página 23 à 25.

Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Ver ponto 14 Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa, da página 38

Compras; contratação pública; medidas de racionalização de política de provisionamento de bens e serviços

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se porque os bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades profundamente específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. Estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel pois as viaturas operacionais obedecem a tipologias muito específicas adaptadas às atividades desenvolvidas, incluindo-se aqui, entre outras, veículos-oficina, camiões de transporte de resíduos, camiões de desobstrução de fossas, unidades móveis de desidratação de lamas, etc. No caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica.

Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

Cumprimento da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 – SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP SGPS, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.	Total	Alto Douro cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla.	Total	A divulgação da missão da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador.
Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.	Total	A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.
Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.	Total	O grupo AdP, e por consequência a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador.
Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.	Total	O grupo AdP, e por consequência a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência. A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.
Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.	Total	A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. Anualmente é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.	Total	<p>Toda a atividade do grupo AdP e da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>Neste contexto, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</p>
Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.	Total	<p>O grupo AdP e a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</p> <p>A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</p> <p>A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positiva.</p>
Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.	Total	<p>A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</p>
Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.	Total	<p>A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.	Total	<p>O grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</p> <p>O Código de Conduta e Ética da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</p>
Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.	Total	<p>O Código de Conduta e Ética da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.	Total	<p>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.	Total	<p>O Modelo de Governo da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Assembleia-Geral; • O Conselho de Administração; • O Conselho Fiscal; • O ROC. <p>Os Administradores não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>O Conselho Fiscal emite trimestralmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</p>
Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.	Total	<p>A auditoria anual às contas da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direção Administrativa e Financeira.</p> <p>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>
Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização.	Total	<p>Os membros dos Órgãos Sociais da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Total	<p>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das empresas que integram o grupo AdP.</p> <p>Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.</p> <p>A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade, nomeadamente através da Direção Financeira (riscos cambiais e de taxa de juro) e da Direção de Sistemas de Informação (manutenção de políticas de controlo adequadas, controlo de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas), ambos Corporativos.</p> <p>Neste contexto, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo – que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</p>

Remunerações e outros direitos

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.
Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.	Total	A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.

Prevenção de conflitos de interesses

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	Os membros do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.

Prevenção de conflitos de interesses

Princípios As empresas detidas pelo Estado devem:	Grau de Cumprimento	Fundamentação
No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	<p>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</p>

16. Relatório do Administrador não Executivo

Relatório do administrador não executivo sobre o desempenho dos administradores executivos

1. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2013.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

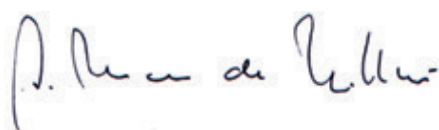
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Vila Real, 27 de janeiro 2014

O Administrador não Executivo,



Artur Pato Mendes de Magalhães



B - Atividade da Empresa





B - Atividade da Empresa

1. Introdução

A AdTMAD tem plena consciência da importância do seu papel e das suas responsabilidades no cumprimento das metas estabelecidas no Sistema de Gestão Integrado (SGI) para o setor do abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais. Assim, compromete-se a cumprir os requisitos das normas de NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), NP EN ISO 14001:2004 (Ambiente), e OHSAS 18001:2007 (Segurança), bem como todas as exigências legais relativas a qualidade, ambiente e segurança e outros regulamentos aplicáveis.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança de 2012, em 2013 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento bem abaixo do ano anterior (1,9% vs. 2,8%), suportado por uma procura privada sustentada, em oposição com a procura pública que apresenta uma contração em 2013. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos mas abaixo dos níveis elevados dos últimos anos. Ainda que a procura externa de bens produzidos por estas economias apresente valores relevantes, a fragilidade e pouca sustentabilidade da sua procura doméstica permanece como uma preocupação. Em 2014 e 2015 é expectável uma recuperação económica, sustentada pelas economias dos países desenvolvidos, no entanto as políticas monetárias manter-se-ão conservadoras face aos riscos e fragilidades ainda em vigor.

União Europeia

A atividade económica da União Europeia registou em 2013 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4% (menos 0,7% em 2012). Espera-se que 2014 seja o ponto de inflexão no que à recuperação económica diz respeito. Esta inversão será atenuada nas economias mais vulneráveis e sob stress severo, em resultado de situações de dívida muito elevada (pública e privada) e políticas fiscais recessivas que mantêm os níveis de procura doméstica baixos. Pelo contrário, vislumbram-se crescimentos nas exportações que contribuem para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo do 1%. Embora dentro das expectativas, os níveis da inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

A taxa de desemprego mantém níveis elevados, apesar de consistentes com o ano anterior (12,0% em 2013, 11,9% em 2012). As taxas de desemprego mais baixas verificam-se na Áustria (4,9%), Alemanha (5,1%) e Luxemburgo (6,2%), e as mais altas na Grécia (27,8%) e Espanha (25,8%).

Em novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica na zona euro.

Portugal

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental e no setor privado é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A queda do PIB deverá rondar os 1,5%, que traduz uma melhoria face à queda de 3% em 2012. A dívida pública portuguesa corresponderá aproximadamente a 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O défice orçamental de 2013 terá ficado abaixo dos 5,5% do PIB acordados com a Troika.

A economia portuguesa terá crescido 1,3% durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este desempenho interrompe 11 trimestres de crescimentos homólogos negativos e foi suportado pela recuperação da procura interna, incluindo o investimento, além de refletir um processo de consolidação orçamental em 2013 inferior ao previsto no início do ano.

A taxa de desemprego terá ficado, em termos médios, em 16,4%, com um valor de 15,3% no último trimestre do ano.

A situação económica em Portugal nos próximos tempos continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Em 2014, Portugal depara-se com a incerteza associada à conclusão dos primeiros três anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado bem como a nível do custo desse financiamento. Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; Universidade Católica Portuguesa.

3. Enquadramento do Setor

O grupo AdP continuou a prestar serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2013 num contexto de importantes restrições.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado datam de 2010, tendo registado importante desenvolvimento no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução dos gastos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

A atividade do grupo AdP decorre ainda num contexto de expansão da sua atividade, ainda que menos pronunciada, através da entrada em funcionamento de mais infraestruturas. Tal encontra-se patente em todos os sistemas de modo a corresponder a uma agenda de exigências ambientais acrescidas.

Também a natureza de serviço público baseado em infraestruturas com elevadas exigências para assegurar níveis adequados de bem-estar das populações, saúde pública, desenvolvimento das atividades económicas e sustentabilidade ambiental, tornam mais exigente o cumprimento das metas estabelecidas.

O grupo AdP tem correspondido ao esforço de cumprimento das diversas metas estabelecidas, adaptando diversos processos internos e com um importante empenho de todo o quadro de colaboradores.

Paralelamente, durante o ano de 2013, prosseguiu-se na implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o grupo AdP, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo prevê como linhas orientadoras para a reestruturação:

- reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

No âmbito do mandato do Governo, o grupo AdP deu continuidade aos trabalhos tendentes a promover a agregação territorial para o setor das águas, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer no âmbito de parcerias públicas para os sistemas municipais.

No subsetor dos resíduos foi assegurada toda a colaboração no processo de abertura ao setor privado que veio a culminar já no início de 2014 com a aprovação do modelo de privatização através da venda em bloco da posição da AdP SGPS na Empresa Geral de Fomento (EGF), através de um concurso público internacional.

A prossecução da reestruturação do setor tem sido concretizada em diversos diplomas legais e iniciativas legislativas, relativamente aos quais se destacam:

- a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, procedeu-se à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, designada Lei da Delimitação de Setores, no sentido de viabilizar a operação de alienação de participações sociais a privados no setor da gestão dos resíduos urbanos, desaparecendo a regra da maioria pública nas entidades gestoras concessionárias no subsector dos resíduos;
- a revisão do regime jurídico da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados;
- projetos para a agregação de vários sistemas multimunicipais existentes e das respetivas entidades gestoras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, no âmbito dos quais se contempla, desde já, a criação de três novos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais existentes
- criação de uma nova parceria pública e continuação das negociações para a celebração de parcerias públicas com municípios integrados no âmbito de sistemas multimunicipais, mediante a delegação da exploração e gestão dos sistemas municipais agregados por parceria pública em empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais, procedendo, assim, a uma «integração» do serviço numa única entidade gestora;
- a adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos utilizadores municipais, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- o reforço dos poderes e independência do regulador setorial concretizado já no início de 2014.

Prosseguiram em 2013 os trabalhos em torno da elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas (PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) e para os serviços de gestão de resíduos urbanos (PERSU 2020 - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores, estando prevista a sua conclusão no início de 2014.

Estes planos desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, entretanto submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC) e que irá nortear a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

A atual fase de desenvolvimento do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, evidenciam uma mudança de paradigma, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos *ex-ante* e *ex-post*.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4. Regulação

Desde 1993, que foram adotadas soluções através de uma gestão empresarial liderada pela AdP e em parceria com os municípios, em que se geram economias de escala que permitem a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis em Portugal e se prosseguem os objetivos de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e tratamento e valorização de resíduos urbanos, com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas.

As atividades que o grupo AdP tem vindo maioritariamente a exercer constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

No ano em que se assinalam os 20 anos da criação da AdP, o grupo agrega 31 empresas sujeitas a uma forte regulação no âmbito da sua atuação nos domínios do abastecimento de água para consumo público, do saneamento de águas residuais urbanas e do tratamento e valorização de resíduos urbanos em Portugal.

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é concessionária da exploração e da gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos estão abrangidas pelos Decretos-Leis n.os 294/94, de 16 de novembro, 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, integrando-se no âmbito da atividade regulatória da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), definida pelo Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro. Adicionalmente, as atividades são desenvolvidas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, em estrito cumprimento da regulamentação em vigor, bem como das disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora e pelas orientações dos acionistas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e o âmbito de atuação da entidade reguladora foram reforçados e alargados no domínio dos serviços «em baixa» (prestados aos utilizadores finais), sendo também reforçadas a sua missão de regulação geral do setor; bem como os seus poderes de autoridade (regulamentação e sancionamento).

A Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. É neste contexto que deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei 125/XII, em 10 de janeiro de 2013, tendo sido aprovados, em votação final global, já em janeiro de 2014, os novos Estatutos da ERSAR.

Na prossecução da reestruturação destes setores releva-se o regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos, apreciado na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, em janeiro de 2014, e relativamente ao qual é expectável idêntico desenvolvimento para os serviços de águas.

O risco regulatório das entidades reguladas constitui uma preocupação central.

A implementação de alterações ao modelo de regulação económica em vigor constitui um importante desafio para a entidade reguladora e para as entidades gestoras. Na fase de desenvolvimento do setor em que as empresas do grupo AdP se inserem e com a implementação das alterações ao modelo, este deve ser considerado como uma evolução natural do estágio de desenvolvimento do setor e nas iniciativas em curso associadas à sua reestruturação, sendo exigida uma maior atenção à gestão das infraestruturas e à eficiência produtiva.

De salientar que nem todos os sistemas multimunicipais de águas se encontram em fase de exploração plena, estando inclusive a terminar uma fase exigente em termos de investimentos em infraestruturas, pelo que a respetiva maturidade deve tomada em consideração.

Regulação económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação pelas Concessionárias ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu-se à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2013, iniciado em setembro de 2012, estendeu-se até fevereiro de 2013, sendo que, após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite uma mais adequada recuperação dos encargos de prestação dos serviços, num cenário de maior pressão sobre os meios financeiros disponíveis.

Em setembro de 2013, iniciou-se o ciclo orçamental para 2014, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2013.

As propostas de orçamento e projeto tarifário para 2013 e para 2014 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro.

De acordo com o modelo regulatório vigente, custo do serviço (*cost plus*) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora advenientes da exploração e gestão do sistema, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (*superavit*), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade e eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo AdP para 2013 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no RC de 2013 consolidado do grupo AdP.

Durante o ano de 2010 a Entidade Reguladora apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (défice e *superavit*) ou de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável. No entanto, até final de 2013, esta proposta não foi aprovada e implementada.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão e de parcerias públicas, exigem que não se adie por mais tempo o exposto reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

Com a futura publicação dos Decretos-Lei de criação dos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais e da celebração dos contratos de concessão encontra-se previsto o reconhecimento explícito e a recuperação dos desvios de recuperação dos gastos gerados anteriormente.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2013 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2011, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As empresas do grupo AdP asseguram a prestação de serviços de qualidade à maioria da população portuguesa.

No que diz respeito à água para consumo humano, maioritariamente produzida por empresas do grupo, verifica-se ao longo dos anos uma evolução positiva da sua qualidade.

Compete também à Entidade Reguladora, nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA).

Cabe à Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à implementação do PCQA.

O PCQA de 2013 da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi submetido e aprovado em 30 de outubro de 2012 pela Entidade Reguladora.

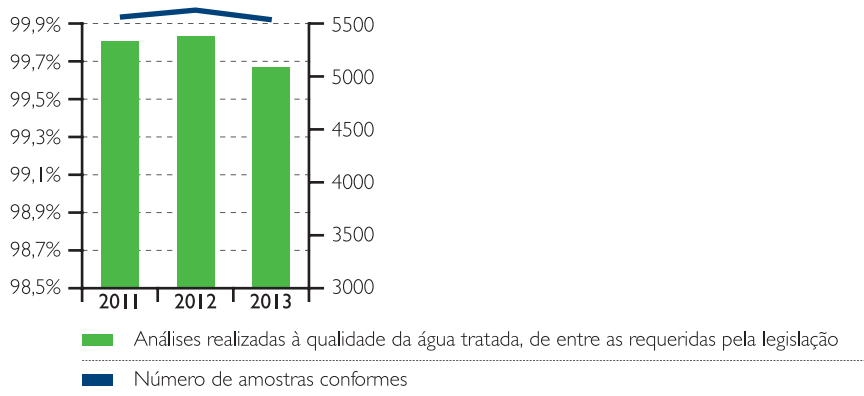
No cumprimento da legislação vigente a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo que nas situações de incumprimento dos valores paramétricos as mesmas são comunicadas às respetivas entidades.

Em 2013, e no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 5053 análises, sendo que foram detetados 2 incumprimentos aos valores paramétricos.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

No âmbito da divulgação do volume 4 do RASARP, e pela primeira vez em 2013, a Entidade Reguladora atribuiu "Selos de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano", a 61 entidades, entre as quais a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Evolução anual de incumprimentos nos pontos de entrega (PE) e número de determinações efetuadas



Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (*Bonn Charter for Safe Drinking Water*) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2004 que um conjunto de empresas do grupo AdP, reconheceram nos PSA uma metodologia útil para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

5. Análise Económica e Financeira

Situação Económica

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro no ano de 2013, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas. Damos nota, que a empresa preparou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board".

A empresa prossegue a consolidação da atividade, quer no fornecimento de água, quer na recolha e tratamento de efluentes aos Municípios. A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro apresenta, em 2013, um bom desempenho económico, refletido nos resultados líquidos positivos, em cerca, de 5.158 mil euros, continuando a verificar-se uma grande pressão, nos seus resultados, das amortizações dos investimentos e dos encargos financeiros suportados pela empresa. Por outro lado, é importante referir que a empresa procedeu à especialização nas suas contas dos valores mínimos garantidos relativos ao ano de 2013.

IFRS ⁽¹⁾							
Rubrica de Resultados	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Resultados Operacionais	10.253.429,00	10.290.251,00	13.334.594,58	36.822	0,4%	3.044.344	29,6%
Resultados Financeiros	-10.318.675,90	-10.228.250,45	-7.856.430,80	-90.425	-0,9%	-2.371.820	-23,2%
Resultados Antes de Impostos	-65.246,00	62.001,00	5.478.163,78	127.247	195,0%	5.416.163	8735,6%
Resultado Líquido	-351.102,00	2.371.603,00	5.158.113,79	2.722.705	775,5%	2.786.511	117,5%

⁽¹⁾ Normas Internacionais de Relato Financeiro

Da análise do quadro anterior, é de salientar a obtenção de Resultados Operacionais, positivos em 13,3 milhões de euros, que relevaram um acréscimo de 29,6% em relação ao ano anterior:

O Resultado Operacional obtido é, significativamente, mais elevado do que o apurado no Orçamento e Projeto Tarifário (doravante denominado OPT) aprovado para 2013, que era, aproximadamente, de 5,1 milhões de euros. Esta variação para OPT 2013 deve-se, no essencial, ao défice de estimativa do Valor Mínimo Garantido (doravante designado por VMG) em sede de OPT 2013. O valor estimado para esta variável, com base no pressuposto de cumprimento do Contrato de Concessão por parte dos Municípios, foi de 0,4 milhões de euros, verificando-se, no entanto, que o valor real a incorporar nas demonstrações financeiras da Empresa deveria ascender a, cerca, de 4,6 milhões de euros.

Quanto ao Resultado Líquido do exercício, é de dar nota que, o montante relevado por aquele resultado é em grande medida decorrente da especialização dos VMG no valor de, aproximadamente, 4,6 milhões de euros.

O Resultado Líquido projetado em sede de OPT 2013 era negativo, na ordem dos 3,7 milhões de euros.

Como resultado de um desempenho económico mais favorável foi obtido um Resultado Líquido, em 2013, de, aproximadamente, 5,2 milhões de euros. Para este desempenho, foi determinante a evolução do Volume de Negócios que atingiu em 2013 o valor de 34,6 milhões de euros, enquanto em orçamento se estimou um Volume de Negócios de 26,7 milhões de euros. De referir, ainda, que para além da diferença apurada no valor, estimado e real, do VMG, também se deve ter em conta que o volume de atividade é superior ao considerado em sede OPT 2013 em, aproximadamente, 14%. Esta diferença resulta do facto de 2013 ter sido um ano de muita pluviosidade, o que contribuiu para aumentar a faturação de tratamento de águas residuais.

IFRS ⁽¹⁾							
Rubricas de Proveitos e Ganhos	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	28.801.357,00	29.303.044,00	34.570.181,82	501.687	1,7%	5.267.138	18,0%
Outros Proveitos Operacionais	6.184.728,80	6.468.346,13	7.386.810,74	283.617	4,6%	918.465	14,2%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.928.467,31	3.008.595,71	4.291.713,78	1.080.128	56,0%	1.283.118	42,6%
Total...	36.914.553,11	38.779.985,84	46.248.706,34	1.865.433	5,1%	7.468.721	19,3%

⁽¹⁾ Normas Internacionais de Relato Financeiro

No exercício de 2013, os Proveitos atingiram, aproximadamente, 46,2 milhões de euros, representando um aumento de 19,3% face aos valores registados em 2012, em grande medida resultado da atualização tarifária e da especialização dos valores mínimos garantidos do ano de 2013, tendo o volume de negócios registado um acréscimo de 18 % relativamente ao ano anterior.

No OPT 2013 aprovado, estava previsto os Proveitos atingirem o valor de 37,7 milhões de euros. O aumento verificado nos proveitos, em termos reais, justifica-se pela variação do Volume de Negócios, anteriormente referida.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros que registam os juros de mora a clientes e os rendimentos do Fundo de Reconstituição do Capital Social, criado para atender às obrigações contratuais da empresa, nos termos previstos na cláusula 14ª do Contrato de Concessão, apresentam um aumento de 42,6% em relação ao ano anterior, o que é revelador da dificuldade, pese embora os enormes esforços desenvolvidos, em melhorar o prazo médio recebimento da Empresa.

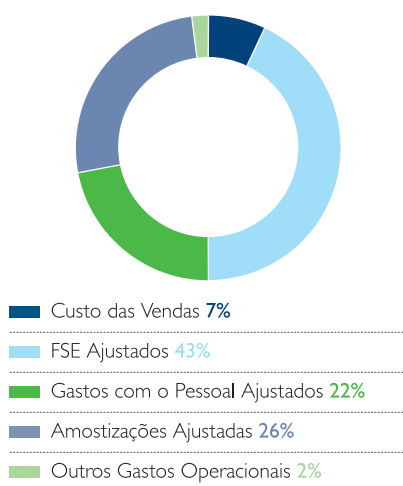
IFRS⁽¹⁾

Rubricas de Gastos e Perdas	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Custos das Vendas	1.463.515,88	1.603.091,94	1.507.286,37	139.576	9,5%	-95.806	-6,0%
Varição dos inventários							
Fornecimentos Serviços Externos	7.807.069,88	8.758.922,93	9.262.807,41	951.853	12,2%	503.884	5,8%
Gastos com o Pessoal	4.380.854,82	4.093.488,19	4.767.818,51	-287.367	-6,6%	674.330	16,5%
Amortizações	10.872.128,09	10.681.136,17	12.768.045,60	-190.992	-1,8%	2.086.909	19,5%
Provisões	0,00	0,00	0,00	0	0,0%	0	0,0%
Outros Gastos Operacionais	209.087,80	344.500,20	316.440,09	135.412	64,8%	-28.060	-8,1%
Sub-total...	24.732.656,47	25.481.139,43	28.622.397,98	748.483	3,0%	3.141.259	12,3%
Gastos e Perdas Financeiros	12.247.143,21	13.236.846,16	12.148.144,58	989.703	8,1%	-1.088.702	-8,2%
Imposto sobre o Rendimento	-140.204,72	761.202,91	999.333,21	901.408	642,9%	238.130	31,3%
Imposto Diferido	426.059,87	-3.070.805,21	679.283,22	-3.496.865	-820,7%	3.750.088	122,1%
Total...	37.265.654,83	36.408.383,29	42.449.158,99	-857.272	-2,3%	6.040.776	16,6%

⁽¹⁾ Normas Internacionais de Relato Financeiro

O total da rubrica de Gastos e Perdas em 2013 foi de 42,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 16,6% face ao valor verificado no exercício de 2012. Damos nota, que os Gastos Operacionais sofreram um aumento, na ordem dos 12,3%, face ao ano anterior.

Estrutura Gastos Operacionais



Damos nota que a empresa reduziu, de 2012 para 2013 o rácio entre os Custos com o Pessoal, FSE's e CMVMC e o Volume de Negócios. Em 2012 o peso dos custos atrás referidos no Volume de Negócios era de 0,47, passando em 2013, para 0,45.

Relativamente aos dados apresentados no quadro anterior, é de referir que os Custos com o Pessoal em 2013 tiveram, em relação a 2012, uma variação positiva de aproximadamente 16,5% devido à reposição aos colaboradores dos Subsídios de férias e Natal, de acordo com o previsto na Lei do OE de 2013.

Verifica-se, ainda, um acréscimo dos custos com Amortizações do exercício decorrente do aumento dos caudais faturados em, aproximadamente 19%. Uma análise à evolução do valor das amortizações líquidas de subsídios permite verificar que apresenta, igualmente, uma variação positiva de 19%. Há semelhança do que aconteceu em 2012, e após entrega do dossiê de Revisão do Contrato de Concessão, que prevê o alargamento do prazo da Concessão para 50 anos, o mesmo foi utilizado para cálculo das amortizações pelo método das unidades de produção.

Nos Gastos e Perdas financeiras verificou-se um decréscimo de 8,2% em relação ao período homólogo do ano anterior. Esta diminuição resulta da redução verificada no Passivo Remunerado e da redução da taxa de custo média de acesso ao capital alheio.

Situação Patrimonial e Financeira

Rubrica	IFRS ⁽¹⁾						
	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Ativo não Corrente	467.986.413,94	479.163.256,44	459.368.045,56	11.176.843	2,4%	-19.795.211	-4,1%
Ativo Corrente	58.214.886,70	53.048.545,68	64.957.411,00	-5.166.341	-8,9%	11.908.865	22,4%
Total Ativo	526.201.300,64	532.211.802,12	524.325.456,56	6.010.501	1,1%	-7.886.346	-1,5%
Capital Próprio	1.711.754,20	4.083.357,01	10.087.398,00	2.371.603	138,5%	6.004.041	147,0%
Passivo não Corrente	391.405.974,97	428.665.965,54	432.197.672,03	37.259.991	9,5%	3.531.706	0,8%
Passivo Corrente	133.083.571,51	99.462.479,57	82.040.386,00	-33.621.092	-25,3%	-17.422.094	-17,5%
Total Capital Próprio e Passivo	526.201.300,68	532.211.802,12	524.325.456,03	6.010.501	1,1%	-7.886.346	-1,5%

⁽¹⁾ Normas Internacionais de Relato Financeiro

Ativo Líquido da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro registou no exercício de 2013 uma redução de, aproximadamente, 1,5% (7,9 milhões de euros), relativamente ao ano de 2012. Esta redução está relacionada, essencialmente, com a diminuição da rubrica de Outros Ativos Correntes e não Correntes em resultado dos recebimentos do Fundo de Coesão durante o ano de 2013 que ascenderam a, cerca de, 11 milhões de euros. Por outro lado, e dado que a fase dos grandes investimentos está terminada, verifica-se uma redução dos Ativos intangíveis como resultado da amortização dos investimentos efetuados e futuros pelo método das unidades de produção.

No OPT 2013 aprovado pelo Concedente, o Ativo Líquido da empresa ascende a, aproximadamente, 500,3 milhões de euros. O referido orçamento prevê uma melhoria do prazo médio de recebimentos, que se reflete na redução da dívida de clientes. No entanto, na realidade a evolução da dívida de clientes foi diferente da prevista e o ano de 2013 terminou com uma dívida de clientes de 65,7 milhões de euros enquanto a dívida estimada era de 47,4 milhões de euros.

O Ativo não Corrente, apresenta uma variação negativa de 4,1%, aproximadamente, 19,8 milhões de euros. Uma análise mais pormenorizada a esta rubrica, evidencia uma nova fase na empresa. Desde 2001 que a empresa desenvolve um intensivo programa de investimentos, que compreendem a conceção, construção e beneficiação do Sistema Multimunicipal e das infraestruturas que o integram, cujo impacto se traduzia em crescimentos anuais significativos do seu imobilizado líquido. Com a construção, nos anos anteriores, das obras de maior volume financeiro, nomeadamente as barragens, é de salientar que os acréscimos no Ativo Intangível começam a refletir a diminuição do valor das obras em execução.

Por outro lado, o valor da dívida não corrente dos municípios materializada em Acordos de Regularização de Dívida passou de 24,5 milhões de euros em 2012 para, aproximadamente, 16,6 milhões de euros. No final de 2013, a empresa possui assinados Acordos de Regularização de Dívida com os municípios de Alfândega de Fé, Alijó, Armamar, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Moimenta da Beira, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real.

De referir, ainda, que os saldos finais do Fundo de Coesão, em dívida e incluídos nesta rúbrica foram recebidos em 2013.

A empresa tem atualmente nove candidaturas aprovadas, no montante de 358,6 milhões de euros, correspondendo a 1ª candidatura à elaboração de estudos e projetos, e as restantes à construção de infraestruturas que a empresa tem vindo a executar.

Candidaturas	Despesa	Despesa apresentada FC	Comparticipação c/ despesa apresentada	Reembolsos efetuados	Montante a receber
Estudos e Projetos (85%)	6.797.936,0	6.797.936,0	5.778.245,6	6.000.854,8	-222.609,2
1.º Fase (85%)	66.204.474,0	65.967.054,0	56.071.995,9	56.071.994,4	0,0
2.º Fase (85%)	50.724.941,0	52.110.369,9	43.116.199,9	43.116.199,9	0,0
3.º Fase (85%)	58.646.468,0	58.646.467,1	49.849.497,8	49.849.498,0	0,0
4.º Fase (85%)	52.338.000,0	52.338.000,0	44.487.300,0	44.487.300,0	0,0
5.º Fase (81%)	53.932.703,0	50.023.525,9	40.519.056,0	39.029.714,6	1.489.341,3
6.º Fase (70%)	20.878.109,3	19.692.285,3	13.413.688,2	14.614.676,5	-1.200.988,3
7.º Fase (70%)	33.170.806,7	33.649.947,1	22.345.613,2	23.219.564,7	-873.951,5
8.º Fase (70%)	15.871.747,1	3.620.526,2	2.872.162,9	3.004.463,1	-132.300,2
Total...	358.565.185,0	342.846.111,5	278.453.759,4	279.394.266,0	-940.507,9

O valor global das despesas já apresentadas ao Fundo de Coesão é de aproximadamente 342,8 milhões de euros, representando cerca de 96% do valor elegível.

Ao montante das despesas já apresentadas, corresponde uma comparticipação comunitária de 278,5 milhões de euros, dos quais a Empresa foi reembolsada em 279,4 milhões de euros. De referir que a Empresa recebeu adiantamentos relativos às 6^a, 7^a e 8^a fases.

Relativamente ao Ativo Corrente há a mencionar pela sua relevância, a rubrica de Clientes e de Outros Ativos Correntes.

No que diz respeito à rubrica de Clientes, verifica-se um aumento de 17,8 milhões de euros, em relação ao ano anterior. Como referido anteriormente, a evolução da dívida de clientes não aconteceu como o preconizado em sede de OPT 2013. Para esta evolução muito contribuiu a conjuntura económica e financeira que o país atravessa.

Durante o exercício foram celebrados acordos de regularização de dívida com diversos clientes, num total de aproximadamente 27 milhões de euros, não tendo sido possível proceder à cedência dos referidos acordos a uma instituição financeira. Estão em curso processos de injunção no valor de cerca de 14 milhões de euros. De referir que a Empresa tem desenvolvido todos os esforços com vista a recuperar o atraso no recebimento das dívidas vencidas. Contudo, foi possível atingir em 2013 um montante de recebimento de clientes de, aproximadamente, 31.5 milhões de euros.

A rubrica de Outros Ativos Correntes apresenta um saldo de, aproximadamente, 12 milhões de euros. De referir que nesta rubrica estão incluídos, essencialmente, cerca de 3 milhões de euros de dívidas de outros devedores, 4,6 milhões de euros resultantes de Acréscimos de Proveitos (especialização dos VMG de 2013) e 4,3 milhões de Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado.

Nos Capitais Próprios, há a relevar uma variação positiva de, aproximadamente, 6,2 milhões de euros, em consequência dos resultados positivos apurados no exercício. De realçar, que o valor apresentado no orçamento para 2013 relativamente aos Capitais Próprios era de, aproximadamente, 2 milhões de euros negativos.

De acordo com o Art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa apresenta no final do exercício de 2013, como Capital Próprio o valor de 10 milhões de euros, o qual é inferior em 4 milhões de euros a 50% do seu Capital Social. Decorrente desta situação o Conselho de Administração da Sociedade vai transmitir o incumprimento legal deste artigo aos Acionistas, na próxima Assembleia-Geral, a realizar durante o mês de março do corrente ano, para que sejam analisadas as medidas necessárias à regularização desta situação.

Rubrica	IFRS ⁽¹⁾						
	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	526.201.301,00	532.211.802,12	524.325.456,00	6.010.501	1,1%	-7.886.346	-1,5%
Passivo Remunerado	192.894.720,42	200.774.660,17	190.529.694,89	7.879.940	4,1%	-10.244.965	-5,1%
Passivo não Corrente	391.405.974,97	428.665.965,54	432.197.672,03	37.259.991	9,5%	3.531.706	0,8%
Passivo Corrente	133.083.571,51	99.462.479,57	82.040.386,00	-33.621.092	-25,3%	-17.422.094	-17,5%
Capital Próprio	1.711.754,00	4.083.357,01	10.087.397,91	2.371.603	138,5%	6.004.041	147,0%
Capital Social	26.966.249,89	26.966.249,89	27.812.177,00	0	0,0%	845.927	3,1%

⁽¹⁾ Normas Internacionais de Relato Financeiro

O quadro acima evidencia a redução do Passivo Corrente em 2013, verificando-se uma diminuição de 17,5%, face a 2012. Por outro lado, a Empresa conseguiu que esta redução não se refletisse no Passivo não Corrente, que registou uma variação positiva de 0,8%.

Quanto ao passivo e nomeadamente o Passivo Remunerado, no montante de 190,5 milhões de euros, regista uma diminuição de 10,2 milhões de euros, face a 2012.

De referir que o valor do Passivo Remunerado é superior ao considerado no OPT 2013. Este facto está relacionado com o facto de o Orçamento aprovado para 2013 assentar na redução da dívida de clientes que permitiria à empresa obter liquidez para amortizar empréstimos, anteriormente, contratados e evitar a necessidade de contratualizar novos empréstimos.

Este passivo é composto por empréstimos de C/P, no montante de 65 milhões de euros, e por 125 milhões de euros de empréstimos de M/L Prazo, que incluem um empréstimo de 85 milhões de euros do Banco Europeu de Investimento. Os empréstimos M/L Prazo incluem, também, 40 milhões de euros de suprimentos, classificados nas contas da Empresa nos anos anteriores como empréstimo de curto prazo. No quadro que a seguir se apresenta, os dados relativos aos suprimentos foram ajustados, no ano de 2011, com a finalidade de melhorar a comparabilidade entre anos.

Rubrica	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Empréstimo - Curto Prazo							
Banca Comercial	61.342.758	69.697.353	50.305.011	8.354.595	13,62%	-19.392.342	-27,82%
BEI		720.000	955.710	720.000		235.710	32,74%
Empréstimo - M/L Prazo							
Banca Comercial	607.279	132.623		-474.656	-78,16%	-132.623	-100,00%
BEI	77.000.000	76.280.000	85.324.290	-720.000	-0,94%	9.044.290	11,86%
AdP, SGPS - Curto Prazo	13.944.684	13.944.684	13.944.684	0	0,00%	0	0,00%
AdP, SGPS - M/L Prazo	40.000.000	40.000.000	40.000.000	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	192.894.721	200.774.660	190.529.695	7.879.939		-10.244.965	

O quadro que a seguir se apresenta evidência o comportamento dos indicadores de desempenho financeiro da empresa.

IFRS ⁽¹⁾							
Indicador	2011	2012	2013	Δ 2012/2011		Δ 2013/2012	
				Valor	%	Valor	%
Margem EBITDA ^{a)}	48,5%	49,0%	53,0%	0,01	1,1%	0,04	8,3%
Estrutura Financeira ^{b)}	112,7	49,2	18,9	-64	-56,4%	-30	-61,6%
Autonomia Financeira ^{c)}	0,7%	1,6%	3,9%	0,01	129,1%	0,02	150,5%
Solvabilidade ^{d)}	75,0%	81,9%	86,0%	0,07	9,3%	0,04	5,0%

⁽¹⁾ Normas Internacionais de Relato Financeiro

^(a) EBITDA/ Volume de Negócios

^(b) Passivo Financeiro/ Capital Próprio

^(c) Capital Próprio/ Ativo

^(d) Capital Permanente/ Passivo

Aproveitamos estas notas sobre a situação económico-financeira, para salientar o facto de a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro se encontrar em fase de conclusão do processo de conceção e construção do sistema multimunicipal, e consolidação da atividade de operação e manutenção, não podendo os resultados apresentados ser interpretados apenas no espaço temporal deste exercício económico, mas sim numa perspetiva de longo prazo, correspondente ao período da concessão.

Por outro lado, os condicionalismos do projeto, nomeadamente, níveis elevados de investimento, a extensa área abrangida pelo sistema multimunicipal, assim como a baixa densidade populacional, que condiciona os níveis de atividade requerem a necessidade de alteração dos pressupostos da Concessão. O processo de reestruturação em vigor enquadra as preocupações com o reequilíbrio económico-financeira da Concessão. O objetivo do processo, em curso, de agregação, em “alta”, e verticalização, em “baixa” é garantir a sustentabilidade económico-financeira do serviço público de abastecimento de água e de águas residuais nas melhores condições de qualidade e preço.

A Empresa, de acordo com o estipulado pelo Contrato de Concessão, enviou, no final de setembro de 2013, ao Concedente e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, o Orçamento e Projeto Tarifário para 2014.

6. Atividade Operacional

Direção de Infraestruturas

Ao longo de 2013 a Direção de Infraestruturas, com os serviços e meios que lhe estão afetos, tentou cumprir todos os objetivos definidos no plano de atividades da Empresa e executar todas as ações de que foi incumbida de modo a cumprir o Contrato de Concessão e levar a cabo a missão da Empresa de conceber, construir, bem como proceder à exploração, reparação, renovação e manutenção das infraestruturas que constituem o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo em vista a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios aderentes, garantindo um produto de qualidade através de processos de produção e de tratamento eficientes e respeitadores dos valores sociais e ambientais mais elevados e que atinja as expectativas dos clientes.

No âmbito da última reorganização dos serviços que ocorreu em finais de 2013, a esta Direção estão afetos os meios da área de Engenharia (inclui os serviços de Estudos e Projetos, Barragens, Licenciamentos, Cadastro, SIG e I&D), da área de Obras e Conservação (inclui os serviços realização de Obra, Conservação de Infraestruturas e Reparação de Infraestruturas), e da área de Manutenção (inclui os serviços de Equipamentos Eletromecânicos que por sua vez está organizada pelas 5 Áreas Operacionais (Douro Sul, Douro Norte, Alto Tâmega, Terra Fria/ Terra Quente e Douro Superior/ Terra Quente), de Instrumentação e Automação (inclui os serviços de Automação, Calibração e Regulação) e ainda a área de Planeamento/ *Procurement*/ Contratação.

Nos pontos seguintes tenta dar-se uma, breve e concisa, visão do que cada uma das áreas da Direção de Infraestruturas fez no ano de 2013, de modo a aferir-se o contributo de cada uma delas para as metas que esta Direção se tinha proposto durante esse ano e a sua quota-parte para a missão que a Empresa se propôs através do Contrato de Concessão e dos compromissos que assumiu perante os clientes e a Região que serve.

Área de Engenharia

A Área de Engenharia está vocacionada e gere os meios necessários ao cumprimento do plano de investimento da Empresa desde a contratação de estudos e projetos, contratação de obras, obtenção dos necessários licenciamentos e controlo e gestão de barragens.

Foram adjudicados durante o ano 2013 estudos e projetos e execução relativos à Beneficiação da ETA do Alto Sabor; Restabelecimento do troço final da Descarga da ETAR de Cambres, Edifício de Exploração na Área de Gestão de Vila Nova de Foz Côa, Ampliação dos Reservatórios de Transição do SAA de Balsemão - Bigorne, Feirão e Parafita, Adução e Reserva dos Subsistemas de Abastecimento de Água do Douro Norte e Douro Superior - Subsistema de Sambade – PEAFO3 Abastecimento a Picões.

Tendo em vista o cumprimento do Contrato de Concessão, a necessidade de garantir o tratamento ou racionalizar a exploração das instalações, ao longo do ano foram adjudicadas quatro novas empreitadas correspondendo à Empreitada de Execução da Reserva de Água de Montesinho e Ligação ao Sistema Existente, a Empreitada de Beneficiação da ETA de França do Subsistema do Alto Sabor; a Execução do Edifício de Exploração na Área de Gestão de Vila Nova de Foz Côa e a Empreitada de Restabelecimento do troço final da Descarga da ETAR de Cambres.

Falta apenas concluir:

- O Subsistema do Cabouço, onde, apesar de todo o apoio e pressão da AdTMAD juntamente com o município de Vila Pouca de Aguiar, a DRAP-N não conseguiu ainda executar a barragem que constitui a origem do Sistema, e que se vê agora condicionada com o escalão de Gouvães do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidrelétrico concessionado pelo Estado Português. Tendo em vista garantir uma alternativa, a Empresa atualizou o estudo de viabilidade técnico económico ao abastecimento de todo o concelho de Vila Pouca de Aguiar e parte do concelho de Ribeira de Pena a partir da Barragem do Pinhão, elaborado em 2008, propriedade da AdTMAD e cujo fim exclusivo é o abastecimento de água e mandou elaborar em 2012 o procedimento de contratação para a Aquisição de Serviços para a elaboração do Projeto de Execução do Abastecimento de Água a Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena e cuja adjudicação foi suspensa com vista à confirmação da inexistência de outras soluções viáveis que possam eventualmente ser mais económicas.
- O Subsistema de Bastelos, onde a falta de colaboração do município de Mogadouro leva a que, e à falta de decisão do Concedente, não tenha tido qualquer desenvolvimento e este sistema continue a fazer parte do Contrato de Concessão continuando nos planos da Empresa.

Refira-se que, o ano de 2013, o ambiente económico geral condicionou a realização de investimentos e levou à revisão do Plano de Investimentos o que motivou a recalendarização de algumas obras. Assim, e tendo em vista o contributo da Empresa para o Plano de Estabilidade e Crescimento, ainda não foi possível adjudicar algumas obras cuja execução terá que ser ajustada em função das reais e garantidas condições de financiamento, nomeadamente a garantia de financiamento comunitário através do QREN. Inscrevem-se neste grupo algumas obras, nomeadamente os Acessos às PITAR, dos Postos de Recloragem nos SAA, da Reabilitação do SAA de Agueiras a Jusante de Bouça e dos Pontos de Entrega de Vale da Porca, Castelões e Cachão do SAA do Azibo, e que ainda não puderam ser adjudicadas. Regista-se ainda um grupo de obras de menor dimensão que, apesar de concluídos os respetivos projetos e processos de concurso, ainda não se procedeu à abertura do processo de contratação. Estão nesta última situação as Empreitadas de Execução do Edifício de Exploração da Áreas de Gestão de Vila Flor e do Laboratório Interno da Representação Douro Superior/ Terra Quente, Empreitada de Execução do Emissário de Descarga da ETAR de Vila Chã, Empreitada de Beneficiação da ETA, Sistema Aductor, Estações Elevatórias e Reservatórios do SAA de Vinhais e Empreitada de Ampliação/ Reforço do SAA Vila Chã.

Considerando o número elevado de sistemas de abastecimento de água em regime de exploração e o número elevado de variáveis de decisão inerentes à otimização e gestão dos custos energéticos, continuou-se no ano 2013 a modelação hidráulica dos Subsistemas de Abastecimento de Água.

Barragens

Na Área de Gestão de Albufeiras e Barragens, durante o ano 2013 foi efetuada a monitorização das disponibilidades, volumes armazenados, volumes captados e cotas de todas as albufeiras, bem como a monitorização da segurança das barragens com a realização quinzenal ou mensal, consoante o tipo de barragens, de campanhas de inspeção e leitura dos equipamentos de observação instalados e ainda a realização de inspeções visuais de rotina. Ainda neste âmbito foram efetuadas inspeções de especialidade pela Autoridade Nacional de Segurança de Barragens (APA – INAG) e pelo LNEC como seu consultor:

Em todas as barragens, foram cumpridas as disposições previstas nas normas/ regras de exploração, nomeadamente no que diz respeito à realização de descargas de água pelo circuito da descarga de fundo, descargas dos caudais ecológicos definidos nas DIA e à manutenção preventiva dos equipamentos eletromecânicos de segurança e exploração.

Para além destas tarefas, foi prestado apoio técnico à obra de construção da barragem designado por Reserva de Água do Montesinho, foi feita a beneficiação do sistema de telegestão dos níveis das albufeiras com a instalação de uma sonda limnimétrica na barragem da Camba, a inspeção vídeo à conduta da descarga de fundo da barragem de Valtorno-Mourão e a inspeção ao exterior da torre de tomada de água da barragem da Ferradosa, com recurso a equipa de mergulhadores.

Foram ainda contratadas as seguintes Prestações de Serviços: Acompanhamento Técnico da Barragem de Pretarouca no Âmbito do RSB e Exploração do Arquivo Informático (GestBarragens) das Barragens da Ferradosa e Olgas, Avaliação das Condições Existentes para Escolha da Solução de Intervenção na Conduta de Descarga de Fundo da Barragem de Valtorno-Mourão, Assistência Técnica à Revisão dos Planos de Observação e de Primeiro Enchimento da Reserva de Água do Montesinho, Assistência Técnica à Construção da Reserva de Água do Montesinho, Elaboração do Plano de Emergência Interno da Reserva de Água do Montesinho, Elaboração do Projeto de Execução do Aproveitamento Hidroelétrica da barragem de Pretarouca e Aproveitamento Hidroelétrico da Barragem de Pretarouca - RECAPE e Medidas da DIA.

No âmbito da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) e emissão do parecer de apreciação do RECAPE, foram ainda contratadas duas prestações de serviços: Monitorização da Qualidade da Água, Fauna, Flora e Hidrologia no ano zero da Reserva de Água de Montesinho e Monitorização da Reserva de Água de Montesinho - Medidas de Compensação Ambiental, destinadas a assegurar a minimização de impactes ambientais preconizados nos referidos documentos.

Ainda na sequência do Parecer de Apreciação do RECAPE (Informação Complementar) do projeto da Reserva de Água do Montesinho, foi contratada a prestação de serviços Reserva de Água de Montesinho – Caudais Ecológicos e Conetividade Fluvial no Sabor, destinada a assegurar a elaboração de elementos e de medidas compensatórias adicionais impostas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Licenciamentos

No decorrer do ano de 2013, garantiu-se a instrução e apresentação de todos os pedidos de reiteração de renovação de licenças de descarga de águas residuais tratadas nas ETAR da AdTMAD, tendo sido emitidas até ao final do ano 106 licenças. Assim, das 108 instalações de tratamento de águas residuais, apenas se encontram em falta a emissão do pedido de revalidação de 2 licenças.

Relativamente às licenças de descarga emitidas tem-se vindo a solicitar junto da APA a necessidade de retificação de dados do projeto ou alterações às atuais licenças de descarga tendo em consideração as reais condições de afluência.

Relativamente às licenças de domínio hídrico encontram-se todas solicitadas estando ainda em análise na ARH-Norte 34 processos que incluem SAA, SAR e PITAR, apesar destas instalações já possuírem licenças de descarga ou contratos de concessão.

Quanto às concessões de captação de água para abastecimento, foram emitidas 23 concessões, faltando emitir uma, referente à captação da Camba.

Relativamente aos Equipamentos Sob Pressão, encontram-se 34 equipamentos licenciados estando os restantes 92 em processo de análise na DREN ou sujeitos a alterações pela Empresa.

Quanto às declarações de utilidade pública, estão no total 121 publicadas, e 25 apresentam-se ainda em análise na DGOTDU.

Relativamente aos Programas de Monitorização Ambiental das Albufeiras, preconizados nas Declarações de Impacte Ambiental das Barragens de Pretarouca, Pinhão, Ferradosa, Olgas e Sambade, foram elaborados e enviados para a APA os relatórios referentes à utilização dos recursos hídricos alusivos às albufeiras em questão.

Relativamente aos Programas de Monitorização da Qualidade da Água, preconizados nos Contratos de Concessão, foram elaborados e enviados para a APA os relatórios referentes à utilização dos recursos hídricos alusivos às albufeiras de Pretarouca, Pinhão, Ferradosa,

Olgas e Sambade, e aberto procedimento de contratação para assegurar o cumprimento dos programas de monitorização nas albufeiras do Vilar, Lumiães, Alto Rabagão, Rabaçal, Arcossó, Sordo, Vila Chã, Arroio, Palameiro, Vale Ferreiros, Salgueiral, Agueiras, Peneireiro, Azibo, Vale Torno, Reserva de Montesinho, Vinhais e Lomba.

SIG

Na área dos SIG, durante o ano de 2013, efetuou-se o carregamento na Base de Dados dos subsistemas de abastecimento e saneamento, totalizando no abastecimento 7.588 troços de adutor, que correspondem à inclusão de 4,7 km de novas Adutoras. No saneamento, efetuou-se o carregamento de 11 km de novos Emissários Gravíticos e 1 km de novas Conduas Elevatórias, totalizando agora 12.443 troços de emissário e 197 troços de conduta.

Em resumo, em finais de dezembro as infraestruturas de abastecimento de água carregadas no G/InterAqua eram de 1.388 km de adutores, com 1.912 ventosas e 1.831 descargas de fundo, 95 Reservatórios, 62 Elevatórias e 26 ETA.

Relativamente às infraestruturas de águas residuais estavam carregados 386 km de emissários, 87 km de condutas elevatórias, 107 ETAR e 153 Estações Elevatórias.

Durante o ano de 2013 o SIG da Empresa continuou a sua evolução, consolidando-se no seu papel de instrumento de gestão, sendo capaz de fornecer informações e indicadores de desempenho cada vez mais detalhados. Para esse feito, terminamos em 2013 o preenchimento dos campos “ano de instalação, responsável pela execução, projetista e designação da empreitada por subsistema e por infraestrutura de abastecimento”.

Foi implementado um novo módulo aplicacional da solução de SIG *G/InterAqua*, designado por *G/InterAqua PCQA*, com base no qual é possível proceder à gestão e ao planeamento dos locais de amostragem, propostas de análises, receção de resultados de laboratórios ou gestão de parâmetros do PCQA de cada ano, permitindo, em qualquer momento, visualizar os resultados, por intervalos de tempo, por parâmetro ou tipo de controlo. Permite ainda produzir editais trimestrais, que passaram a ser executados pela aplicação a partir do quarto trimestre de 2013.

Foi ainda revisto o Anexo II do contrato de concessão do processo de fusão devido à reorganização administrativa do território das freguesias em Portugal.

No processo de verticalização do sistema, o SIG deu apoio na elaboração das memórias descritivas, dos modelos técnicos e dos mapas de cada um dos concelhos que integram a Parceria Pública entre o Estado Português e os Municípios.

Ainda durante o ano de 2013 deu-se continuidade ao trabalho de cadastro das avarias em conduta na Base de Dados Ruturas/ Fugas mantendo este indicador a 100%, ou seja, todas as 133 novas fugas foram localizadas e cadastradas imediatamente após a sua comunicação.

Além destas tarefas de carregamento de informação no Sistema, os SIG ainda deram apoio cartográfico às diversas atividades da Empresa.

Considerando que a cartografia existente foi produzida com base num voo efetuado em agosto de 2003 e como tal já se encontra desatualizada, e que numa perspetiva futura de verticalização, a existência de uma base de referência geográfica atual e homogénea, para trabalhar às escalas urbanas é fundamental para a gestão dos processos relacionados com a operação dos sistemas em “baixa”, adjudicamos em 2013, o Fornecimento de Ortofotocartografia Numérica da Área de Intervenção da AdTMAD.

Cadastro

Durante o ano de 2013 a Área de Cadastro teve como principal tarefa as atividades atribuídas ao processo de avaliação do imobilizado da Empresa. Os procedimentos a realizar com os pedidos de declarações de utilidade pública, as posses administrativas, a aquisição/oneração de parcelas e o registo das declarações de constituição de servidão administrativa nas conservatórias do registo predial foram atividades secundárias, visto o seu volume de trabalho ter diminuído e não ser contínuo. Também se deu continuidade aos processos de avaliação de infraestruturas da Empresa junto das finanças, com a apresentação dos modelo I IMI, atualização de freguesias e pedido de isenção de IMI.

Dos 31 Subsistemas de Abastecimento de Água da Empresa foram avaliados os imobilizados de 20 deles estando em falta os Subsistemas do Douro Norte e Alto Tâmega.

Foram realizados os registos nas Conservatórias das 31 declarações de utilidade pública publicadas em Diário da Republica, no total de 531 registos efetuados no ano de 2013.

Na área das expropriações e oneração de terrenos necessários à construção das infraestruturas durante o ano de 2013, continuamos a gerir os contratos de prestação de serviços de expropriações e servidões, com empresas da especialidade, o que nos permitiu a

celebração de 3.295 contratos de aquisição de parcelas ou constituição de servidão (do total 21 foram contratadas no ano de 2013). Foram também desencadeados vários processos de posses administrativas, mas não tendo sido remetidos processos de expropriação litigiosa para tribunal, pois ainda decorrem negociações com o intuito de obter um acordo.

O valor global das parcelas avaliadas é de 17.896.040,44 €, tendo sido já pago o valor total de 17.408.127,96 € (dos quais 185.497,54 € foi pago em 2013).

Agrupamento	Parcelas	Área, m ²	Indemnizações Atribuídas	Contratos Efetuados	Registos	Valores Indemnizados
Total AT	506	188.215,20	1.598.255,77	451	445	1.522.628,15
Total DN	811	1.044.378,30	4.183.102,32	723	594	3.914.497,99
Total DS	1347	1.259.451,11	6.624.058,99	1247	1038	6.606.819,70
Total DP	301	841.614,69	1.963.752,74	278	188	1.916.999,15
Total TF	156	462.190,17	305.056,18	128	129	271.151,29
Total TQ	510	684.652,01	3.224.814,44	468	380	3.176.031,69
Total Final	3631	4.480.501,47	17.896.040,44	3295	2774	17.408.127,96

Modelação

Na Área da Modelação, durante o ano de 2013, deu-se continuidade à modelação hidráulica dos SAA da AdTMAD. Foi efetuada a modelação dos sistemas de abastecimento de água de Lumiares, Alto Rabagão, Aguierras e Camba. Com base no historial de faturação de cada ponto de entrega e depois de calculados os caudais correspondentes, associados a um diagrama de consumos, foi estudada a capacidade hidráulica de cada um dos sistemas com recurso do software de cálculo hidráulico *Watergems*.

Para o sistema do Lumiares foi possível calibrar o sistema no terreno, através da regulação das válvulas hidráulicas, nomeadamente as válvulas limitadoras de caudal e as válvulas redutoras de pressão. Para este sistema, e tendo em conta os tarifários enérgicos praticados pelo distribuidor, foram calculados os custos inerentes ao funcionamento das estações elevatórias. Recorrendo também ao *Watergems*, foi efetuada a otimização de funcionamento das estações elevatórias, com a obtenção de uma política operacional otimizada das bombas e o seu custo associado, para cada período do tarifário de energia existente.

Para além da modelação destes sistemas e por solicitação das áreas operacionais da AdTMAD, foram efetuados várias verificações hidráulicas nos sistemas de Sambade, Camba, Vila Chã, Pinhão, Azibo e Peneireiro, com destaque para estudo efetuado no sistema adutor e elevatório de interligação das captações de Valtorno-Mourão, Palameiro e Peneireiro que alimentam a ETA do Peneireiro, que serviu também de base ao estudo técnico económico sobre a instalação do equipamento de compensação de Energia Reativa.

Ainda durante o ano de 2013 foram iniciados os trabalhos de modelação hidráulica dos SAA de Vilar, Olgas/Arroio e Peneireiro, onde se incluíram, para além dos estudos dos caudais associados ao historial de faturação de cada ponto de entrega, visitas ao terreno para validar a informação constante nas telas finais. No caso do SAA de Olgas/Arroio, foi feita uma modelação hidráulica no programa informático Epanet, que serviu de base para um trabalho apresentado no âmbito da formação "Modelação Avançada de Sistemas de Abastecimento de Água" que decorreu na sede da Águas de Portugal.

Área de Conservação e Obras

Nesta Área, a atividade da Empresa durante o ano de 2013, foi fortemente influenciada pela execução da obra da Reserva de Água de Montesinho e Ligação ao sistema existente, Sistemas intercetores de alguns SAR do DN/AT bem como Aquisição de Serviços Integração dos Sistemas de Supervisão de SAA do AT e TF/TQ e do DP/TQ.

Em termos de empreitadas, no ano de 2013, concluiu-se a ETAR do Cachão e Emissários, as ETAR dos Subsistemas de Águas Residuais dos Pequenos Aglomerados do Vale Douro Norte e Alto Tâmega, a Alteração das Diversas Aplicações de Telegestão para Alguns dos Subsistemas de SAA e SAR da AdTMAD, Lote 1 e 2, o Sistema de Ancoragem da Captação de Vila Chã e Ampliação da Jangada e a Remodelação da Conduta Adutora de Vilas Boas do SAA do Peneireiro, executando-se ainda pequenas obras destinadas a otimizar a operacionalidade de alguns Subsistemas em funcionamento e cumprir o normativo e legislação, principalmente em infraestruturas que foram integradas e que necessitaram de uma intervenção.

O ano de 2013 foi também fortemente influenciado pelo facto de várias infraestruturas terem finalizado o período de garantias, daqui decorrendo um elevado n.º de pedidos de vistorias com vista à receção definitiva de vários empreendimentos, situação à qual se juntou, face à entrada em vigor do Decreto-Lei 190/12, de 22 de agosto, um, também, elevado n.º de pedidos de vistoria com vista à libertação faseada de cauções, tendo sido realizadas 33 vistorias com vista à libertação parcial de cauções e 21 vistorias com vista à receção definitiva.

Reparação de Infraestruturas

Em termos de Reparação de Infraestruturas, todas as ocorrências registadas no período de 2013 foram resolvidas, não se tendo registado falhas no abastecimento de água.

Verificaram-se 134 ocorrências nos sistemas de água e 8 nos sistemas de águas residuais, contra as 113 e 5 ocorrências verificadas no ano anterior, respetivamente.

Áreas da Manutenção

O ano de 2013 foi um ano de consolidação da atividade da Área de Manutenção, concentrando agora a sua atividade nos Equipamentos Eletromecânicos, Instrumentação e Automação e Reparação de Infraestruturas, em resultado da reorganização operada no final de 2013.

No decurso do Sistema de Gestão Integrado (SGI) em Qualidade, Ambiente e Segurança, melhoraram-se procedimentos, instruções de trabalho e modelos, visando a adequação da atividade da manutenção à legislação em vigor, cumprindo com as normas de segurança, higiene e ambiente, salvaguardando sempre a adequação de toda a estrutura documental do SGI à atividade desenvolvida pela Manutenção. Neste ponto destacam-se a implementação/revisão da IT168/R0 – *Utilização de balanças portáteis*, dos MOD054/R1 – *Checklist de verificação de segurança de equipamentos*, MOD073/R12 – *Confirmação metrológica de caudalímetros de faturação*, MOD074/R2 – *Confirmação metrológica de equipamentos de cadeia de medida*, MOD108/R4 – *Etiquetagem de equipamentos - verificado*, MOD145/R3 – *Etiquetagem de equipamentos – aceitação condicionada*, MOD198/R3 – *Etiquetagem de equipamentos – não sujeito a verificação*, MOD204/R2 – *Etiquetagem de equipamentos – fora de serviço* e MOD218/R3 – *Guia de acompanhamento de serviços de reparação – manutenção*.

Equipamentos Eletromecânicos

No geral a atividade de manutenção eletromecânica registou um aumento de 6% de atividade de manutenção preventiva, sendo que em 2012 se tinha registado, a 31 de dezembro, um rácio de 47% e em 2013 um rácio de 53%. O indicador Índice de Mão-de-Obra Preventiva foi atingido tanto na água (50%) como no saneamento (54%), estando a meta fixada nos 45% em ambos. No que respeita à manutenção corretiva em 2012 registou-se um total de 2583 Pedidos de Trabalho (PT) de Manutenção Corretiva e em 2013 um total de 2615 PT, ou seja houve um acréscimo pouco superior a 1%.

Quanto ao tempo médio de reparação de avaria, 7,86HH/OT em 2013, o valor diminuiu relativamente ao ano anterior, em que se tinha atingido as 8,54HH/OT, registando-se internamente um ligeiro aumento no DP/TQ, devido à reorganização da recolha de informação para o indicador, um ligeiro aumento no DS, justificada pela complexidade técnica de algumas das intervenções, as quais consumiram mais horas dos meios humanos afetos, e nas restantes três áreas AT, DN e TF/TQ registou-se uma diminuição justificada pela otimização no planeamento dos trabalhos de manutenção corretiva e dos recursos humanos afetos. O indicador Tempo Médio de Reparação de Avarias foi pois atingido.

No que respeita ao cumprimento dos Planos de Manutenção Preventiva, houve uma ligeira diminuição face ao ano anterior, embora se tenha atingido a meta dos 90% que a empresa se tinha proposto e que respeita ao indicador Cumprimento dos Planos de Manutenção Preventiva, o que teve em consideração os meios humanos e financeiros disponíveis em cada uma das Áreas de Manutenção, tendo o AT atingido os 92%, o DN os 87%, o DS os 89%, a TF/TQ os 92% e o DP/TQ os 90%.

De referir que o ano de 2013 foi o ano de arranque do processo de gestão da manutenção no *Software* de Gestão da Manutenção e Ativos (AQUAMAN by IBM).

Em suma o ano de 2013 foi um ano de consolidação da atividade de manutenção dos equipamentos eletromecânicos, tendo em consideração os recursos humanos e financeiros disponíveis. Quanto aos serviços externos na Área dos Equipamentos Eletromecânicos destacam-se a adjudicação da nova prestação de serviços de Manutenção dos Equipamentos de Ar Condicionado e de Refrigeração, a continuação da Prestação de serviços de Manutenção dos Reatores de Dióxido de Cloro das ETA do Peneireiro, Agueiras, Azibo, da Manutenção do Ozonizador da ETA de Vila Chã, da Prestação de serviços de Manutenção das Centrífugas de várias infraestruturas e da Reparação e Conservação de Equipamentos Eletromecânicos afetos à atividade da AdTMAD, vem como a continuação dos contrato de *outsourcing* nas áreas do DS e da TF/TQ.

Automação e Instrumentação

Na Área de atividade da Automação, para além de se ter atendido a todas as anomalias ocorridas durante o ano de 2013, o indicador *Taxa de Satisfação dos Pedidos de Intervenção* foi plenamente atingido (100%), estiveram em desenvolvimento as Prestações de Serviços para a integração das diversas Bases de Dados das aplicações de telegestão existentes nos SAA do Alto Tâmega, Terra Quente, Terra Fria e Douro Superior; cujo objetivo principal foi o de integrar numa única Base de Dados toda a informação gerada pelas diversas aplicações e dispersas pelas diferentes Bases de Dados, uniformizando-se a forma e o modo de acesso à informação atualmente existente.

A atividade da calibração desenvolveu-se em torno das verificações/calibrações de equipamentos de medida, sejam de controlo de qualidade do produto, da quantidade fornecida, recolhida ou tratada, sejam de faturação ou de suporte operacional. Assim, e tendo esta RC 2013_68

atividade uma importância acrescida em termos do controlo da qualidade do produto final, seja por questões legais e de transparência, concluíram-se as Prestações de Serviços de Verificação dos caudalímetros de faturação dos SAA do Balsemão, da Camba, da Ferradosa, das Olgas/Arroio, do Palameiro, do Peneireiro, do Pinhão, de Sambade, do Sôrdo, de Ranhados, de Vale Ferreiros, de Vila Chã e do Vilar. Concluiu-se a contratação, com um novo prestador de serviços, a EHLAB, da calibração dos Equipamentos da Cadeia de Medida, Manómetros e transmissores de Pressão, com início dos trabalhos no segundo trimestre de 2013. Internamente foram ainda realizadas mais de uma centena de ações de controlo, para a validação do funcionamento de equipamentos de medição de caudal de entrada em ETAR. Procedeu-se também à instalação de novos detetores fixos de Cloro na ETA do Sordo e na ETA de Vilar e à instalação de novos detetores de O₃ na ETA do Alto Rabagão, bem como na ETA do Balsemão. Relativamente aos detetores de gases portáteis concluiu-se a prestação de serviços de calibração com a TIPSAL que resultou na aquisição/substituição de equipamentos de deteção portátil.

Perspetivas Futuras

Perspetiva-se dar continuidade e concluir o plano de investimento que foi concessionado à Empresa e executar os planos que anualmente são implementados tendo em vista a manutenção, operacionalidade, renovação e melhoria funcional do parque de Infraestruturas a cargo da Empresa.

Com a experiência acumulada e com o recurso aos sistemas de monitorização, controlo e de modelação hidráulica, há condições para procurar otimizar as ações que conduzam a uma redução efetiva de custos e a uma melhoria da eficiência das instalações procurando uma constante racionalização da exploração de modo a assegurar o exercício da atividade num quadro de equilíbrio de desenvolvimento sustentável.

Apostar-se-á de forma consistente na vertente de conservação das infraestruturas construídas, muitas delas já recebidas definitivamente e que faz crescer a necessidade de se afetarem recursos internos a esta atividade que passará pela elaboração de planos de inspeção e planos de ação tendo em conta os graus de necessidade de intervenção face ao estado das infraestruturas e respetiva criticidade. As Inspeções com vista a reparações consistirão na observação e registo das condições de funcionamento de uma determinada Infraestrutura, quer a nível de durabilidade quer ao nível da segurança.

É também objetivo suportar toda a atividade de manutenção planeada (planos de manutenção preventiva) no sistema de gestão de manutenção e ativos, AQUAMAN.

Procurar-se-á gerir os meios disponíveis de modo a minimizar os constrangimentos e garantir a operacionalidade dos Subsistemas em todas as áreas da Empresa.

Na área da instrumentação e automação continuar-se-ão a garantir, com meios internos ou externos, as verificações/calibrações dos equipamentos de medida, sejam de controlo de qualidade do produto, da quantidade fornecida, recolhida ou tratada, sejam de faturação ou de suporte operacional.

Ainda nesta área, e no que respeita ao abastecimento de água, dar-se-á continuidade à integração das restantes Bases de Dados na aplicação que agrega todas as bases de dados dos sistemas de telegestão da Empresa, de modo a garantir uma gestão e exploração cada vez mais eficiente. No que respeita às águas residuais, a principal preocupação passa pela integração das instalações remotas na aplicação de telegestão associada nas áreas de gestão. Perspetiva-se ainda o desenvolvimento de uma aplicação que disponibilize o livre acesso dos municípios aos dados operacionais, tais como caudais, níveis, pressões e volumes de caudal, respeitantes aos seus pontos de fornecimento, com consulta através da página web das AdTMAD.

Na área da reparação das infraestruturas pretende-se continuar a assegurar a reposta pronta aos problemas operacionais garantindo a operacionalidade dos Sistemas nas melhores condições, sem falhas ou interrupções de modo a garantir a regularidade e qualidade do serviço, o cumprimento das normas e legislação aplicável e as nossas obrigações perante os clientes e o concedente.

Direção de Operação

Como síntese dos acontecimentos mais marcantes podemos referir a realização de novo procedimento de concurso público inerente à aquisição de serviços para "Remoção, transporte e destino final de lamas de ETA, lamas de ETAR e subprodutos produzidos nas ETAR da AdTMAD", de modo a garantir a continuidade da prestação externa deste serviço até ao ano de 2015. Renovação do contrato de fornecimento de CO₂ em onze ETA, por forma a garantir a continuidade do fornecimento do reagente por entidade externa;

A renovação do contrato de outsourcing na Representação da Terra Fria/Terra Quente pelo período de um ano;

O desenvolvimento do procedimento de concurso público inerente à "Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água dos Subsistemas de Abastecimento da AdTMAD", de modo a dar continuidade às prestações externas destes serviços até ao ano de 2015;

O desenvolvimento contínuo de melhorias nas bases de dados de controlo operacional (LCAI-SAA e LCAI-SAR), no sentido de unificar a informação e otimizar a monitorização da qualidade do serviço prestado;

A avaliação trimestral das competências exigidas na realização de análises dos planos de controlo operacional de AA e AR, nos laboratórios internos;

A monitorização da execução orçamental dos contratos de prestação/aquisição de serviços existentes e relativos à Operação dos Subsistemas, de modo a garantir o equilíbrio financeiro necessário;

A continuação da monitorização e análise das variações de caudais reais e faturados, face ao previsto em orçamento.

Atividade Operacional

A atividade operacional deve ser, preferencialmente, apresentada com base no Organigrama da Empresa (por exemplo, Investimento, Laboratório, Manutenção, Operação, SRE, etc.) e/ou por segmento de negócio (AA/AR/Outros) (Indiferenciados/Recicláveis/Energia/etc.).

Os indicadores de atividade a apresentar deverão ser determinados de acordo com o Manual de Indicadores de Sustentabilidade do Grupo AdP (a remeter na próxima semana).

Operação

Na operação a monitorização do plano de atividades sectorial com objetivos/metaspécíficos para um conjunto de indicadores operacionais, direcionados aos Subsistemas de Abastecimento de Água e Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais, permitiu atingir os seguintes objetivos ao nível operacional:

- redução em cerca de 30% das falhas de abastecimento de água no utilizador final, relativamente ao ano anterior;
- melhoria contínua da qualidade da água fornecida;
- melhoria contínua da qualidade do efluente tratado, diminuindo o número de incumprimentos do disposto nas licenças de descarga em cerca de 0,5% face ao ano anterior;
- diminuição do n.º inundações provocada por coletores;
- diminuição do n.º de obstruções em coletores.

Nos Sistemas de Abastecimento de Água iniciou-se o fornecimento em quatro novos Pontos de Entrega que não se encontravam em exploração, o que permitiu um nível do volume de atividade, de 20,1 milhões de m³, registando-se um aumento de 6% relativamente ao ano anterior; no total dos 21 sistemas em exploração.

O início da exploração de dois novos Sistemas de Saneamento de Águas Residuais (Loivos e Mafómedes-Veiga) permitiu perfazer um total de 103 Sistemas em pleno funcionamento e um volume de atividade, de 21,2 milhões de m³, registando-se um aumento de cerca de 33% relativamente ao ano anterior.

Foi também promovida a elaboração e implementação dos Planos de Rotinas de Operação para as instalações cuja entrada em exploração teve início no ano de 2013.

A realização de 202.188 determinações de parâmetros para o conjunto dos Subsistemas de Abastecimento de Água em exploração, no âmbito do controlo operacional da AdTMAD no decorrer do ano de 2013, analisados na água bruta, água de processo, água tratada, reservatórios de transição e pontos de entrega permitiu garantir o controlo de qualidade da água, tendo o número de parâmetros implementados nos LCAI-SAA e objeto de análise no decorrer do ano de 2013 atingido um total de 19.

Foram realizadas 83.226 determinações de parâmetros para o conjunto dos Subsistemas de Águas Residuais em exploração, no âmbito do controlo operacional da AdTMAD no decorrer do ano de 2013, analisados na rede de saneamento em "alta" (emissários/estações elevatórias), nas estações de tratamento (afluente bruto, efluente tratado e fases intermédias do tratamento) e no meio hídrico.

Foram, ainda, realizadas pelos prestadores de serviços de *outsourcing*, AGS (TFTQ) e CME(DS), 14.910 e 14.436 análises, respetivamente.

A valorização das lamas produzidas nos Subsistemas de Águas Residuais no decorrer de 2013 atingiu cerca de 99,8%. De referir que a AdTMAD produziu um total de 15.634 ton de subprodutos nos Sistemas de Águas Residuais sendo que as lamas de ETAR representam cerca de 93 % deste valor. Os Sistemas de Abastecimento de Água produziram cerca de 437 ton de lamas.

Energia e Força Motriz

Foi efetuada a monitorização de custos/consumos e tarifário de energia elétrica consumida nas instalações, ativa e/ou reativa, permitindo identificar situações a melhorar através da implementação de medidas, procurando desta forma obter uma maior eficiência energética nas instalações.

Este processo de monitorização, associado a uma melhor gestão de processo nos subsistemas e suas instalações, levou a que o indicador de consumo específico (KWh/m³) tivesse diminuído cerca de 10%, passando de 0,866 em 2012 para 0,782 em 2013.

Como consequência do mencionado no ponto atrás, resultou uma redução de 23% no indicador de custo específico na energia (€/m³), passando de 0,099 em 2012 para 0,076 em 2013.

Foi também efetuada de forma permanente a análise e estudo de alterações ou implementação de novos processos de alimentação de energia elétrica a instalações.

Promoveu-se a realização de análises às redes elétricas das instalações por meio de equipamentos móveis de análise às redes de energia elétrica, a implementação do processo de montagem de 14 equipamentos de compensação de fator de potência, instalados em 14 instalações distintas, nos quais se reduziram custos com energia reativa na ordem dos 96%;

A implementação do processo de montagem de novos equipamentos de compensação de fator de potência, associado ao processo de monitorização e/ou manutenção contínua a equipamentos existentes permitiu que em 2013, os custos com energia reativa tivessem apresentado uma redução de 49% comparativamente a 2012.

Dessa forma o indicador IERC (índice de energia reativa) passou de 7,23 em 2012 para 3,64 em 2013.

A implementação do Plano de Racionalização Energética na ETAR de Vila Real, resultada da auditoria energética verificada na instalação, no cumprimento do decreto que regulamenta as instalações consideradas como Consumidoras Intensivas de Energia.

A gestão do processo de manutenção preventiva aos Postos de Transformação, que tem vindo a ser executada em regime de *Outsourcing* conheceu em novembro de 2013 a alteração da entidade prestadora destes serviços.

Foi também dada continuidade à gestão do contrato celebrado com a AdP Energias, referente à exploração de 11 unidades fotovoltaicas de microprodução de Energia Elétrica para venda direta à rede.

Foi também garantida a análise de projetos afetos às instalações elétricas em diferentes empreitadas, bem como acompanhamento na execução das instalações elétricas, o licenciamento de instalações elétricas nas diferentes entidades competentes, Ministério da Economia e Emprego no caso das instalações MT e BTE, e CERTIEL no caso das instalações BTN, o apoio no processo de contratualização centralizada de energia elétrica, no que diz respeito aos contratos das instalações da AdTMAD, promovido pela AdP Serviços, e o apoio no processo do Plano Integrado de Eficiência Energética, promovido pela AdP Energias, para o qual a EFM fará a gestão local do processo no que às instalações da AdTMAD diz respeito.

Perspetivas Futuras

A atividade da operação para 2014 deverá seguir o modelo e os objetivos essenciais de 2013 em todas as suas áreas de atividade perspectivando que os volumes previstos tratar e recolher sejam em abastecimento de água e saneamento de águas residuais os seguintes:

Volumes Medidos		
	Real 2013	OPT 2014
AA	20.095.680	20.556.251
AR	21.492.413	18.863.847

Controlo de Qualidade

O controlo de qualidade das águas constitui uma atividade central, depositando a Empresa na mesma um elevado grau de exigência, de modo a assegurar um elevado nível de qualidade do produto entregue aos seus clientes utilizadores.

Para o efeito, a Empresa instituiu um plano de monitorização que até ao momento se tem revelado eficaz e respondendo às exigências definidas na legislação aplicável.

No caso dos Subsistemas de Abastecimento de Águas, o **Plano Controlo Qualidade da Água (PCQA)**, efetuado de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/07, 27 de agosto, contém o plano de monitorização da qualidade da água distribuída aos consumidores. Nesse plano, são definidos locais de amostragem, número de amostras a recolher, frequências, parâmetros a analisar e valores a respeitar.

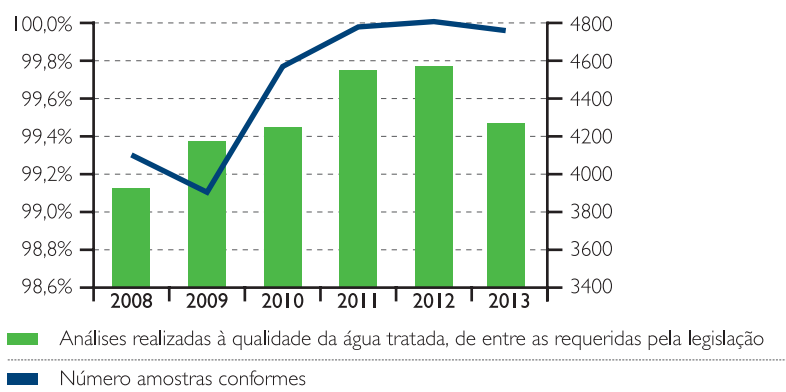
São ainda elaborados Planos de Controlo Qualidade Adicional para cada um dos Subsistemas de Abastecimento da AdTMAD, que vão para além do PCQA enviado e aprovado pela ERSAR. Estes planos complementares têm como objetivo disponibilizar um historial da qualidade da água tratada ao longo do ano, à saída da ETA e nos Pontos de Entrega.

	2013
Análises obrigatórias (com VP definido no DL)	4.262
Análises complementares	8.170

Além destas determinações, é ainda de referir a monitorização efetuada pela AdTMAD às células de fitoplâncton na água bruta e na água tratada, relativamente às quais, a OMS sugere a implementação de um Programa de Vigilância. Este Programa determina três níveis de alerta, baseados nos resultados da monitorização de células e da concentração das toxinas MC-LR na água bruta, a que devem responder tanto os níveis de resposta definidos em função da capacidade da ETA para eliminar toxinas. Com intensificação nos meses de Verão, a AdTMAD monitoriza a existência de células de fitoplâncton na água bruta e na água tratada.

O ano de 2013 saldou-se por um nível reduzido de incumprimentos nos Pontos de Entrega - 2 cerca de 99,95%, devido à maturidade dos sistemas em exploração, sendo que se continua a verificar que a água fornecida como, em geral de boa qualidade, tendo em conta o intervalo de referência da ERSAR (99%).

Evolução anual de incumprimentos nos Pontos de Entrega (PE) e número de determinações efetuadas, cujo VP se encontra definido na legislação



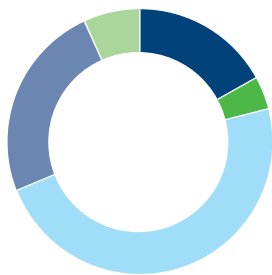
Relativamente aos Subsistemas de Saneamento, a monitorização é efetuada segundo o estipulado nas licenças de descarga das várias ETAR da AdTMAD, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser descarregada no meio hídrico.

Relativamente aos Subsistemas de Saneamento, a monitorização é efetuada segundo o estipulado nas licenças de descarga das várias ETAR da AdTMAD, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores a respeitar pela água residual tratada, antes desta ser rejeitada no domínio hídrico.

Foram realizadas em 2013 um total de 11.518 análises, sendo que destas 5.353 são as exigidas em termos legais pelas licenças de descarga.

Registaram-se um total de 29 incumprimentos durante o ano 2013. Verifica-se que 48% dos incumprimentos correspondem ao parâmetro Azoto Total (14) e 24% de Fósforo Total (7).

Distribuição dos incumprimentos por parâmetro



CB05 17,24%

CQO 3,45%

SST 0,00%

NT 48,28%

PT 24,14%

pH 6,90%

De referir que existiam duas situações que mantiverem em 2013, uma na ETAR Mesão Frio e na ETAR Carrazedo Montenegro com o parâmetro Azoto Total uma vez que o processo de tratamento da ETAR (Tanque *Imhoff* e Leito Percolador) não é adequado para atingir o objetivo de remoção de nutrientes, nomeadamente azoto total. Não é possível a monitorização do ciclo de nitrificação/desnitrificação.

A ETAR não está dimensionada/projetada para a remoção de nutrientes no efluente tratado. O tipo de tratamento existente apenas permite remover a fração carbonácea, não ocorrendo o processo de nitrificação/desnitrificação.

Esta situação foi ultrapassada com a emissão das novas licenças de descarga no final do mês de maio, deixando estes parâmetros de ter Valor Limite de Emissão para as ETAR Mesão Frio e Carrazedo de Montenegro.

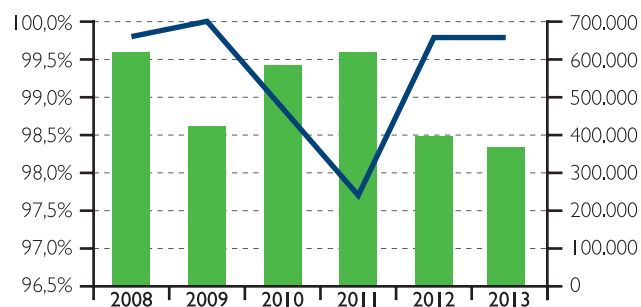
De referir que foram emitidas 100 novas licenças todas com Valor Limite de Emissão, sendo que para apenas três (Vila Real, Chaves e Régua) estão estabelecidos VLE para os parâmetros Fosforo Total e Azoto Total.

Para as ETAR Chaves e Vila Real a monitorização para efeitos de cumprimento da licença de descarga passa a ser quinzenal.

Passa também a ser obrigatória a análise no meio recetor para as seguintes ETAR, com uma periodicidade trimestral: Bragança, Chaves, Mirandela, Murça, Macedo de Cavaleiros, Peso da Régua, Sabroso Aguiar, Vila Real, Lamego, Tarouca, Vila Nova Foz Côa, Resende-Mirão, Vidago e Vila Pouca Aguiar.

No que respeita à população equivalente verifica-se uma ligeira diminuição devido a entrada de mais caudal mais diluído nas ETAR, devido à melhoria no processo de amostragem às mesmas. No que respeita a população servida com tratamento satisfatório (Nota 2) em 2013 verifica-se uma clara melhoria em termos de tratamento uma vez que durante os anos anteriores registou-se um aumento significativo de ETAR de pequena dimensão em fase arranque, tendo-se ajustado o processo de funcionamento das ETAR devido à estabilização dos processos de tratamento.

Cumprimentos dos parâmetros de descarga (%)



■ Análises realizadas à qualidade da água tratada, de entre as requeridas pela legislação

■ Número amostras conformes

Nota 2: Foram tidos em conta as considerações da ERSAR - ARI8 - Percentagem da população equivalente que é servida com estações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga não se tendo contabilizado as ETAR que não estiveram todo o ano em serviço. Não foram considerados como incumprimentos aqueles que resultaram de situações excecionais como descargas anormais, assim como situações de chuvas que levam diminuição concentração à entrada das ETAR.

PCQA - RELAÇÃO COM O REGULADOR

Plano Controlo Qualidade da Água

De acordo com a alínea a) do número 1 do artigo 14º. Do Decreto-Lei nº 306/07, de 27 de agosto (DL), as entidades gestoras (EG) são obrigadas a apresentar à autoridade competente (AC), para aprovação, um programa de controlo de qualidade de água (PCQA), documento que contém o plano de monitorização da qualidade da água distribuída aos consumidores que deve respeitar, no mínimo, os requisitos do anexo II...incluindo pontos de amostragem, bem como as credenciais dos laboratórios que efetuam as análises". Foi introduzido no portal da ERSAR, após aprovação interna em Comissão Executiva, o Programa de Controlo de Qualidade Água (PCQA) para o ano de 2013.

Tendo sido aprovado em 30 de outubro de 2012.

Situações de Incumprimento Valor Paramétrico

Sempre que se verifique uma situação de Incumprimento de um Valor Paramétrico, e de modo a dar cumprimento ao disposto no Artigo 18º do Decreto-Lei nº 306/2007 é preenchido o Modelo de Notificação I e enviado num prazo máximo de 24 horas à Entidade Gestora em "baixa" e Autoridade de Saúde, via fax e a ERSAR diretamente na aplicação informática, extranet.

Após o apuramento de investigação das causas, medidas corretivas e restabelecimento da qualidade da água, sendo o processo encerrado é enviado novo Notificação II às mesmas entidades (ERSAR, EG Baixa e AS).

Caso se trate de um parâmetro obrigatório e caso não seja possível repor a qualidade da água, apelar-se-á a ERSAR, a qual passará a coordenar as ações conducentes à resolução do problema.

Alterações ao Pontos de Amostragens/Datas colheita

Qualquer alteração ao Programa de Controlo de Qualidade deverá ser imediatamente comunicada à ERSAR, nomeadamente alteração de datas de amostragem e/ou de pontos de entrega/pontos de amostragem.

Responsabilidade Empresarial

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A. (AdTMAD) recebeu a 28 de outubro de 2009 a certificação atribuída pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) em Qualidade, Ambiente e Segurança, segundo os referenciais NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007.

O âmbito de aplicação da Certificação em Qualidade abrange a "Conceção, execução e exploração de infraestruturas de captação, tratamento e adução de água para Consumo Humano dos Sistemas Vale do Douro Norte, Vale do Douro Sul, Vale do Douro Superior; Terra Quente TM, Terra Fria TM e Alto Tâmega. Conceção, execução e exploração de infraestruturas de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais do Sistema Vale do Douro Norte, Vale do Douro Sul, Vale do Douro Superior; Terra Quente TM, Terra Fria TM e Alto Tâmega."

No que respeita à Certificação em Ambiente e Segurança, encontram-se atualmente certificadas as infraestruturas que constituem o Subsistema de Águas Residuais (SAR) de Alijó-Faviaos, o SAR de Vila Pouca de Aguiar, o SAR de Carrapatas, o Subsistema de Abastecimento de Água (SAA) de Vilar, o SAA de Ranhados, SAA do Alto Rabagão, SAA do Pinhão, SAA do Balsemão, SAA de Sambade, SAA do Azibo, a Sede da AdTMAD e o Armazém Central.

Durante o primeiro semestre desenvolveram-se esforços no sentido de estender a certificação em ambiente e segurança, a todas as instalações de abastecimento de água, sendo que e na sequência da Auditoria de renovação e extensão da certificação pela APCER, no passado mês de julho a Equipa Auditora considerou que se encontravam reunidas as condições necessárias à Renovação e Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde implementado na AdTMAD.

De modo a dar cumprimento aos principais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades aprovado para 2013, foram realizadas as atividades/ações descritas de seguida.

- Foi realizado um exercício simulado de Nível II, com aviso prévio, recriação de uma fuga de cloro durante a mudança de um tambor, na ETA do Sôrdo, este acompanhado pelo fornecedor de cloro - CUF. E um exercício simulado de Nível I, com aviso prévio, de uma intervenção em um espaço confinado na ETAR de Vila Real. Pretendeu-se com estes simulacros testar a operacionalidade dos meios internos e a cadeia de comunicação.
- Foram promovidas na AdTMAD duas consultas aos colaboradores em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, sob a forma de um inquérito, disponibilizado no portal interno GOTA. A auscultação dos colaboradores decorreu no mês de maio para a 1ª consulta e no mês de dezembro para a 2ª consulta. Os resultados da análise estatística efetuada pelos serviços de SST do SRE, foram apresentados à Administração através de um relatório, sendo que as ações resultantes da 1ª consulta encontram-se implementadas e da 2ª consulta em fase de implementação.

- Foi adjudicada a inspeção de segurança de acordo com o DL 50/2005, dos equipamentos de elevação e transporte das instalações de abastecimento de água, abrangidas na extensão da certificação em Ambiente e Segurança (SAA Agueiras, Ferradosa, Palameiro, Peneireiro, Salgueiral, Lumiares, Sôrdo, Olgas-Arroio e Vila Chã).
- Foram elaborados os Planos de Segurança Internos de acordo com o DL 220/2008, para as ETA de Agueiras, Lumiares, Peneireiro, Sambade, Sôrdo e Vila Chã. Entretanto promulgados pelos respetivos CDOS distritais.
- Após promulgação pela ANPC dos PSI da ETA do Alto Rabagão, Azibo, Balsemão e Pinhão, ministraram-se ações de formação sobre os mesmos, seguidas de exercício simulado.
- Foram elaborados e divulgados os Manuais de proteção contra atmosferas explosivas, para as instalações com armazenamento/manipulação de carvão ativado em pó, nomeadamente ETA do Peneireiro, Lumiares, Vale Ferreiros, Vila Chã e Salgueiral.
- Foi realizada a monitorização do agente químico perigoso – ozono, na ETA de Vila Chã.
- Foram realizadas duas ações de formação de manipulação e armazenamento de tambores de cloro, para colaboradores que operam em instalações com cloragem com cloro líquido.
- Foram adquiridos 24 novos detetores de gases de saneamento (H₂S, CO, CH₄ e O₂), para substituição de equipamentos abatidos.
- Foram analisados diversos PGQ, PGA, PPRCD e PSS de projeto, a pedido da Área de Engenharia (ETA França, Empreitada de reparação dos danos ocorridos nas ETAR de Lagoaça e Mós).
- Foram efetuadas as transições internas das PITAR de Medrões Sanhoane, Barqueiros, Veiga e Folgosa.
- Foram analisados os projetos de execução da ampliação da delegação da AdTMAD em Torre de Moncorvo – Laboratório, do Edifício de exploração da Área de Gestão de Vila Flor e do Edifício de exploração da Área de Gestão de Vila Nova de Foz Côa.
- Foram realizadas diversas visitas a instalações da operação, com vista ao levantamento de necessidades e identificação de situações não conformes, em matéria de qualidade, ambiente e segurança.
- Envio para a ACT da notificação de agentes biológicos, referentes a todas as ETAR certificadas em Segurança e Saúde na AdTMAD.
- Foi preenchido e submetido, dentro dos prazos estabelecidos legalmente, o Relatório Único da AdTMAD, referente às atividades sociais da empresa, do ano de 2012.
- Foram elaboradas as matrizes de ambiente e de segurança para todos os subsistemas abrangidos pela certificação;
- Foi implementada a plataforma para a gestão de resíduos.
- Implementação a metodologia para a avaliação do grau de risco das instalações abrangidas pela certificação;
- Realizou-se a monitorização das emissões gasosas nas ETAR de Vila Real e ETAR de Lamego, por entidade acreditada. Os ensaios desta monitorização pontual permitiram concluir que o valor de caudal mássico para todos os parâmetros avaliados está abaixo do limiar mínimo estabelecido.
- Foram realizadas as medições de ruído ambiental de modo a dar cumprimento à legislação em vigor em algumas das instalações de saneamento.
- No que se referente à gestão de resíduos, já foram introduzidas no portal SIRAPA as quantidades de resíduos produzidos nas instalações da AdTMAD. Este ano já foram efetuadas, por operador licenciado, duas recolhas de resíduos perigosos e não perigosos acumulados no parque de resíduos central (Armazém), para posterior encaminhamento adequado e valorização.
- No segundo semestre foi publicitado o Relatório de Sustentabilidade, relativo à atividade ao biénio 2011-2012, com validação dos indicadores GRI por entidade externa.
- Em junho foi adjudicado a prestação anual de Medicina no Trabalho.
- Manutenção anual dos meios de socorro e emergência, nomeadamente extintores, hidrantes, carretéis, SADI, iluminação de evacuação, entre outros.
- Foram divulgadas na GOTA inúmeras informações técnicas no âmbito do ambiente e da segurança e saúde no trabalho.

2014

Os grandes objetivos planeados para 2014 prendem-se com a extensão da Certificação a todos os subsistemas de saneamento de águas residuais, segundo os referenciais NP EN ISO 14001:2004 (Ambiente) assim como o cumprimento integral dos requisitos legais em todas as instalações da AdTMAD.

As principais ações a desenvolver em 2014, com vista à melhoria das condições de trabalho, são:

- realização de medições de vibrações (de acordo com DL n° 46/2006) para novos equipamentos de trabalho (sistema corpo-inteiro e sistema mão-braço);
- realização de medições de ruído ocupacional (DL n° 182/2006) a todos os novos colaboradores e a colaboradores com alteração do posto de trabalho;
- realização de medições de ruído ambiental (DL n° 9/2007), em instalações SAR;
- avaliação da exposição profissional a agentes químicos (DL n° 24/2012) nas instalações com ácido sulfúrico e reavaliações de cloro e dióxido de cloro nas instalações cujo VLE foi claramente ultrapassado;
- melhorar as condições de segurança dos equipamentos de trabalho com utilização regular de modo a dar cumprimento ao DL n° 50/2005, realização de inspeções iniciais e periódicas.

As principais ações a desenvolver em 2014, de modo a garantir a extensão em ambiente e segurança às instalações de saneamento de águas residuais:

- levantamento do terreno de modo a identificar perigos, analisar e avaliar aspetos e riscos para as instalações alvo da extensão;
- realização de auditorias internas necessárias à validação do SGI;
- realização de auditorias de acompanhamento à SGI por entidade certificadora.

Paralelamente deverão ser mantidas as atividades do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) de rotina, responsáveis pela manutenção e melhoria contínua do SGI:

- gestão dos resíduos produzidos pelas instalações da AdTMAD quer ao nível do controlo da produção, quer ao nível do armazenamento temporário e recolha de resíduos para valorização/destino final;
- instalação, inspeção, reparação e manutenção de meios de combate a incêndios e de emergência;
- instalação de plantas de emergência nas instalações com medidas de autoproteção;
- inspeção e reparação de equipamentos de respiração (ARICA);
- emissão do Certificado Energético e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, que classifica o desempenho energético numa escala de A+ a G e recomenda um conjunto de medidas de melhoria aplicável apenas à ETAR Chaves – e Representação Torre Moncorvo;
- monitorização das emissões gasosas provenientes de fontes fixas na ETAR Bragança;
- manutenção da base de dados de legislação e da aplicação informática do SGI;
- elaboração e validação do Relatório de Sustentabilidade relativo a 2013;
- dotar as instalações com todos os equipamentos com os meios necessários para a resposta adequada a situações de perigo grave e eminente.

Sistemas de Informação

As atividades do ano de 2013 foram estrategicamente desenvolvidas de forma a dar seguimento ao trabalho de otimização das tecnologias e da arquitetura dos sistemas de informação, iniciado em anos anteriores.

Consolidação do Centro de Dados - *Cloud Computing*

Tem sido nossa estratégia a adoção de centros de recolha e arquivo de dados, bem como de centros prestadores de serviços de aplicações informáticas, ambos de localização indiferente, com duas virtualidades fundamentais:

- o recurso à nossa nuvem privada, a concentração de recursos informáticos e a centralização da sua operação e gestão, mas favorecendo a dispersão dos terminais e, em consequência, a descentralização na exploração da informação;
- o recurso a servidores virtuais (virtualização) e a sua abordagem de forma a potenciar soluções mais eficientes, funcionalmente flexíveis, estruturalmente versáteis e de custos controlados (de investimento e de exploração).

Estes dois pontos inserem-se ainda numa estratégia, iniciada em 2009, de estruturação e exploração de sistemas que, pelo seu carácter difuso, porque independente da localização e da própria realização prática dos recursos informáticos envolvidos numa solução, é denominada de computação na nuvem (*cloud computing*).

Nesse sentido, a área de TI deu continuidade a um processo de aproveitamento da capacidade onipresente e de baixo custo da computação fornecida pela nuvem de determinados fornecedores externos. Este processo permite reduzir a quantidade de mão-de-obra técnica, evitar o investimento num complexo centro de dados, reduzir custos com eletricidade, etc pelo que tudo isso ainda incorrerá não só em economia mas também numa maior segurança da informação.

Serviços de *desktop* na nuvem

De forma a reduzir custos de licenciamento, simplificar a gestão de *desktop* e aplicativos, e aumentar a segurança e o controlo, foi disponibilizado para alguns utilizadores o acesso a *desktops* virtuais hospedados centralmente no centro de dados.

Esta nova tendência para soluções corporativas, consideramos ser uma alternativa interessante para a tecnologia da virtualização, em função de que o utilizador não necessita de onerosos computadores com processador completo, memórias, placas, licenças de *softwares*, etc..., para aceder aos servidores, mas apenas necessita de terminais económicos que concorrem com licenciamento concorrencial.

Todo o processamento ocorre no servidor; de forma nativa, através da virtualização. No terminal somente chegam imagens, encriptadas e codificadas. Para efetuar este trabalho necessita-se apenas de um sistema emissor no servidor e um monitor com processador embutido para o processamento destes *pixels* enviados.

Soluções ALLOS

O recurso as soluções ALLOS permitiu que todos os utilizadores possam criar e atualizar informação SAP a partir do Word ou do Excel, e também elaborar relatórios com informação do SAP sem nunca aceder aos ecrãs de SAP. As soluções ALLOS podem ser usadas para solicitar a parceiros de negócios e utilizadores remotos sem licença de ERP, o envio de formulários pré-configurados para serem carregados por um centro de serviços partilhado ou por um utilizador em cada departamento.

Além disso, ao facultar que a informação do SAP seja disponibilizada a partir do Excel, quer através de relatórios ou fórmulas, contribui para que todos os utilizadores consigam analisar a informação em SAP de uma forma quase imediata, melhorando assim a sua capacidade de análise e de acesso a informação de gestão.

Em resumo, as soluções ALLOS permitiram poupar nos custos de licenciamento SAP, no processamento de informação, de elaboração de relatórios, de instalação de sistemas e nos níveis de qualificação necessários para introduzir informação do SAP. Permite também o acréscimo significativo de eficiência da organização pelo aumento da capacidade de tornar todos os elementos da AdTMAD produtivos (com ou sem acesso ao SAP, com ou sem conhecimento do SAP) e a trabalhar *offline*.

Alargamento da rede sem fios

Estivemos ainda envolvidos numa nova frente que envolveu a tecnologia sem fios e que permitiu o alargamento do serviço à rede corporativa nomeadamente a todas as Estações de Tratamento de Água e Saneamento.

Otimização das Telecomunicações

Foram dotadas todas as infraestruturas das áreas Administrativas e das Estações de Tratamento dos adequados meios de comunicação, para suporte, às aplicações informáticas, e às tecnologias de telemetria e telegestão. Apostou-se sobretudo, em apetrechar os locais onde a dependência das comunicações é maior, de capacidade de redundância, quer do equipamento quer do serviço, com recurso a duas redes distintas (rede fixa como ligação principal e a rede móvel como ligação de *backup*).

Comunicação e Promoção Ambiental

O ano de 2013 foi mais um ano de afirmação para a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro ao nível da comunicação, quer institucional, quer ao nível das campanhas de educação ambiental, quer de comunicação empresarial.

No capítulo da sensibilização ambiental, destacam-se as ações levadas a cabo durante o ano letivo de 2012/2013, em escolas da região, tal como já havia acontecido nos anos letivos anteriores em que foi distribuído material didático às escolas.

A AdTMAD continuou a sua política de educação ambiental, ao disponibilizar junto das escolas da região o jogo lúdico-didático sobre o tema da água, o AquaMAD. Este jogo, que tem vindo a ter um enorme sucesso, esteve presente em dezenas de escolas, bem como, em algumas feiras da região, sendo alvo de inúmeros pedidos para participações em diversas ações de carácter educacional.

Ainda no domínio das campanhas de sensibilização ambiental foram recebidas visitas de estudo nas ETAR de Vila Real, Valpaços, Vidago, Lamego, Bragança, Mirandela, Armamar, Carrapatas, Montalegre, e nas ETA de Vilar, Sôrdo, Alto Rabagão, Azibo, Balsemão e Pinhão perfazendo um total de cerca de 1800 visitantes, o que diz bem do trabalho efetuado em termos de sensibilização e visibilidade da empresa.

Paralelamente manteve-se ainda o Museu Virtual da Água de TMAD, que também este continuou a despertar muito interesse junto da comunidade pela forma como aborda o tema da água (www.museuvirtualdaagua.com).

Numa outra vertente de comunicação, a AdTMAD procurou promover a sua visibilidade e imagem pública, através de um trabalho sistemático de assessoria de imprensa. A coordenação de Comunicação e Promoção Ambiental promoveu a divulgação de informação junto dos Órgãos de Comunicação Social, apoiando o trabalho jornalístico através de *press-releases*, dossiers de imprensa, entrevistas, bem como, a resposta imediata a qualquer pedido por parte da comunicação social.

Foi mantida a dinâmica no Portal da AdTMAD que se tem revelado como um importante canal de comunicação e divulgação, tanto interna como externa, e que cada vez mais se afirma como o melhor veículo de comunicação da AdTMAD, quer na procura de informação parte dos públicos externos como por parte dos colaboradores.

Adicionalmente há ainda a salientar o facto da coordenação de Comunicação ser responsável pela Imagem Corporativa da empresa e, como tal, ter continuado o processo de harmonização da imagem através da introdução e aplicação do manual de Identidade Corporativa do grupo Águas de Portugal.

7. Objetivos de Gestão

Objetivos de Gestão de 2013 - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Indicadores		Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido
1. ROCE	%	100% ⁽²⁾	208%
2. EBITDA / Receitas	%	100% ⁽²⁾	114%
3. Custos com Pessoal / EBITDA	%	100% ⁽²⁾	147%
4.1. <i>Cash-Costs</i> Abastecimento	(€ / m ³)	100% ⁽²⁾	102%
4.2. <i>Cash-Costs</i> Saneamento	(€ / m ³)	100% ⁽²⁾	128%
5. Investimento	(10 ³ €)	100% ⁽²⁾	120% ⁽³⁾
6. Prazo Médio de Recebimentos	dias	60	243
7. Prazo Médio de Pagamentos	dias	45	27 ⁽⁴⁾
8. Volume de Atividade	(10 ³ m ³)	100%	114%
9.1. Taxa de Cobertura de AA Potencial	%	97%	83%
9.2. Taxa de Cobertura de AR Potencial	%	59%	57%
10.1. AA Qualidade da Água Fornecida	%	100%	100%
10.2. Qualidade dos Efluentes Tratados	%	100%	100%
11. Reforço da Eficiência Contratual	%	95%	86%
12. Cumprimento de Orientações Corporativas	%	100%	100%
13. Cumprimento dos Prazos de Reporte	dias	1	-1

⁽¹⁾ VALOR FIXADO na Assembleia-Geral de 25 de março de 2011

⁽²⁾ Indicadores calculados com base no OPT aprovado pelo Concedente em 11 de fevereiro de 2013

⁽³⁾ Meta em 2013 ascendeu a 0, com um investimento real de 2.573 m€, o que perfaz um grau de desempenho 3, que se traduz num item quantitativo com resultado >= 120% do objetivo

⁽⁴⁾ Cálculo não inclui montantes das rendas a pagar em 2013 relativas a infraestruturas integradas em anos anteriores e juros de suprimentos devidos ao acionista maioritário.

8. Perspetivas para o Futuro

Consciente das dificuldades que durante o ano de 2014, o País atravessará, a AdTMAD prosseguirá com o aprofundamento da sua política de contenção de custos e maximização da utilização racional dos recursos afetos à sua atividade operacional. Neste contexto, o plano de investimentos continuará a ser fortemente condicionado pelo conjunto de medidas de contenção adotadas.

Por outro lado, os condicionalismos do projeto, nomeadamente a dimensão territorial abrangida pelo sistema multimunicipal, os elevados níveis de investimento, a baixa densidade e dispersão populacional que condicionam os níveis e custos de atividade justificaram o desenvolvimento do processo de revisão das condições contratuais da Concessão que se encontra em curso.

Neste âmbito a administração da Sociedade prosseguirá com as diligências e esforços necessárias ao restabelecimento das condições de sustentabilidade económica e financeira do projeto.

É ainda preocupação da administração da Sociedade o desenvolvimento de diligências conducentes à normalização do processo de cobrança dos fornecimento e serviços prestados decorrentes da atividade concessionada, garantindo, nomeadamente, a necessária articulação com as disposições que se encontram previstas na lei 64-B/2011.

É nossa convicção que a prossecução das iniciativas atrás referidas, a revisão das condições contratuais da concessão e a reestruturação do setor, assegurarão as condições de continuidade do serviço público de fornecimento de Água e de recolha e tratamento de Águas Residuais nas melhores condições de qualidade e de preço na área servida.

9. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

O Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. considera que subsistem constrangimentos pontuais no fornecimento de água e que se constata uma imprevisibilidade climática suscetível de afetar a normal atividade da empresa.

Está também previsto nos primeiros meses do ano de 2014 a celebração de mais acordos de pagamento com alguns municípios, prevendo-se ainda que alguns destes acordos possam vir a incluir a liquidação por parte da AdTMAD, rendas passadas e rendas futuras de integração de infraestruturas municipais.

10. Sucursais da Sociedade

A Sociedade não tem sucursais.

11. Considerações Finais

Ao finalizar este Relatório de Gestão, o Conselho de Administração tem de expressar o seu reconhecimento a todas as entidades e individualidades que em conjunto com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, participaram na concretização das ações desenvolvidas, entre as quais se destacam, pelo empenho demonstrado e que foi determinante para a consolidação do Sistema Multimunicipal, nomeadamente as seguintes:

- os Acionistas, pela concertação de vontades conseguida e pelo apoio dado à concretização dum projeto decisivo para o desenvolvimento da região em que se insere e que sempre demonstraram confiança;
- as Câmaras Municipais, enquanto órgãos de gestão dos Municípios utilizadores do Sistema, pelo empenho e interesse demonstrado no seu desenvolvimento;
- os diferentes organismos da Administração Central e Regional;
- a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas;
- os Fornecedores, Projetistas, Empresas de Fiscalização e Construção;
- a todos os Colaboradores da Empresa é devido, também, um reconhecimento muito especial e todo o apreço pela dedicação, entusiasmo e disponibilidade em todo o processo de desenvolvimento da Empresa.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no nº2 do Artigo 17º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo de 5.158.113,79€ (cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e treze euros e setenta e nove cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

13. Anexo ao Relatório - Estrutura Acionista

Em cumprimento do disposto no nº. 5 do art.º 447º e do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. era, em 31 de dezembro de 2013, integralmente detido pelos acionistas. Em cumprimento do disposto no nº4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 19.623.416 de ações com o valor nominal de € 1,00 (um euro), correspondentes a 70,08% do Capital Social da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2013:

- a Sociedade é detentora de 187.823 ações, referentes à perda de ações por parte do município de Mogadouro, em consequência da ausência de realização de entradas, e cujo procedimento segue, atualmente, os seus trâmites legais, de acordo com os artigos 285.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais;
- a inclusão das ações da EHATB, nos municípios de Chaves, Boticas, Ribeira de Pena, Valpaços, Montalegre e Vila Pouca de Aguiar;
- não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus administradores;
- a Sociedade não tem qualquer sucursal.

O Conselho de Administração



Eng.º Artur Pato Mendes de Magalhães
Presidente do Conselho de Administração não Executivo



Eng.º José António Boal Paixão
Administrador Executivo



Dr. António Manuel de Jesus Vieira
Administrador Executivo



C - Contas do Exercício de 2013





Introdução

Nos termos da Lei e dos Estatutos vem o Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2013.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração do Rendimento Integral;
- Demonstração da Variação dos Capitais Próprios;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos das Contas o seguinte Anexo:

- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados;

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório do Conselho Fiscal;
- Certificação Legal de Contas.

Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2013	31.12.2012
		IFRS	IFRS
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	8	427.384.015	434.430.193
Ativos fixos tangíveis		0	0
Propriedades de investimento		0	0
Investimentos financeiros	10	6.449.684	6.449.684
Impostos diferidos ativos	11	8.978.110	9.297.909
Cientes e outros ativos não correntes	12 e 14	16.556.237	28.985.471
Total dos ativos não correntes		459.368.046	479.163.256
Ativos Correntes			
Inventários	13	463.719	544.833
Cientes	14	49.168.336	31.333.984
Estado e outros entes públicos	15	492.033	394.357
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	0	0
Outros ativos correntes	16	13.175.852	15.206.460
Caixa e seus equivalentes	17	1.657.471	5.568.912
Total dos ativos correntes		64.957.411	53.048.546
Total do ativo		524.325.456	532.211.802
Capital próprio dos acionistas majoritários			
Capital social	18	27.812.177	26.966.250
Reservas e outros ajustamentos	18	1.422	1.422
Resultados transitados	18	(22.884.315)	(25.255.918)
Resultado líquido do exercício		5.158.114	2.371.603
Total do capital próprio		10.087.398	4.083.357
Passivos Não Correntes			
Provisões		0	0
Responsabilidades com pensões		0	0
Empréstimos	21	125.324.290	116.412.623
Fornecedores e outros passivos não correntes	22	9.415.698	10.371.794
Impostos diferidos passivos	11	4.335.374	5.334.457
Acréscimos de custos do investimento contratual	23	24.757.866	23.835.884
Subsídios ao investimento	24	268.364.444	272.711.208
Total dos passivos não correntes		432.197.672	428.665.966
Passivos Correntes			
Empréstimos	21	65.205.405	84.362.037
Fornecedores	25	10.167.303	7.994.366
Outros passivos correntes	26	5.309.777	6.245.986
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	501.809	450.133
Estado e outros entes públicos	15	856.092	409.958
Total dos passivos correntes		82.040.386	99.462.480
Total do passivo		514.238.058	528.128.445
Total do passivo e do capital próprio		524.325.456	532.211.802

Demonstração do rendimento integral

	Notas	31.12.2013	31.12.2012
		IFRS	IFRS
Vendas	28	18.207.627	17.599.204
Prestações de serviços	28	16.362.555	11.703.840
Volume de negócios		34.570.182	29.303.044
Custo das vendas/variação dos inventários	29	(1.507.286)	(1.603.092)
Margem bruta		33.062.895	27.699.952
Fornecimentos e serviços externos	30	(9.262.807)	(8.758.923)
Gastos com pessoal	31	(4.767.819)	(4.093.488)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	32	(12.768.046)	(10.681.136)
Provisões e reversões do exercício			0
Perdas por imparidade e reversões			0
Subsídios ao investimento	24	7.208.329	6.022.640
Outros gastos e perdas operacionais	33	(316.440)	(344.500)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	34	178.481	445.706
Resultados operacionais		13.334.595	10.290.251
Gastos financeiros	35	(12.148.145)	(13.236.846)
Rendimentos financeiros	36	4.291.714	3.008.596
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			0
Resultados financeiros		(7.856.431)	(10.228.250)
Resultados antes de impostos		5.478.164	62.001
Imposto do exercício	27	(999.333)	(761.203)
Imposto diferido	11	679.283	3.070.805
Resultado líquido do exercício operações continuadas		5.158.114	2.371.603
Resultado líquido de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		5.158.114	2.371.603
Resultado por ação (básico e diluído)	18	0,19	0,09

Demonstração da variação do capital próprio

		Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2012	IFRS	26.966.250	1.422	(25.255.918)	2.371.603	4.083.357
Realizações de Capital social		845.927				845.927
Aplicação do resultado líquido do exercício				2.371.603	(2.371.603)	0
Dividendos pagos						0
Resultado líquido do exercício					5.158.114	5.158.114
Saldo a 31 de dezembro de 2013	IFRS	27.812.177	1.422	(22.884.315)	5.158.114	10.087.398

Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2013	31.12.2012
	IFRS	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	31.457.529	12.811.096
Pagamentos a fornecedores	(13.449.442)	(12.010.405)
Pagamentos ao pessoal	(2.823.130)	(2.823.595)
Recebimento de IRC		3.517
Pagamento de IRC	(875.069)	(316.009)
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	138.028	267.178
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	(326.009)	(641.648)
Pagamentos à segurança social	(1.139.233)	(1.033.695)
Pagamentos de outros impostos	(694.312)	(958.808)
	12.288.362	(4.702.368)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	0	0
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	11.193.173	11.737.719
Recebimentos de juros e rendimentos similares	412.522	355.819
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(8.037.593)	(7.522.185)
	3.568.102	4.571.354
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	26.448.242	13.892.844
Recebimentos de realizações de capital	845.927	0
Subsídios e doações	18.877	20.815
Pagamentos de empréstimos obtidos	(36.729.400)	(6.012.905)
Pagamentos de juros e gastos similares	(10.387.741)	(9.630.033)
Pagamentos de dividendos		0
	(19.804.095)	(1.729.280)
Varição de caixa e seus equivalentes	(3.947.631)	(1.860.294)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.568.912	7.429.206
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.621.281	5.568.912
	(3.947.631)	(1.860.294)

Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	343.698	3.668
Depósitos à ordem	1.313.773	5.565.244
Depósitos a prazo		0
	1.657.471	5.568.912
Descobertos bancários de depósitos à ordem	(36.190)	0
	1.621.281	5.568.912

Notas às demonstrações financeiras

1. Atividade económica da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

1.1. Introdução

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (adiante designada também por AdTMAD, S.A. ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 6 de outubro de 2001, tendo a sua sede social na Avenida Osnabruck, nº 29, em Vila Real. A AdTMAD, S.A. tem como atividade principal a “exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

1.2. Atividade

A AdTMAD, S.A. foi constituída pelo Decreto-lei nº 270-A/2001, de 6 de outubro, e a sua estrutura acionista é composta pela Empresa-Mãe (ADP, SGPS), e pelos municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, São João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Vinhais e Vila Pouca de Aguiar.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus Estatutos a “...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro “. Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 6 de outubro de 2001, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo prazo de 30 anos. O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro abrange atualmente os municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, São João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Vinhais e Vila Pouca de Aguiar.

1.3 Acionistas

Ver nota 18.

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, no dia 27 de janeiro de 2014.

2. Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras da AdTMAD, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adotadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2013.

As políticas contabilísticas utilizadas pela AdTMAD, S.A. na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2012.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a AdTMAD, S.A. ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 2.1.1.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdTMAD foram preparadas segundo a base do custo histórico, A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contábilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de Dezembro de 2011.

1) Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2013

Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral> (i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da “Demonstração de rendimento integral”, que na norma passa a ser redenominada como “Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral”. Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma. (ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas, desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: **a)** rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e **b)** rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à IAS 1 devem ser aplicadas retrospectivamente, pelo que a apresentação (grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.

Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho)> As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19 requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de “corridor” permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de “juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos”, que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas. A nova versão da IAS 19 deverá ter aplicação retrospectiva.

Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)> A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num “preço de saída”, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação. A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais. A IFRS 13 requer apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.

Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes> O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.

Alterações à IFRS 1 Adoção pela primeira vez (i) Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)> O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição.

(ii) Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março)> As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospectiva na transição para as IFRS.

IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)>

O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.

Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)>

O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma> Regulamento 1256/2012, de 13 de dezembro.

(2) Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)> Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1> As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS 1 se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS 1 no passado.

IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos> As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa> As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: **a)** uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, e **b)** a aplicação retrospectiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)> As emendas clarificam que as peças sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.

IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio> As emendas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio, devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar> As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2014.

Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)> O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial.

A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)> O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição

suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)> A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)> As principais alterações envolvem: **(i)** a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; **(ii)** introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o *goodwill*) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; **(iii)** introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; **(iv)** remoção do termo "material", por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo *goodwill*) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão "material" de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)> O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

(3) Novas normas ainda não endossadas pela União Europeia e com aplicação após 1 de janeiro de 2014

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros). A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor:

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor:

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de **i)** na Demonstração de Rendimento integral ou **(ii)** Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu oito melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmento.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedade de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

IFRIC 21 – Taxas do governo (Emissão)

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: **(i)** deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante **(ii)** deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e **(iii)** se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

As normas acima referidas, ou não são aplicáveis, ou não são esperados quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

2.2 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são reconhecidas no balanço da AdTMAD, S.A. na data de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdTMAD, S.A. se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido (parágrafo 31, IFRS 1), ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o normativo anterior naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as participações financeiras são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis.

Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdTMAD, S.A. ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdTMAD, S.A. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdTMAD, S.A. tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

As participações da AdTMAD, S.A. são as seguintes:

Unidade de Negócio/ Empresa	Sede	% de capital detido	Valor da Participação	Capital Social	Capital Próprio	Result. Líq. Exercício
Fundação Museu do Douro	Peso da Régua	0,48%	5.000	1.034.534	4.508.406	312.141

2.3 Informação por segmentos

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporte interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam a performance de cada segmento, bem como procedem à alocação dos recursos disponíveis. Um segmento corresponde a um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

A AdTMAD, S.A. não cumpre com os requisitos do IFRS 8, pelo que não é necessário apresentar informação por segmentos; contudo é apresentada informação relativa aos gastos e rendimentos dos negócios de água e saneamento.

2.4 Conversão cambial

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdTMAD, S.A. estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdTMAD, S.A. e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.4.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdTMAD, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.5 Atividade regulada - reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.5.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a Entidade Reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de maio, e DL 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a AdTMAD, S.A. com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da AdTMAD, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

2.5.2 Acréscimo de custos para investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da AdTMAD, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.6 Atividade concessionada - IFRIC 12

Concessões, prazos e indexantes

Água e saneamento / Resíduos	Concessão/ Parceria	Remuneração acionista			
		Prazo	Período	Taxa	Incidência (I)
AdTMAD, S.A.	Concessão	50 anos	2001-2051	OT 10 anos + 3%	27.813.599

2.6.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdTMAD, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11.

A empresa deve reconhecer o crédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo fixo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.6.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a AdTMAD, S.A. assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a AdTMAD, S.A. como concessionárias de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

No âmbito dos contratos de concessão do grupo AdP enquadráveis na IFRIC 12, à atividade de construção é subcontratada a entidades especializadas. Desta forma, o grupo AdP não tem margem qualquer associada à atividade de construção das infraestruturas afetas à concessão, pelo que o crédito e encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante.

2.6.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (último EVEF submetido)	Número de anos da concessão (último EVEF submetido)	Total de caudais revistos (último EVEF submetido)	Taxa média de amortização do ano de 2013
546.019.914	30	1.352.752.766	597.255.624	50	2.047.855.748	2,14%

2.6.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.6.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A AdTMAD, S.A. na fase de construção das infraestruturas atua como um "agente"/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da AdTMAD, S.A., o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.6.6 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a AdTMAD, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação.

2.7 Ativos intangíveis

2.7.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.6.

2.7.2 Outros ativos intangíveis

Ver nota 2.6.

2.8 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.8.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros a AdTMAD, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A AdTMAD, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

2.8.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AdTMAD, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.8.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a AdTMAD, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.8.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.8.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

2.8.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.8.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

2.8.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Concessão Regulada de Portugal, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.8.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.9 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela AdTMAD, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.10 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.12 Imparidade

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

2.12.1 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AdTMAD, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para *Goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do sector. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdTMAD, S.A. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdTMAD, S.A. efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor; líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AdTMAD, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinada pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecoverável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Para os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamento, e para os quais se verifica o incumprimento acordado, o Grupo classifica a respetiva dívida como vencida e sujeita a mesma à análise de imparidade. Não foram constituídas perdas por imparidade para saldos de clientes com injunções interpostas, encontrando-se a respetiva dívida classificada como vencida.

2.13 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.14 Dividendos a pagar

Os dividendos serão reconhecidos como passivo quando forem declarados.

2.15 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdTMAD, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.16 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTMAD, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.17 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdTMAD, S.A. seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.18 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.6.5 as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

Nos termos do Decreto-lei 195/2009 e de acordo com o orçamento e projeto tarifário de 2011, a AdTMAD, S.A. procedeu à faturação dos valores mínimos garantidos nos termos da cláusula 16ª do contrato de concessão e da cláusula 3ª dos respetivos de contrato de fornecimento de água e de recolha de efluentes.

O rédito é reconhecido como segue:

2.18.1 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.18.2 Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Tratamento e valorização de resíduos - vendas de produtos

Tratamento e valorização de resíduos - produtos: a venda dos produtos obtidos com a valorização de resíduos é registada no momento da transação.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

2.18.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AdTMAD, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.19 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.21 Eventos subsequentes

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes de fornecimento de água e saneamento. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 14 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Ativos financeiros bancários	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos à ordem	1.277.584	5.565.244
Depósitos prazo	0	0
Fundo de renovação do equipamento	0	0
Fundo de reconstituição do capital	6.444.684	6.444.684
	7.722.268	12.009.928

Rating	31.12.2013	31.12.2012
P-1 (Moody's)	7.722.268	12.009.928
P-2 (Moody's)	0	0
P-3 (Moody's)	0	0
	7.722.268	12.009.928

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2014

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	65.205.405	48.092.170	77.232.120
Fornecedores e outros passivos	15.477.080	1.204.479	8.211.220
	80.682.485	49.296.649	85.443.340

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas de Trás os Montes e Alto Douro, S.A., advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTMAD, S.A.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	Real	11.462.445	12.373.287
Juros suportados	tx média +1%	14.504.927	14.318.725
Juros suportados	tx média -1%	9.855.429	10.427.850

3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos não correntes	125.324.290	116.412.623
Empréstimos correntes	65.205.405	84.362.037
Disponibilidades	(1.657.471)	(5.568.912)
Dívida	188.872.224	195.205.748
Total do capital próprio	10.087.398	4.083.357
Capital	10.087.398	4.083.357
Dívida/total do capital	18,72	47,81

O modelo de financiamento da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do Regulador; procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte do Concedente no âmbito da provável reestruturação do setor; reconhecendo no entanto que a ocorrerem, as mesmas podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdTMAD, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A AdTMAD, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTMAD, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber; o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTMAD, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdTMAD, S.A. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da AdTMAD, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da AdTMAD, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdTMAD, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdTMAD, S.A.

4.4 Continuidade operacional

O Conselho de Administração da AdTMAD, S.A. entende que do processo que tem em curso para a revisão das condições contratuais da concessão, e da reestruturação do setor, resultarão as soluções que viabilizarão o reequilíbrio económico-financeiro da concessão e o cumprimento das obrigações contratuais, pelo que as demonstrações financeiras foram preparadas em base da continuidade.

6. Áreas de negócio

A AdTMAD, S.A., apresenta alguma informação por área de negócio (Abastecimento, Saneamento).

	Água	Saneamento	31.12.2013 IFRS
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	280.936.046	146.447.970	427.384.015
Ativos fixos tangíveis	0	0	0
Outros ativos	15.454.160	16.529.870	31.984.030
Total do ativo	296.390.205	162.977.840	459.368.046
Total do passivo	208.830.839	223.366.833	432.197.672

	Água	Saneamento	31.12.2013 IFRS
Volume de negócios	18.207.627	16.362.555	34.570.182
Custo das vendas/variação dos inventários	(1.246.471)	(260.815)	(1.507.286)
Margem bruta	16.961.155	16.101.740	33.062.895
Fornecimentos e serviços externos	(4.503.226)	(4.759.581)	(9.262.807)
Gastos com pessoal	(2.303.732)	(2.464.087)	(4.767.819)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(5.674.870)	(7.093.176)	(12.768.046)
Subsídios ao investimento	3.482.947	3.725.383	7.208.329
Outros gastos e perdas operacionais	(147.650)	(168.790)	(316.440)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	86.239	92.242	178.481
Resultados operacionais	7.900.864	5.433.731	13.334.595
Gastos financeiros	(5.869.785)	(6.278.360)	(12.148.145)
Rendimentos financeiros	2.073.686	2.218.028	4.291.714
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros	0	0	0
Resultados financeiros	(3.796.099)	(4.060.332)	(7.856.431)
Resultados antes de impostos	4.104.765	1.373.399	5.478.164
Imposto do exercício	(482.861)	(516.472)	(999.333)
Imposto diferido	328.219	351.065	679.283
Resultado líquido do exercício operações continuadas	3.950.122	1.207.992	5.158.114
Resultado líquido de operações descontinuadas	0	0	0
Resultado líquido do exercício	3.950.122	1.207.992	5.158.114

7. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao justo valor por resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2013
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	427.384.015	427.384.015
Propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	6.449.684	0	0	6.449.684	0	6.449.684
Impostos diferidos ativos	0	8.978.110	0	0	8.978.110	0	8.978.110
Clientes e outros ativos não correntes	0	16.556.237	0	0	16.556.237	0	16.556.237
Inventários	0	0	0	0	0	463.719	463.719
Clientes	0	49.168.336	0	0	49.168.336	0	49.168.336
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	492.033	492.033
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos correntes	0	13.175.852	0	0	13.175.852	0	13.175.852
Caixa e seus equivalentes	0	1.657.471	0	0	1.657.471	0	1.657.471
Total do ativo	0	95.985.689	0	0	95.985.689	428.339.767	524.325.456
Provisões	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidades com pensões	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos não correntes	0	0	0	125.324.290	125.324.290	0	125.324.290
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	0	0	9.415.698	9.415.698	0	9.415.698
Impostos diferidos passivos	0	0	0	4.335.374	4.335.374	0	4.335.374
Acréscimos de custos do investimento contratual	0	0	0	0	0	24.757.866	24.757.866
Subsídios ao investimento	0	0	0	0	0	268.364.444	268.364.444
Empréstimos correntes	0	0	0	65.205.405	65.205.405	0	65.205.405
Fornecedores	0	0	0	10.167.303	10.167.303	0	10.167.303
Outros passivos correntes	0	0	0	5.309.777	5.309.777	0	5.309.777
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0	0	0	501.809	501.809
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	856.092	856.092
Total do passivo	0	0	0	219.757.847	219.757.847	294.480.211	514.238.058

8. Ativos intangíveis

	31.12.2013	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	67.482	67.482
Propriedade industrial e outros direitos	9.067	9.067
Outros imobilizados incorpóreos	2.681.277	2.681.277
Direitos de utilização de infraestruturas	424.626.189	431.672.366
	427.384.015	434.430.193

8.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienações	Transfer	Reversões	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	67.482	0	0	0	0	0	67.482
Propriedade industrial e outros direitos	9.067	0	0	0	0	0	9.067
Outros imobilizados incorpóreos	2.681.277	0	0	0	0	0	2.681.277
Direitos de utilização de infraestruturas	477.668.929	4.799.887	0	0	0	0	482.468.816
	480.426.756	4.799.887	0	0	0	0	485.226.643

Amortizações acumuladas	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienações	Transfer	Reversões	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	(6.937)	(1.386)	0	0	0	0	-8.323,30
Propriedade industrial e outros direitos	(932)	(186)	0	0	0	0	-1.118,37
Outros imobilizados incorpóreos	(275.636)	(55.076)	0	0	0	0	-330.711,89
Direitos de utilização de infraestruturas	(45.713.058)	(12.711.398)	0	0	921.982	0	(57.502.473)
	(45.996.563)	(12.768.046)	0	0	921.982	0	(57.842.627)
	434.430.193	(7.968.159)	0	0	921.982	0	427.384.015

8.2 DUI - Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienações	Transfer		31.12.2013
Terrenos	20.236.767	0	0	0	790.874	0	21.027.641
Edifícios e outras construções	337.911.105	0	0	0	10.426.557	0	348.337.663
Equipamento básico	103.566.000	0	0	0	1.137.693	0	104.703.692
Equipamento de transporte	46.700	0	0	0	0	0	46.700
Equipamento administrativo	2.044.431	0	0	0	61.544	0	2.105.975
Outros	359.226	0	0	0	29.237	0	388.462
DUI em curso	13.504.700	4.799.887	0	0	(12.445.905)	0	5.858.682
	477.668.929	4.799.887	0	0	0	0	482.468.816

Amortizações acumuladas	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienações	Transfer		31.12.2013
Terrenos	(2.846.792)	(388.068)	0	0	(249.148)	0	-3.484.008,44
Edifícios e outras construções	(31.345.874)	(8.714.889)	0	0	115.432	0	-39.945.331,19
Equipamento básico	(11.242.454)	(3.497.422)	0	0	1.012.836	0	-13.727.040,08
Equipamento de transporte	(4.801)	(959)	0	0	0	0	-5.760,04
Equipamento administrativo	(242.659)	(101.610)	0	0	42.861	0	-301.407,26
Outros	(30.478)	(8.449)	0	0	0	0	-38.926,47
Diferença concessão	0	0	0	0	0	0	0,00
	(45.713.058)	(12.711.398)	0	0	921.982	0	(57.502.473)
	431.955.871	(7.911.511)	0	0	921.982	0	424.966.342

No decurso de 2013 foram terminadas e entraram em funcionamento mais algumas infraestruturas, tendo as mesmas sido transferidas para ativo intangível fixo no montante de 12.445.906€.

10. Investimentos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de renovação	0	0
Fundo de reconstituição	6.444.684	6.444.684
Participação financeira	5.000	5.000
	6.449.684	6.449.684

No ano de 2013 a AdTMAD, S.A. não procedeu ao reforço do fundo de reconstituição de capital social, nos termos previstos da cláusula 18ª do Contrato de Concessão, sendo que até ao ano de 2010 a calculo deste fundo foi efetuado numa base de 30 anos de concessão, a partir do ano de 2011 a base de cálculo do fundo de reconstituição de capital social foi alterada para 50 anos, e de acordo com os cálculos efetuados a AdTMAD, S.A. deveria ter no final do ano de 2013 um fundo no montante global de 5.117.815. O fundo encontra-se aplicado num depósito a prazo com vencimento a cinco anos no IGCP, e com taxa de juro de 8,53%, tendo o mesmo sido subscrito em 06 de abril de 2011.

11. Impostos diferidos ativos e passivos

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	22,81%	25,00%	25,00%	25,00%	22,54%
Taxa de Derrama	1,79%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Ativos por Impostos Diferidos	0	0	0	0	0
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	0	0	0	0	0
Provisões - perdas de imparidade	0	0	0	0	0
Provisões - pensões	0	0	0	0	0
Provisões - outros	0	0	0	0	0
Indemnizações por reforma antecipada	0	0	0	0	0
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	27.718,278	0	2.553,044	0	30.271.323
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	7.368,170	0	-300,270	0	7.067,900
Custo amortizado	0	0	0	0	0
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Ajustamentos Transição - Subsídios	0	0	0	0	0
Outros (detalhe outros em comentário)	0	0	0	0	0
Base de incidência		0	2.252.774	0	37.339.223
IRC	8.771,612	-916,785	563,194	0	8.418,021
Derrama	526,296	0	33,792	0	560,088
Imposto diferido ativo reconhecido	9.297.908	-916.785	596.985	0	8.978.108
Taxa de IRC	25,00%			25,00%	23,00%
Taxa de Derrama	1,50%			1,50%	1,50%
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0
Reavaliações					
Reavaliações fiscais	0	0	0	0	0
Reavaliações livres	0	0	0	0	0
Reinvestimento de mais valias	0	0	0	0	0
Outros					
Ajustamentos Transição -Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	17.168,381	0	0	953,799	16.214,582
Diferença Amortização fiscal / contabilística / subsidio investimento contratual realizado	2.961,641	0	0	1.480,821	1.480,820
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Outros (detalhe outros em comentário)	0	0	0	0	0
Base de incidência	20.130.022	0	0	2.434.620	17.695.403
IRC	5.032,506	-353,909	0	-608,655	4,069,942
Derrama	301,951	0	0	-36,519	265,431
Imposto diferido passivo reconhecido	5.334.456	-353.909	0	-645.174	4.335.373

De referir que as correções ao imposto diferido dizem respeito à atualização da taxa do imposto sobre as pessoas coletivas (IRC) a praticar no futuro de 25% para 23%.

Prejuízos fiscais não relevados como impostos diferidos (por data de extinção)	31.12.2013
	euros
2013	0
2014	2.596.789
2015	0
2016	0
2017	0
2018	0
	2.596.789

12. Clientes e outros ativos não correntes

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a AdTMAD, S.A. têm vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1.000.000.000 euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas. As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração da AdTMAD, S.A. acompanhou de perto (junto das "entidades interessadas") estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. É expectável que parte significativa das dívidas de clientes do Grupo, seja liquidada quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos Municípios.

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes - Municípios (acordos)	16.556.237	24.536.471
Fundo de Coesão a receber	0	4.448.730
Diferimento de custos de investimento contratual	0	0
	16.556.237	28.985.471

O justo valor do saldo de clientes e do valor a receber do Concedente é semelhante ao valor de balanço (estes valores vencem juros).

12.1 Municípios - Acordos

	31.12.2013	31.12.2012
Município de Alijó	0	2.058.233
Município de Chaves	4.241.333	6.864.536
Município de Macedo de Cavaleiros	5.198.617	2.747.953
Município de Mirandela	922.228	2.563.243
Município de Moimenta da Beira	615.688	1.065.670
Município de Ribeira de Pena	128.717	186.569
Município de Tarouca	530.582	694.594
Município de Peso da Régua	901.165	748.132
Município de Torre de Moncorvo	0	127.580
Município de Vila Nova de Foz Côa	346.576	509.011
Município de Vila Real	2.837.354	3.698.451
Município de Tabuaço	199.001	254.509
Município de Sabrosa	0	68.858
Município de Armamar	286.972	428.149
Município de Lamego	0	2.035.116
Município de Resende	130.967	198.423
Município de Vila Pouca de Aguiar	217.035	287.713
	16.556.237	24.536.741

13. Inventários

	31.12.2013	31.12.2012
Matérias-primas subsidiárias consumo - materiais diversos	257.428	366.124
Matérias-primas subsidiárias consumo - matérias primas	200.644	169.354
Matérias-primas subsidiárias consumo - matérias subsidiárias	5.647	9.355
	463.719	544.833

14. Clientes

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios	65.690.785	55.848.904
Clientes outros	33.788	21.821
	65.724.573	55.870.725

14.1 Clientes - Municípios

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios	22.017.350	20.191.634
Clientes municípios TRH e/ou TGR	203.887	182.991
Clientes municípios injunções	14.148.687	3.174.290
Clientes municípios juros de mora	2.081.405	1.893.809
Clientes municípios acordos C/P	10.683.219	5.869.438
Clientes municípios acordos MLP	16.556.237	24.536.741
	65.690.785	55.848.904

14.2 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios não correntes	16.556.237	24.536.741
Clientes municípios correntes	49.134.548	31.312.163
	65.690.785	55.848.904

14.3 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Alfândega da Fé	0	0	97.972	97.972	38.833	136.804
Município de Alijó	0	14.737	2.524.991	2.539.727	167.369	2.707.096
Município de Armamar	31.859	21.671	286.313	339.843	490.912	830.755
Município de Boticas	39.966	169.314	269.952	479.232	0	479.232
Município de Bragança	948.718	399.892	698.906	2.047.516	341.623	2.389.139
Município de Chaves	1.249.736	2.635.382	7.228.309	11.113.428	6.347.397	17.460.825
Município de Freixo de Espada à Cinta	0	0	870.905	870.905	54.593	925.499
Município de Lamego	0	1.018.245	1.429.196	2.447.441	290.169	2.737.610
Município de Macedo de Cavaleiros	722.587	472.445	12.896	1.207.927	6.866.497	8.074.424
Município de Mesão Frio	0	464	118.504	118.968	74.551	193.519
Município de Mirandela	248.143	819.981	1.778.942	2.847.066	1.943.674	4.790.740
Município de Mogadouro	221	167.411	431.749	599.381	1.402	600.783
Município de Moimenta da Beira	0	0	1.484.161	1.484.161	1.039.615	2.523.776
Município de Montalegre	0	181.132	349.726	530.859	23.035	553.894
Município de Murça	0	0	48.632	48.632	63.268	111.900
Município do Peso da Régua	0	732.368	1.357.937	2.090.305	1.165.294	3.255.600
Município de Resende	302.070	454.838	571.571	1.328.479	236.215	1.564.695
Município de Ribeira de Pena	23.836	950	62.057	86.843	210.343	297.187
Município de São João de Pesqueira	98.228	223.830	396.150	718.208	127.673	845.881
Município de Sabrosa	0	0	33.987	33.987	53.867	87.854
Município de Senancelhe	15.281	15.585	449	31.314	29.202	60.515
Município de Santa Marta de Penaguião	0	0	87.519	87.519	142.423	229.942
Município de Tabuaço	650.740	254.056	666.027	1.570.823	340.481	1.911.304
Município de Tarouca	170.629	264.425	472.926	907.980	774.732	1.682.712
Município de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	78.244	78.244
Município de Valpaços	34.407	528.871	1.163.102	1.726.380	53.195	1.779.575
Município de Vila Flor	0	0	47.212	47.212	87.058	134.270
Município de Vila Nova de Foz Côa	0	0	266.218	266.218	637.092	903.311
Município de Vila Pouca de Aguiar	89.726	214.370	339.628	643.723	467.384	1.111.107
Município de Vila Real	139.805	676.931	1.652.178	2.468.913	4.359.517	6.828.430
Município de Vinhais	456	151.371	187.206	339.033	65.129	404.162
	4.766.407	9.418.269	24.935.322	39.119.999	26.570.786	65.690.784,81

Os valores vencidos relativos aos anos de 2009, 2010 e 2011 correspondem na sua maioria a valores em injunção e a juros de mora, devidos pelos clientes da AdTMAD, S.A. pelo atraso no pagamento das faturas.

Em articulação com as disposições que se encontram previstas na Lei 64-B/2011, a AdTMAD, S.A. está a desenvolver as diligências conducentes à normalização do processo de cobrança destas dívidas.

Não foram constituídas perdas por imparidade, uma vez que os saldos de clientes com injunções interpostas encontrasse classificada a dívida como dívida vencida, assim como os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamento, e para os quais se verifica o incumprimento acordado, a AdTMAD, S.A. classifica a respetiva dívida como dívida vencida.

15. Estado e outros entes públicos

	31.12.2013	31.12.2012
IVA a receber	492.033	394.357
Outros	0	0
EOEP activos	492.033	394.357
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	(47.217)	(31.884)
Retenções - IRC	(61.305)	0
Retenções - Segurança social	(87.524)	(34.427)
Outros	(660.046)	(343.647)
EOEP passivos	(856.092)	(409.958)
	(364.059)	(15.601)

16. Outros ativos correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de coesão a receber	0	2.991.470
Pessoal	107.769	109.371
Adiantamentos a fornecedores	341.887	438.424
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	4.317.009	1.964.441
Outros devedores	2.008.272	3.470.640
Acréscimos de proveitos	6.017.286	6.214.231
Diferimentos de encargos da concessão	383.629	17.884
	13.175.852	15.206.460

O valor constante da rubrica acréscimo de proveitos corresponde na sua maioria ao valor do cálculo dos valores mínimos garantidos referentes ao ano de 2013, no montante de 4.596.411 €, a debitar aos clientes da AdTMAD, S.A.

A rubrica outros devedores corresponde em grande parte aos valores relativos a retenções efetuadas aos fornecedores de imobilizado.

17. Caixa e equivalentes

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	343.698	3.668
Depósitos à ordem	1.313.773	5.565.244
Depósitos a prazo	0	0
	1.657.471	5.568.912

De referir que o valor do caixa no final do ano de 2013 se encontra inflacionado devido à contabilização de um recebimento da EMAR no montante de 338.821,50 € e que ocorreu no final do ano, tendo o mesmo sido depositado no banco já no ano de 2014.

18. Capital

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do Art.º 447º e do n.º 4 do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., era, em 31 de dezembro de 2010, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

		Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
		31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2012
Empresa-mãe	70,08%	19.623.416	19.623.416	19.623.416	19.623.416
EHATB	0,00%	0	0	448.918	448.918
Município de Alfândega da Fé	0,38%	106.119	106.119	106.119	106.119
Município de Alijó	0,86%	240.010	240.010	240.010	240.010
Município de Armamar	0,42%	118.386	118.386	118.386	118.386
Município de Boticas	0,44%	121.985	121.985	47.166	47.166
Município de Bragança	3,82%	1.070.867	1.070.867	1.070.867	224.940
Município de Chaves	3,06%	857.541	857.541	782.721	782.721
Município de Freixo de Espada à Cinta	0,30%	84.213	84.213	84.213	84.213
Município de Lamego	1,97%	551.934	551.934	551.934	551.934
Município de Macedo de Cavaleiros	1,18%	330.217	330.217	330.217	330.217
Município de Mesão Frio	0,32%	90.119	90.119	90.119	90.119
Município de Mirandela	2,21%	618.721	618.721	618.721	618.721
Município de Mogadouro	0,67%	187.823	0	187.823	0
Município de Moimenta da beira	0,78%	217.661	217.661	217.661	217.661
Município de Montalegre	0,52%	146.878	146.878	72.059	72.059
Município de Murça	0,37%	102.979	102.979	102.979	102.979
Município do Peso da Régua	1,67%	467.528	467.528	467.528	467.528
Município de Resende	0,55%	154.885	154.885	154.885	154.885
Município de Ribeira de Pena	0,31%	86.994	86.994	12.174	12.174
Município de São João de Pesqueira	0,61%	170.463	170.463	170.463	170.463
Município de Sabrosa	0,41%	115.288	115.288	115.288	115.288
Município de Santa Marta de Penaguião	0,41%	113.605	113.605	113.605	113.605
Município de Senancelhe	0,38%	105.664	105.664	105.664	105.664
Município de Tabuaço	0,37%	103.720	103.720	103.720	103.720
Município de Tarouca	0,75%	208.988	208.988	208.988	208.988
Município de Torre de Moncorvo	0,55%	154.552	154.552	154.552	154.552
Município de Valpaços	1,04%	291.396	291.396	216.576	216.576
Município de Vila Flor	0,45%	126.973	126.973	126.973	126.973
Município de Vila Nova de Foz Côa	0,41%	115.890	115.890	115.890	115.890
Município de Vila Real	3,44%	962.543	962.543	962.543	962.543
Município de Vinhais	0,53%	148.863	148.863	148.863	148.863
Município de Vila Pouca de Aguiar	0,73%	203.779	203.779	128.959	128.959
	100%	28.000.000	27.812.177	28.000.000	26.966.250

Em cumprimento do disposto no n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 19.623.416,00 de ações com o valor nominal de € 1,00 (um euro), correspondentes a 70,08% do Capital Social da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

- a Sociedade é detentora de 187.823 ações, referentes à perda de ações por parte do município de Mogadouro, em consequência da ausência de realização de entradas, e cujo procedimento segue, atualmente, os seus trâmites legais, de acordo com os artigos 285.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais;
- não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;
- a Sociedade não tem qualquer sucursal.

18.1 Resultado por ação

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado Líquido	5.158.114	2.371.603
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	5.562.435	5.393.250
Resultado por ação	0,93	0,44

18.2 Movimentos do período

	31.12.2012	Afet. Res. Liq.	Realizações C.S.	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2013
Capital social	26.966.250		1.346.754			28.313.004
Reservas e outros ajustamentos	1.422	0		0	0	1.422
Resultados transitados	(25.255.918)	2.371.603		0	0	(22.884.315)
Resultado Líquido do exercício	2.371.603	(2.371.603)		0	5.158.114	5.158.114
	4.083.357	0	1.346.754	0	5.158.114	10.588.225

A reserva legal só pode ser utilizada para aumento de capital ou cobertura de prejuízos; e 5% do resultado líquido deve ser afeto a esta reserva até um máximo de 20% do capital social.

21. Empréstimos

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos bancários BEI	85.324.290	76.280.000
Empréstimos bancários - banca comercial	0	132.623
Empréstimos - Locação financeira	0	
Empréstimos - Empresa-mãe	40.000.000	40.000.000
Não correntes	125.324.290	116.412.623
Empréstimos bancários BEI	955.710	720.000
Descobertos bancários - Empréstimos	36.190	
Empréstimos bancários - banca comercial	50.268.821	69.697.353
Empréstimos - Empresa-mãe	13.944.684	13.944.684
Empréstimos - Locação financeira	0	
Correntes	65.205.405	84.362.037
Tola de empréstimos	190.529.695	200.774.660

Relativamente aos empréstimos bancários correntes que atingem cerca de 65 milhões de euros, destinam-se ao apoio à tesouraria, sendo que, a empresa dispõe nas linhas de empréstimos bancários de curto prazo de um plafond negociado e não utilizado de aproximadamente 22 milhões de euros.

21.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano	65.205.405	84.362.037
De 1 a 2 anos	1.372.470	1.088.333
De 2 a 3 anos	2.103.490	1.293.900
De 3 a 4 anos	2.270.240	1.912.190
De 4 a 5 anos	2.345.970	2.058.080
Superior a 5 anos	117.232.120	110.060.120
	190.529.695	200.774.660

21.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 anos	64.867.905	84.024.537
De 1 a 2 anos	720.690	750.833
De 2 a 3 anos	850.790	720.690
Superior a 3 anos	69.427.810	70.278.600
	135.867.195	155.774.660

Taxa de juro fixa	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 anos	337.500	337.500
De 1 a 2 anos	651.780	337.500
De 2 a 3 anos	1.252.700	573.210
Superior a 3 anos	52.420.520	43.751.790
	54.662.500	45.000.000
	190.529.695	200.774.660

21.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Linhas de crédito não utilizadas	31.12.2013	31.12.2012
Expira num ano (taxa fixa)	0	
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	22.419.123	9.657.880
Expira para lá de 1 ano (taxa fixa)	0	
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	
	22.419.123	9.657.880

O valor referente às linhas de crédito contratadas e não utilizadas no ano de 2013 diz respeito na sua maioria a linhas de apoio à tesouraria. Estas linhas dispõem de um montante aproximadamente de 22,4 milhões de euros.

22. Fornecedores e outros passivos não correntes

22.1 Fornecedores

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores de investimentos	9.415.698	10.371.794
Outras contas a pagar	0	0
Outros fornecedores	0	0
	9.415.698	10.371.794

O valor constante da rubrica fornecedores de investimento corresponde a uma responsabilidade com os municípios de rendas a pagar pela integração de património municipal com vencimento superior a um ano, no montante de 9.415.698 euros. O valor destas infraestruturas encontra-se registado em ativos não correntes, sendo as mesmas propriedade dos Municípios utilizadores, as quais foram rececionadas e se encontram em exploração, por parte da empresa, com base em contratos de cedência e usufruto. Estes bens encontram-se relevados por um valor presumido apurado aquando da elaboração dos projetos de base e inserido no modelo económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

23. Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2013	31.12.2012
Acréscimos de custos de investimento contratual	24.757.866	23.835.884
	24.757.866	23.835.884

Os valores constantes destas rubricas correspondem às amortizações contabilísticas efetuadas de investimentos futuros.

O Grupo revê regularmente a calendarização dos seus investimentos contratuais face ao EVEF, sendo que o eventual atraso na realização em algumas empreitadas não coloca em questão a realização destes investimentos em exercícios futuros.

	31.12.2013	31.12.2012
Depreciação de propriedades de investimento	0	0
Amortizações de ativos intangíveis	12.768.046	10.681.136
Acréscimos de custos do investimento contratual	24.757.866	23.835.884
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	0	0
	37.525.912	34.517.021

24. Subsídio ao investimento

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de Coesão	235.891.658	239.510.465
Integração de património	32.472.786	33.200.743
Outros subsídios		
	268.364.444	272.711.208

O valor registado corresponde aos montantes de comparticipação de candidaturas a subsídios ao investimento previamente aprovadas, não se antecipando qualquer risco de desresconhecimento dos proveitos reconhecidos à data e/ou devolução dos montantes recebidos, por incumprimento do disposto nas candidaturas.

24.1 Movimentos do período

	31.12.2009	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2010
Fundo de Coesão	248.877.927	(5.988.340)	2.552.901	0	245.442.488
Integração de património	38.598.013	(751.948)	0	0	37.846.064
Outros subsídios	0	0	0	0	0
	287.475.940	(6.740.288)	2.552.901	0	283.288.553

25. Fornecedores correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores de investimentos	3.683.446	2.542.033
Fornecedores gerais	303.925	475.283
Fornecedores empresa mãe	5.181.419	3.887.537
Fornecedores empresas do Grupo	672.878	826.548
Fornecedores faturas em receção e conferência	325.635	262.964
	10.167.303	7.994.366

O valor constante da rubrica, fornecedores de investimento, corresponde na sua maioria ao valor em dívida aos fornecedores de imobilizado relativo aos investimentos efetuados pela empresa nas infraestruturas.

Esta rubrica inclui ainda uma responsabilidade com os municípios de rendas a pagar pela integração de património municipal com vencimento inferior a um ano, no montante de 1.659.828 euros. O valor destas infraestruturas encontra-se registado em ativos não correntes, sendo as mesmas propriedade dos Municípios utilizadores, as quais foram rececionadas e se encontram em exploração, por parte da empresa, com base em contratos de cedência e usufruto. Estes bens encontram-se relevados por um valor presumido apurado aquando da elaboração dos projetos de base e inserido no modelo económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

26. Outros passivos correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Acréscimos com férias e subsídio de férias	567.284	447.399
Outras operações com pessoal	881	3.289
Outros acréscimos e diferimentos	2.335.565	3.237.894
Outros credores	1.465.538	2.557.404
Fundo de coesão a pagar	940.509	0
	5.309.777	6.245.986

O valor constante da rubrica, outros acréscimos e diferimentos, corresponde ao montante relativo a juros suportados durante o ano de 2013 e a liquidar em 2014, bem como a custos diversos relativos ao ano de 2013, com energia.

27. Imposto sobre o rendimento

	31.12.2013	31.12.2012
Pagamento especial por conta	212.560	193.450
Pagamento por conta	59.406	0
Pagamento adicional por conta	136.941	0
Retenções de imposto sobre o rendimento	137.489	118.606
Estimativa de imposto a pagar	(1.048.205)	(762.189)
	(501.809)	(450.133)

27.1 Imposto do exercício

	31.12.2013	31.12.2012
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.048.205)	(672.785)
Excesso de estimativa para impostos	48.872	3.517
Outros ajustamentos provisão imposto	0	0
Insuficiência de estimativa para impostos	0	(91.936)
	(999.333)	(761.203)
Imposto diferido	679.283	3.070.805
	679.283	3.070.805
	(320.050)	2.309.602

	Rubrica	Valor
Resultado antes de impostos		5.478.164
Diferenças permanentes		
	Prejuízos	(7.222.124)
	Depreciações e amortizações	2.222.059
	Variações patrimoniais	2.434.620
	Outros	(505.344)
	Provisões	0
	Recuperação de prejuízos com <i>impairment</i>	0
	Outros (IFRC 12 e desvios tarifários)	0
	Base de incidência	2.407.375
	Base de derrama	144.442
	Base restante	601.844
	Imposto	3.153.661
	Derrama estadual	286.475
	Tributação autónoma e outras	15.444
	Encargo de imposto	3.169.105
	Imposto corrente	(999.333)
	Imposto diferido	679.283

27.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa de imposto

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado antes de impostos	5.478.164	62.001
Imposto à taxa normal 25,00%	(601.844)	(408.269)
Derrama: 1,5%	(144.442)	(97.985)
Derrama estadual: 3,0% e 5,0%	(286.475)	(150.969)
Tributação autónoma	(15.444)	(15.562)
Diferenças temporárias (prejuízos fiscais)	0	(89.404)
Total do imposto	(1.048.205)	(762.189)
Taxa efetiva de imposto	-19,1%	-1229,3%

27.3 Prejuízos fiscais reportáveis

	31.12.2013		31.12.2012	
	Result. Antes imposto	Resultado fiscal	Result. Antes imposto	Resultado fiscal
Exercício de 2003	(336.905)	0	(336.905)	
Exercício de 2004	(1.037.862)	(1.027.914)	(1.037.862)	(1.027.914)
Exercício de 2005	(1.477.529)	(1.422.407)	(1.477.529)	(1.422.407)
Exercício de 2006	(4.435.681)	(4.409.712)	(4.435.681)	(4.409.712)
Exercício de 2007	(3.956.137)	(3.332.332)	(3.956.137)	(3.332.332)
Exercício de 2008	(6.205.958)	(5.761.919)	(6.205.958)	(5.761.919)
Exercício de 2009	(6.593.178)	(6.258.627)	(6.593.178)	(6.258.627)
Exercício de 2010	(1.800.455)	3.963.789	(1.800.455)	3.963.789
Exercício de 2011	(65.246)	4.321.969	(65.246)	4.321.969
Exercício de 2012	62.001	3.963.789	62.001	3.963.789
Exercício de 2013	5.478.164	9.629.498	0	
	(25.846.952)	(9.963.365)	(25.846.952)	(9.963.365)

27.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC e, conseqüentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se manteve inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que o Grupo está vinculado.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas a 31 de dezembro de 2010, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

O Grupo considerou que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos cinco exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os cinco exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao

longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadram as empresas concessionárias do grupo AdP.

Assim, este foi o procedimento adotado pelo Grupo, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº66-B/2012, onde no seu Artº 255, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da IFRS, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do Artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, a Empresa manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja cinco anos.

A empresa, efetuou os procedimentos fiscais e legais, para proceder as alterações dos modelos 22 já entregues, e efetuar o pagamento dos impostos em falta (em 144.913,09 euros para os exercícios de 2010 e 2011), e dos correspondentes juros (em 9.041,00 euros).

28. Vendas e prestações de serviços

28.1 Vendas

	31.12.2013	31.12.2012
Vendas de água	13.915.405	12.686.045
Vendas de energia	0	0
Outras vendas	0	0
Valores mínimos garantidos	4.368.670	4.913.229
Outros valores faturados	(76.448)	(69)
	18.207.627	17.599.204

O crescimento das vendas está diretamente relacionado com atualização da tarifa. Sendo ainda de realçar o registo no ano de 2013 dos valores mínimos garantidos, que contribuíram também para o crescimento registado neste rubrica.

28.2 Prestação de serviços

	31.12.2013	31.12.2012
Prestação de serviços a municípios	16.108.605	11.469.043
Prestação de serviços a particulares	29.902	24.593
Descontos	0	0
Valores mínimos garantidos	227.741	286.308
Outros valores faturados	(3.693)	(76.104)
	16.362.555	11.703.840

29. Custo das vendas

	31.12.2013	31.12.2012
CMVMC - Mercadorias	0	0
CMVMC - Matérias primas	1.367.128	1.425.801
CMVMC - Matérias subsidiárias	15.626	10.396
CMVMC - Diversos	124.533	166.895
	1.507.286	1.603.092
Varição da produção	0	0
	1.507.286	1.603.092

A diminuição do valor do custo das vendas, em comparação com o ano de 2012 deve-se na sua grande maioria à diferença de contabilização da rubrica “materiais gerais”, que no ano de 2013 os valores em stock destes materiais encontram-se registados na conta 28 (cerca de 150 mil euros), enquanto em 2012 estes valores estavam registados na conta 61.

30. Fornecimento e serviços externos

	31.12.2013	31.12.2012
Trabalhos especializados	1.731.580	1.812.768
Energia	3.552.162	3.587.340
Comunicação	284.326	344.304
Outros FSE's	2.331.458	1.974.978
Subcontratos	1.053.728	772.966
seguros	499.720	376.872
Correções relativas a exercícios anteriores	12.696	43.373
	9.465.670	8.912.601
FSE's capitalizados	(202.863)	(153.678)
	9.262.807	8.758.923

31. Gastos com o pessoal

	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações	3.923.758	3.576.606
Encargos sociais sobre remunerações	800.479	696.623
Encargos com pensões	0	0
Outros custos com pessoal	226.938	208.159
Correções relativas a exercícios anteriores	113.127	(35.850)
	5.064.303	4.445.537
Gastos com pessoal capitalizados	(296.484)	(352.049)
	4.767.819	4.093.488

O aumento dos custos com pessoal está relacionado com o pagamento do subsídio de férias aos colaboradores, do ano de 2012 e que não tinha sido estimado no ano de 2012, bem como à estimativa do subsídio de férias do ano de 2013 a pagar em 2014. Há ainda a realçar a continuação, à semelhança do ano anterior a uma enorme contenção nas remunerações variáveis.

31.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores	31.12.2013	31.12.2012
Órgãos sociais	8	8
Trabalhadores efetivos e outros	216	222
	224	230

Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2013	31.12.2012
Órgãos sociais	8	8
Trabalhadores efetivos e outros	220	222
	228	230

32. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2013	31.12.2012
Depreciação de propriedades de investimento	0	0
Amortizações de ativos intangíveis	11.846.064	10.358.073
Acréscimos de custos do investimento contratual	921.982	323.063
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	0	0
	12.768.046	10.681.136

33. Outros gastos operacionais

	31.12.2013	31.12.2012
Impostos	237.657	320.982
Perdas em inventários	0	0
Donativos	0	1.000
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	0	0
Outros gastos operacionais	78.784	22.518
	316.440	344.500

34. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos suplementares	40.913	433.191
Subsídios à exploração	0	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	137.568	11.036
Correções relativas a exercícios anteriores	0	1.479
	178.481	445.706

Os rendimentos suplementares resultam de débitos de custos a terceiros, nomeadamente o cumprimento do acordo de transação homologado por sentença judicial efetuado com os Lacticínios do Paiva.

35. Gastos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	11.462.445	12.373.287
Juros de mora	143.085	165.552
Comissões bancárias	6.131	25.267
Juros das integrações de infraestruturas	574.647	550.138
Outros gastos financeiros	26.113	65.834
Correções exercícios anteriores	0	147.604
	12.212.423	13.327.682
Gastos financeiros capitalizados	(64.278)	(90.836)
	12.148.145	13.236.846

Durante o ano de 2013 verificou-se uma redução dos juros suportados com financiamentos de instituições financeiras, esta redução teve por base uma diminuição generalizada das taxas juro bancárias.

O valor da rubrica juros das integrações de infraestruturas registou um leve aumento comparado com o ano de 2012, uma vez que em 2013 a Empresa procedeu à atualização do ativo intangível da empresa do património integrado, relativo ao município de Armamar, o qual resultou num aumento do imobilizado da Empresa.

36. Rendimentos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros de atualização de dívida de clientes	0	0
Juros de atualização de dívida do concedente	0	0
Juros de mora	3.751.509	2.455.578
Outros juros	549.952	552.745
Correções exercícios anteriores	(9.748)	273
	4.291.714	3.008.596

37. Saldos e transações

	31.12.2013		31.12.2012	
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP, SGPS, S.A.	0	5.051.304	0	5.225.770
AdP Serviços, S.A.	0	285.080	0	277.055
Aquasis, S.A.	0	41.586	0	15.915
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	35.572	692.944	20.051	656.147
Resinorte, S.A.	2.514	0	0	280
Águas do Noroeste, S.A.	0	0	0	0
AdP Energia, S.A.	0	0	0	0
AdP Internacional	0	0	0	878
	38.086	6.070.914	20.051	6.176.044

	31.12.2013		31.12.2012	
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP, SGPS, S.A.	0	59.326.167	147	58.037.961
AdP Serviços, S.A.	0	74.963	0	172.826
Aquasis, S.A.	0	32.270	0	6.636
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	15.917	608.496	2.139	721.138
Resinorte, S.A.	3.075	8.361	407	8.361
Águas do Noroeste, S.A.	0	0	0	0
AdP Energia, S.A.	0	0	0	0
AdP Internacional, S.A.	878	0	878	0
	19.870	60.050.256	3.571	58.946.922

Transações com entidades relacionadas

Os relacionamentos entre empresas-mãe e subsidiárias devem ser divulgados independentemente de ter havido ou não transações entre essas partes relacionadas. Uma entidade deve divulgar o nome da empresa-mãe da entidade e, se for diferente, da parte controladora final. Se nem a empresa-mãe da entidade nem a parte controladora final produzirem demonstrações financeiras disponíveis para uso público, deve também ser divulgado o nome da empresa-mãe imediatamente abaixo que as produza.

Para permitir aos utentes de demonstrações financeiras ter uma visão acerca dos efeitos dos relacionamentos com partes relacionadas numa entidade, é apropriado divulgar o relacionamento com partes relacionadas onde exista controlo, tenha havido ou não transações entre as partes relacionadas.

A identificação de relacionamentos com partes relacionadas entre empresas-mãe e subsidiárias acresce aos requisitos de divulgação determinados nas IAS 27, IAS 28 e IAS 31, que exigem uma listagem e descrição apropriadas de investimentos significativos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas.

Quando nem a empresa-mãe da entidade nem a parte controladora final produzirem demonstrações financeiras disponíveis para uso público, a entidade divulga o nome da empresa-mãe superior seguinte que as produza. A empresa-mãe superior seguinte é a primeira empresa-mãe do grupo acima da empresa-mãe imediata que produz demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para utilização pública.

Uma entidade deve divulgar a remuneração do pessoal chave da gerência no total e para cada uma das seguintes categorias:

- a) benefícios a curto prazo de empregados;
- b) benefícios pós-emprego;
- c) outros benefícios a longo prazo;
- d) benefícios de cessação de emprego;
- e) pagamento com base em ações.

Se tiver havido transações entre partes relacionadas, uma entidade deve divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como informação sobre as transações e saldos pendentes necessários para a compreensão do potencial efeito do relacionamento nas demonstrações financeiras. Estes requisitos de divulgação acrescem aos requisitos do parágrafo anterior para divulgar a remuneração do pessoal-chave da gerência. No mínimo, as divulgações devem incluir:

- a) a quantia das transações;
- b) a quantia dos saldos pendentes e os seus termos e condições, incluindo se estão ou não seguros, e a natureza da retribuição a ser proporcionada aquando da liquidação, e pormenores de quaisquer garantias dadas ou recebidas;
- c) provisões para dívidas duvidosas relacionadas com a quantia dos saldos pendentes;
- d) os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As divulgações exigidas no parágrafo anterior devem ser feitas separadamente para cada uma das seguintes categorias:

- a) a empresa-mãe;
- b) entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade;
- c) subsidiárias;
- d) associadas;
- e) empreendimentos conjuntos nos quais a entidade seja um empreendedor;
- f) pessoal-chave da gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe;
- g) outras partes relacionadas.

A classificação de quantias a pagar a, e a receber de, partes relacionadas em diferentes categorias conforme exigido no parágrafo anterior é uma extensão do requisito de divulgação determinado na IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras relativamente à informação a apresentar no balanço ou nas notas. As categorias são alargadas para proporcionar uma análise mais exaustiva dos saldos das partes relacionadas e aplicam-se a transações com partes relacionadas.

Seguem-se exemplos de transações que são divulgadas se forem feitas com uma parte relacionada:

- a) compras ou vendas de bens (acabados ou não acabados);
- b) compras ou vendas de propriedades e outros ativos;
- c) prestação ou receção de serviços;
- d) locações;
- e) transferências de pesquisa e desenvolvimento;
- f) transferências segundo acordos de licenças;
- g) transferências segundo acordos financeiros (incluindo empréstimos obtidos e contribuições de capital em dinheiro ou em espécie);
- h) prestação de garantias ou de colaterais;
- i) liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte.

A participação de uma empresa-mãe ou subsidiária num plano de benefícios definidos que partilha riscos entre entidades de grupo é uma transação entre partes relacionadas (ver parágrafo 34.B. da IAS 19).

As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes são feitas apenas se esses termos puderem ser substanciados.

Os itens de natureza semelhante podem ser divulgados agregadamente, exceto quando divulgações separadas forem necessárias para a compreensão dos efeitos das transações com partes relacionadas nas demonstrações financeiras”.

Ano 2013	Empresas do Grupo	Empresa mãe	Municípios acionistas	Órgãos Gestão
Rendimentos	0	0	34.470.370	0
Rédito			34.470.370	
Dividendos recebidos/ atribuídos			0	
Gastos	0	0	686.880	0
Gastos com pessoal			0	
Outros gastos			686.880	
Ativos	0	0	65.690.785	0
Clientes			65.690.785	
Empréstimos			0	
Outros devedores			0	
Passivos	0	0	11.666.414	0
Fornecedores			11.666.414	
Outros credores			0	
Fluxos de caixa	0	0	0	0
Dividendos pagos/ a pagar	0	0	0	0

Os montantes registados em ativo e em rendimentos, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em "alta" – abastecimento de água, tratamento de águas residuais, estando ainda registado em rendimentos 3,8 milhões de euros relativos a juros de mora debitados aos municípios pelo atraso nos pagamentos das faturas da AdTMAD. Os montantes registados em passivo dizem respeito à integração das infraestruturas nas concessões, sendo as mesmas pagas aos Municípios, conforme o definido nos contratos de concessão.

38. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 597.255.624 euros dos quais 485.226.643 euros já se encontram realizados.

b) Constituição de servidões e expropriações

Na área das expropriações e aquisição de terrenos necessários à construção das infraestruturas durante o ano de 2013 continuamos a gerir os contratos de prestação de serviços de expropriações e servidões com empresas da especialidade, que já permitiram a celebração de 3.295 contratos de aquisição de parcelas ou constituição de servidão (do total de 3.631).

O Valor global das parcelas avaliadas é de 17.896.040 euros, tendo sido já pago o total de 17.408.128 euros.

39. Ativos e passivos contingentes

39.1 Garantias prestadas

Número	Data de emissão	Objecto	Validade	Valor
9.140.039.961.393	12/09/2012	Licenciamento da Execução da Abertura da Vala em Agueiras - Avarias em Agrichão SAA-TQ (EN206 do KM 204+050 ao Km 204+850)	5 anos	14.400
9.140.039.652.593	30/04/2012	Licenciamento da Execução do descarregador de tempestade na EN.226, Km 50+850	6 anos	1.500
9.140.039.642.893	24/04/2012	Licenciamento da Execução da vala longitudinal e atravessamento da ponte sobre o Rio Sordo entre o KM 100+000 e o 102+000 Arrabães,Vila Real	7 anos	133.000
2.510.001.329.993	05/12/2011	Licenciamento da Execução na Ponte sobre o Rio Pinhão, Execução de alguns SAR do AT e do DN	5 Anos	5.000
2.510.001.327.393	07/12/2011	Licenciamento da Execução do Emissário da Horta entre o Km 189+300 e o Km 190+000 da EN 222	5 Anos	26.070
2.510.001.326.593	07/12/2011	Licenciamento da Execução de Emissários de Sebadelhe EN 222 entre o Km 191+700 e o 192+100	5 Anos	5.000
2.510.001.255.293	13/07/2011	Licenciamento da Execução de abertura da vala - travessia da EN 102 - Cruzamento Muxagata"	60 meses	5.000
2.510.001.256.093	13/07/2011	Licenciamento do Troço do emissário em caminho paralelo e perfuração dirigida IP4 - Km 131+600 (Sar do AT e do DN)	60 meses	5.000
2.510.001.230.793	16/06/2011	Licenciamento da Execução do reforço de Abastecimento do Ramo Nascente do Azibo	5 anos	5.000
2.510.001.231.593	16/06/2011	Licenciamento dos Sistemas Intercetores de alguns SAR's do Douro Norte e Alto Tâmega - EN 212 ao Km 36+350 Chã	5 anos	5.000
2.510.001.190.493	18/03/2011	Licenciamento para a Execução de Abertura de valas, Construção de Vedação e Acesso	1 Ano	5.000
2.510.000.859.893	14/07/2009	Realização dos Trabalhos de colocação de Condutas nos Troços da Empreitada das Adutoras do Alto Sabor	1 Ano	101.280
2.510.000.770.293	05/03/2009	Conduta Elevatória de Águas Residuais paralelamente à EN 222 entre o Km 105+450 e o Km 105+650, em Rendufe Resende	Vitalicia	5.000
2.510.000.389.893	09/07/2007	Condutas Adutoras de Balsemão	Vitalicia	29.000
2.510.000.560.293	08/04/2008	CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO	6 anos	200.000
2.510.000.388.993	09/07/2007	Condutas Adutoras de Balsemão - Zona Lamego - Tarouca Norte ao longo da EN2	Vitalicia	79.500
2.510.000.258.193	20/11/2006	Sistema Adutor de Balsemão	Vitalicia	298.450
2.510.000.243.393	06/11/2006	Subsistema de Abastecimento de água de Sambade	Vitalicia	2.280
976700050648200.19	25/11/2004	Emissários Pedras Salgadas e Sabroso de Aguiar	Vitalicia	1.758
976700048078200.19	01/10/2004	EN222 entre S.João da Pesqueira e Ervedosa do Douro	Vitalicia	105.600
976700047188200.19	31/08/2004	Travessias	Vitalicia	970.563
976700043518200.19	01/07/2004	Abastecimento de Água de Ranhados	Vitalicia	27.800
976700041498200.19	01/06/2004	Travessias IP4 e IP2	Vitalicia	1.840
				2.033.041
2.510.000.690.093	10/12/2008	Acesso à ETAR de Mirandela	6 meses	9.060
9.767.002.339.793	02/12/2004	Expropriações	6 meses	7.908
9.767.002.303.693	01/10/2004	Expropriações	6 meses	1.449
9.767.002.388.593	27/01/2004	Conduta Adutora do Subsistema de Abastecimento de Água do Rabaçal	9 anos	2.390
				20.806
				2.053.847

39.2 Processos judiciais

Descrição do Processo	Gradação de Risco	Valorização (em euros)	A favor da Empresa / a favor de Terceiros
Processo de Contra-Ordenação nº CO/002627/11 do MAMAOT	remota	2.500.000,00	A favor de terceiros
Impugnação nº 23/08.IBEMDL - Aguarda-se decisão sobre recurso da AdTMAD	provável	165.804,94	A favor da empresa
Impugnação nº 172/11.9BEMDL - Juntaram aos autos o processo administrativo	provável	312.057,52	A favor da empresa
nº 1578/06 Processo de Cabral & Filhos contra a AdTMAD reclamação de créditos aguarda graduação de créditos	remota	598.098,01	A favor de terceiros
nº 30.09 Processo de Expropriação de Delfim Sobral contra AdTMAD, está na fase de apresentação de alegações	remota	103.797,50	A favor de terceiros
nº 413/09 Processo de Expropriação de Albino Pereira contra a AdTMAD, está em fase de recurso	remota	198.351,34	A favor de terceiros
nº 280/09 Processo Admnist. da Conduril contra a AdTMAD, aguarda julgamento	remota	2.019.888,40	A favor de terceiros
nº 403549 Cont. Orden. Da CCDR contra a AdTMAD, apresentação de defesa	remota	2.500.000,00	A favor de terceiros
nº 2063/2008 Cont.Orden. Da ARH Norte contra a AdTMAD, apresentação de defesa aguarda decisão	remota	2.500.000,00	A favor de terceiros
nº 5955/2008 Cont.Orden. Da ARH Norte contra a AdTMAD, apresentação de defesa aguarda decisão	remota	2.500.000,00	A favor de terceiros
nº 1167/10 Processo civil da AdTMAD contra a EMARVR, aguarda sentença	provável	122.024,15	A favor da empresa
nº 342/10 Processo de Expropriação da AdTMAD contra Maria M Correia, em recurso	provável	104.240,00	A favor da empresa
nº 10586/2009 Cont.Orden. ARH Norte contra a AdTMAD, apresentação de defesa aguarda decisão	remota	2.500.000,00	A favor de terceiros
nº 4179/2009 Cont.Orden. ARH Norte contra a AdTMAD, apresentação de defesa aguarda decisão	remota	2.500.000,00	A favor de terceiros
nº 334/10 Processo Admnist. Da Monteadriano e outra contra a AdTMAD, apresentação contestação	remota	4.383.551,95	A favor de terceiros
Reeq.Financ. Admnist. Da SADE contra a AdTMAD, reequilíbrio financeiro situação extrajudicial	remota	1.859.935,84	A favor de terceiros
nº 105/11 Processo Civil da AdTMAD contra Felicidade Almeida, acordo judicial estamos a tentar chegar a acordo	provável	30.000,01	A favor da empresa
Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Valpaços, defesa graciosa	provável	557.315,92	A favor da empresa
Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Alfandega Fé, impugnação judicial aguardamos contestação	provável	244.340,00	A favor da empresa
nº 434/11 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Chaves, Ação comum em recurso	provável	2.055.418,58	A favor da empresa
nº 425/11 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Chaves, Ação Comum em recurso	provável	3.176.213,39	A favor da empresa
nº 442/11 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Chaves, Ação Comum em recurso	provável	1.443.683,60	A favor da empresa
nº 431.11 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Valpaços, Impugnação judicial	provável	557.315,92	A favor da empresa
nº 420/11 Processo Administrativo da Gabriel Couto contra a AdTMAD, ação comum replica	remota	2.822.766,88	A favor de terceiros
nº 384.11 Processo Administrativo da gabriel Couto contra a AdTMAD, ação administrativa especial contestação	remota	732.791,13	A favor de terceiros
nº 392.11 Processo Admnistartivo da SADE, SA contra a AdTMAD, Ação comum contestação	remota	4.917.143,58	A favor de terceiros
nº 435/11 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município do Tabuaço, Ação Comum	provável	197.419,14	A favor da empresa
nº 439/11 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Macedo de Cavaleiros, Ação comum	provável	343.687,52	A favor da empresa
Processo Administrativo da AdTMAD contra o município do Tabuaço, Ação comum	provável	232.514,43	A favor da empresa
nº 31.12-A Processo Administrativo da Lusáua contra a AdTMAD, Providência Cautelar Oposição	remota	30.000,01	A favor de terceiros
nº 149/12 Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Macedo de Cavaleiros, ação comum aguarda contestação	provável	1.736.979,58	A favor da empresa
Processo Administrativo da AdTMAD contra a EMARVR, ação comum aguarda contestação	provável	138.284,69	A favor da empresa
nº 1483/12 Processo Administrativo da QUERCUS contra a AdTMAD, providência cautelar aguarda decisão	remota	30.000,01	A favor de terceiros
Processo Administrativo da AdTMAD contra o município de Alafandega da Fé, impugnação judicial aguarda contestação	provável	232.256,70	A favor da empresa
nº 199/12 processo administrativo da SADE, SA contra a AdTMAD, ação declarativa apresentação de treplica	remota	110.885,17	A favor de terceiros
nº 105116/12 Processo Civil de Manuel J Caldeira contra a AdTMAD, injunção apresentação de oposição à injunção	remota	379.975,18	A favor de terceiros
nº 13.13.2BEMDL Processo Administrativo de Carlos Almeida contra a AdTMAD, procedimento cautelar deduzimos oposição	remota	30.000,01	A favor de terceiros
Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Valpaços, impugnação judicial aguarda contestação	provável	214.703,86	A favor da empresa
nº 52/13.3BEMGL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Bragança, ação declarativa aguarda decisão	provável	325.054,55	A favor da empresa
nº 51/13.5BEVIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Lamego, ação declarativa recurso	provável	201.267,38	A favor da empresa
nº 52/13.3BEVIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Tarouca, ação declarativa aguarda decisão	provável	1.846.124,16	A favor da empresa
nº 53/13.1BEVIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Sao J. Pesqueira, ação declarativa aguarda decisão	provável	110.227,72	A favor da empresa
nº 49/13.3BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra a EMARVR, ação declarativa aguarda decisão	provável	484.180,39	A favor da empresa
nº 50/13.7BEVIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Armamar, ação declarativa aguarda decisão	provável	34.471,82	A favor da empresa
Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Moimenta da Beira, suspenso	provável	117.333,40	A favor da empresa
Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Mirandela, suspenso	provável	142.189,86	A favor da empresa
nº 123/13.6BEVIS Processo Admnist. da AdTMAD contra o município de Lamego, ação declarativa aguarda decisão	provável	143.765,52	A favor da empresa

Descrição do Processo	Gradação de Risco	Valorização (em euros)	A favor da Empresa / a favor de Terceiros
nº 405/13.7.TBVR.L Processo Administrativo de Maria da Graça Dias e outros contra a AdTMAD, contestação aguarda decisão	remota	187.781,89	A favor de terceiros
nº 105/13.8.BEMDL Processo Administrativo de Carlos Almeida e outros contra a AdTMAD, ação declarativa aguarda decisão	remota	1.598.471,10	A favor de terceiros
nº 225/13.0.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Valpaços, ação declarativa aguarda decisão	provavel	799.722,72	A favor da empresa
nº 252/13.6.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Montalegre, ação declarativa aguarda decisão	provavel	187.425,25	A favor da empresa
nº 257/13.7.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Macedo de Cavaleiros, ação declarativa aguarda decisão	provavel	833.745,61	A favor da empresa
nº 305/13.0.BE.VIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Tarouca, ação declarativa aguarda decisão	provavel	291.966,61	A favor da empresa
nº 253/13.4.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Vila Pouca de Aguiar, ação declarativa aguarda decisão	provavel	240.283,33	A favor da empresa
nº 279/13.8.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Boticas, ação declarativa aguarda decisão	provavel	185.196,74	A favor da empresa
nº 256/13.9.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Vinhais, ação declarativa aguarda decisão	provavel	115.362,15	A favor da empresa
nº 268/13.2.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Mirandela, ação declarativa aguarda decisão	provavel	256.275,00	A favor da empresa
nº 197/13.0.BEMDL Processo administrativo de Manuel J Caldeira contra a AdTMAD, ação declarativa contestação	remota	448.703,00	A favor de terceiros
nº 263/13.1.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Mogadouro, ação declarativa aguarda decisão	provavel	174.254,22	A favor da empresa
nº 267/13.4.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra a EMAR VR, ação declarativa aguarda decisão	provavel	701.683,18	A favor da empresa
nº 342/13.5.BE.VIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Tabuaço, ação declarativa aguarda decisão	provavel	366.228,08	A favor da empresa
nº 343/13.3.BE.VIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de São J. Pesequeira, ação declarativa aguarda decisão	provavel	225.728,85	A favor da empresa
nº 341/13.7.BE.VIS Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Lamego, ação declarativa aguarda decisão	provavel	1.316.333,08	A favor da empresa
nº 277/13.1.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Peso da Régua, ação declarativa aguarda decisão	provavel	917.830,16	A favor da empresa
nº 278/13.0.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Bragança, ação declarativa aguarda decisão	provavel	662.354,42	A favor da empresa
nº 442/13 Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Chaves, ação declarativa aguarda decisão	provavel	1.443.683,06	A favor da empresa
nº 425/13 Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Chaves, ação declarativa aguarda decisão	provavel	3.176.213,39	A favor da empresa
nº 234/12.5.BEMDL Processo administrativo da QUERCUS contra a AdTMAD, ação declarativa aguarda decisão	remota	30.000,01	A favor de terceiros
nº 104/13.0.BEMDL Processo administrativo da QUERCUS contra a AdTMAD, providência cautelar aguarda decisão	remota	30.000,01	A favor de terceiros
nº 280/13.1.BEMDL Processo administrativo da AdTMAD contra o município de CHAVES, ação declarativa aguarda decisão	provavel	2.084.635,12	A favor da empresa
nº 407/13.3.BEMDL Processo administrativo da município de Bragança contra a AdTMAD, ação declarativa aguarda audiência prévia	remota	723.585,54	A favor de terceiros
nº 46943 Processo administrativo da AdTMAD contra o município de Mirandela, ação declarativa aguarda audiência prévia	provavel	242.259,28	A favor da empresa
nº 47137 Processo administrativo da AdTMAD contra o município do Peso da Régua, ação declarativa aguarda audiência prévia	provavel	1.540.339,29	A favor da empresa

40. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdTMAD, S.A. não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus Administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdTMAD, S.A. não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2010, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

A AdTMAD, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais nos termos do ofício da Direção-Geral de Tesouro e Finanças nº1730, de 25 de fevereiro de 2010, respeitante à "não atualização dos salários nominais para o corrente ano".
- Cumprimento do Despacho de 25 de março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular nº 2590, de 26 de março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros do órgão de Administração.
- Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, respeitante à redução excepcional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não executivos.

41. Rendimento garantido

Nos termos do disposto na alínea l) do número 5 da cláusula 17ª os acionistas da concessionária serão remunerados pela aplicação ao Capital Social e Reservas Legais de uma taxa correspondente à rentabilidade das obrigações do tesouro portuguesa a 10 anos ou outra equivalente que a venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais, a título de prémio de risco.

Esta remuneração mostra-se devida desde a data da realização do capital social e constitui um encargo para efeitos do cálculo da tarifa.

O montante da remuneração corresponde ao dividendo acionista a pagar no ano relativo ao exercício transato. Sempre que a concessionária não possa proceder à distribuição de dividendos, por impedimento legal ou insuficiência de fundos, estes serão capitalizados à referida taxa acrescida do mesmo prémio de risco, a partir do momento em que se mostram devidos.

A remuneração devida por acionista é a seguinte:

Remuneração em dívida	31.12.2013	31.12.2012
Empresa-mãe	25.050.018,78	21.252.534,33
EHATB	0,00	0,00
Município de Alfândega da Fé	107.950,53	89.753,93
Município de Alijó	335.341,71	286.434,97
Município de Armamar	131.414,68	110.180,24
Município de Boticas	150.198,16	127.061,03
Município de Bragança	246.943,15	161.520,62
Município de Chaves	931.640,44	779.550,14
Município de Freixo de Espada à Cinta	99.995,32	84.336,61
Município de Lamego	624.700,75	524.680,31
Município de Macedo de Cavaleiros	331.433,71	275.191,28
Município de Mesão Frio	121.603,32	103.605,80
Município de Mirandela	540.887,30	442.316,88
Município de Mogadouro	0,00	0,00
Município de Moimenta da Beira	228.750,01	190.803,64
Município de Montalegre	193.019,40	164.126,31
Município de Murça	102.995,25	85.486,28
Município do Peso da Régua	646.267,32	551.588,85
Município de Resende	195.257,97	165.494,69
Município de Ribeira de Pena	108.644,33	92.014,02
Município de São João de Pesqueira	203.433,05	171.650,69
Município de Sabrosa	161.968,13	138.400,47
Município de Santa Marta de Penaguião	162.062,71	138.629,52
Município de Senancelhe	144.019,46	122.795,56
Município de Tabuaço	124.904,41	105.470,09
Município de Tarouca	213.462,15	177.552,53
Município de Torre de Moncorvo	152.849,50	126.718,63
Município de Valpaços	306.347,75	255.537,25
Município de Vila Flor	121.561,51	100.435,28
Município de Vila Nova de Foz Côa	163.857,03	140.077,64
Município de Vila Real	1.272.567,85	1.082.571,56
Município de Vinhais	195.968,75	166.656,95
Município de Vila Pouca de Aguiar	283.519,06	242.095,58
	33.653.583	28.455.272

A acumulação registada de perdas conduz a que a remuneração acionista se encontre capitalizada, conforme podemos analisar pelo quadro que se segue:

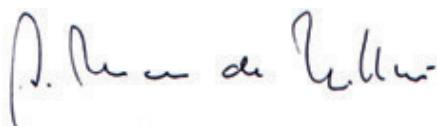
	31.12.2013	31.12.2012
Capital social realizado	27.812.177	26.966.250
Remuneração anterior não paga	28.455.272	23.207.001
Reserva legal	1.422	1.422
Base de incidência	56.268.871	50.174.673
Taxa de juro TBA	9,29%	10,46%
Spread 3pp	9,29%	10,46%
Remuneração acionista do ano relativa a capital social realizado	2.554.685	2.820.670
Remuneração acionista relativa a dividendos capitalizados e a resultados retidos	2.643.627	2.427.601

42. Eventos subsequentes

No início do ano de 2014 foi disponibilizado à AdTMAD, S.A. um financiamento a médio e longo prazo no montante de 4.000.000,00 euros junto da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, a ser liquidado em 54 prestações, e que tinha sido contratado em novembro de 2013.

Está também previsto nos primeiros meses do ano de 2014 a celebração de mais acordos de pagamento com alguns municípios, prevendo-se ainda que alguns destes acordos possam vir a incluir a liquidação por parte da AdTMAD, S.A. rendas passadas e rendas futuras de integração de infraestruturas municipais.

O Conselho de Administração



Eng.º Artur Pato Mendes de Magalhães
Presidente do Conselho de Administração não Executivo



Eng.º José António Boal Paixão
Administrador Executivo



Dr. António Manuel de Jesus Vieira
Administrador Executivo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos elaborar o Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre Relatório de gestão, a Demonstração da posição financeira, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da variação dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa e os respetivos Anexos, bem como sobre a Proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A. (AdTMAD), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal reuniu com o Conselho de Administração da AdTMAD, bem como com os principais responsáveis de direção, sempre que se justificou e, mais frequentemente, com os responsáveis pela Direção Financeira e pela Contabilidade, para análise da evolução da gestão e debate dos assuntos mais relevantes decorrentes das análises realizadas.

De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal efetuou ainda reuniões de trabalho com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela certificação legal das contas. No âmbito da articulação existente com os auditores, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, esclarecimento das diversas questões suscitadas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão, bem como os demais documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.

Se bem que não tenha sido apresentado um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, o Relatório de Gestão e Contas de 2013 contempla um capítulo sobre esta matéria, onde é abordada, detalhadamente, a forma como a AdTMAD deu cumprimento à generalidade dos princípios de bom governo exigidos às empresas de capitais públicos, tendo a empresa dado cumprimento a todas as orientações para o Grupo Águas de Portugal nesta matéria. O capítulo sobre o Governo da Sociedade inclui também o parecer sobre o desempenho dos administradores executivos, emitido pelo administrador não executivo da sociedade no âmbito das suas competências.

No domínio das reduções remuneratórias definidas na Lei do Orçamento do Estado para 2013, as quais foram objeto de orientação no Grupo Águas de Portugal, foi dado cumprimento das mesmas.

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida nos termos legais em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra quatro ênfases que aqui se dão como reproduzidas, que mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respetivo relatório anual do mesmo Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efetuada.

Em termos de contas da sociedade, merecem destaque os seguintes indicadores caracterizadores da atividade ao longo do exercício:

- a) A empresa apresentou um resultado líquido de 5.158 mil euros, que comparam com um resultado de 2.372 mil euros do exercício de 2012. O acréscimo verificado no resultado líquido de 2013 é, em grande medida, decorrente da especialização (acrécimos de proveitos) do Valor Mínimo Garantido (VMG) o qual ascende, aproximadamente, a 4,6 milhões de euros.
- b) Os resultados operacionais apresentam um valor positivo de 13.334 mil euros, o que releva um acréscimo de 29,6% face ao exercício de 2012.
- c) A Demonstração da posição financeira evidencia um ativo líquido de 524.325 mil euros, capitais próprios de 10.087 mil euros e passivos na ordem dos 514.238 mil euros.

Face à análise efetuada, o Conselho Fiscal entende que o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, revelando de forma adequada a evolução da atividade da AdTMAD.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração da AdTMAD, aos responsáveis pela Direcção Financeira e aos demais colaboradores, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e aos Auditores Externos, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Face ao exposto, somos de parecer que os Senhores Accionistas:

- a) Aprovevem o Relatório de Gestão, bem como os demais Documentos de Prestação de Contas, individuais e consolidados, referentes ao exercício de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Deliberem sobre a Proposta de aplicação de resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão.
- c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Vila Real, 21 de fevereiro de 2014

O Conselho Fiscal



Ana Beatriz Freitas
Presidente



Ana Maria Alves Bandeira
Vogal



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 524.325.456 Euros e um total de capital próprio de 10.087.398 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.158.114 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

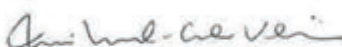
Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.
 - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo de concessão e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.
 - Conforme divulgado na Nota 12 das Notas às demonstrações financeiras, os saldos a receber dos Municípios continuam a apresentar um agravamento significativo da sua antiguidade, notando-se também um atraso no recebimento dos valores submetidos pelo Municípios ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Os Municípios continuam a contestar o valor das tarifas e o débito de valores mínimos garantidos, situação para a qual não foi registado qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras da Empresa. No actual contexto de restrições de acesso ao crédito, esta situação poderá colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro da concessão. O Conselho de Administração entende que dos processos de renegociação em curso, o processo do alargamento da concessão para o abastecimento e saneamento de água em baixa, irão resultar as soluções que permitam assegurar o referido equilíbrio económico e financeiro da Concessão e o cumprimento das obrigações contratuais.

- Em 31 de Dezembro de 2013 encontra-se perdida metade do capital social em resultado dos prejuízos acumulados, aplicando-se o disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante, e tal como divulgado na nota 4.4 das notas às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual está dependente do reequilíbrio económico e financeiro da concessão e do continuado apoio dos accionistas.

Porto, 21 de Fevereiro de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

